



Instituto Politécnico de Portalegre
Escola Superior de Educação

Dissertação de Mestrado

em

Formação de Adultos e Desenvolvimento Local

**Redes Comunitárias de Animação Sociocultural a partir dos
Centros de Dia e Lares da Terceira Idade**

Tânia Isabel Rodrigues Balola

Orientação
Prof. Doutor Avelino Bento

Portalegre
Setembro de 2010

Júri

Agradecimentos

Para realizar este trabalho foi importante o apoio recebido tanto a nível profissional, como pessoal.

Começo por agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Avelino Bento, por ter disponibilizado o seu tempo, a sua amizade e, essencialmente, por ter acreditado no meu trabalho.

Agradeço também a solidariedade de alguns colegas e amigos pela disponibilidade manifestada através do lançamento dos questionários.

Finalmente não posso deixar de agradecer aos meus pais que tudo fizeram para que eu pudesse realizar esta investigação, proporcionando-me as oportunidades para a minha vida e para a minha formação académica. Grata à minha avó Miraldina pelo incentivo e orgulho que sempre manifestou pela minha pessoa. Finalmente reconhecida ao meu marido, Luís, que sempre me incentivou e apoiou nas horas mais difíceis de muito trabalho, acreditando nas minhas potencialidades.

A todos o meu sincero agradecimento.

Índice

Resumo	5
Abstract	6
INTRODUÇÃO	7
PROBLEMÁTICA	10
CAPITULO I - QUADRO TEÓRICO	13
1 - Envelhecimento, residências para idosos e a participação social	13
1.1 – Envelhecimento.....	13
1.2 - Residências para idosos.....	15
1.3 - Participação social.....	17
2 - Animação Sociocultural	18
2.1 -Contextualização histórica e conceptual.....	18
2.2 - O Animador como agente de desenvolvimento sociocultural.....	23
2.3 - Animação comunitária e desenvolvimento local.....	25
2.4 - A existência / importância de uma rede de Animação Sociocultural intra-lares...29	
3 - Desenvolvimento Local	31
3.1 - O local e as políticas públicas.....	34
3.2 - Lares de idosos como agentes de desenvolvimento e parceiros no desenvolvimento local?.....	36
4 - Os agentes de desenvolvimento e as políticas locais	38
4.1 - Cidadãos como parceiros.....	38
4.2 - O município e a participação social e cultural.....	39
4.3 - Associativismo local e sua intervenção.....	42

5 - Redes e Parcerias para o desenvolvimento local.....	45
5.1 - Conceito de Rede / Parceria.....	45
5.2 - Parcerias de âmbito local.....	49
CAPITULO II - OPERACIONALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO.....	51
1 - Percorso metodológico.....	51
2 - A escolha das técnicas e dos instrumentos.....	52
3 - Do objecto de estudo ao campo de observação.....	53
3.1 - Breve caracterização histórica e demográfica do concelho de Portalegre.....	53
3.2 - Oferta institucional para idosos no concelho de Portalegre.....	54
4 - Estudo de caso: Importância de uma rede de Animação sociocultural intra-lares para o desenvolvimento local.....	56
4.1 - Análise e interpretação dos dados.....	56
CAPITULO III - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	88
CAPITULO IV - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	90
CONCLUSÃO.....	99
BIBLIOGRAFIA.....	102
ANEXOS.....	112

RESUMO

A constituição dos actores locais como protagonistas de mudanças (o protagonismo local); a articulação entre organização/cooperação e aprendizagem/conhecimento; o fomento ao trabalho integrado em redes; a inclusão de gerações mais idosas no território de novos padrões socioculturais; a criação de novos espaços públicos de decisão e gestão; finalmente, a busca de sustentabilidade dos processos locais. São todos pontos importantes a serem discutidos nesta investigação.

Perceber e propor situações constitui uma referência temática para a implementação de redes. Neste sentido interessa perceber se existem redes, ou não, e qual a importância da sua existência para o desenvolvimento local integrado. Desde a segunda metade dos anos noventa desenha-se um ambiente que envolve, entre outros traços gerais, a constituição de espaços ampliados de articulação, o debate e formulação em torno do tema, o exercício de estratégias de apoio ao desenvolvimento local e a emergência de iniciativas sob o enfoque do desenvolvimento local.

O que torna as redes desejáveis e possíveis, ou mesmo necessárias? Dois aspectos, aparentemente contraditórios, que podem ser identificados no período actual. Por um lado, a diversidade: realização de múltiplas iniciativas e formulações em torno do desenvolvimento local, a partir de actores diversos, com dinâmicas e características próprias. Por outro lado, o isolamento, ou seja, informações e conhecimentos que pouco se integram e se falam nas instituições.

Deste modo e avaliando a situação de cada comunidade do interior alentejano podemos, por um lado, perspectivar este estudo a partir dos lares e centros de dia da terceira idade visto a população, na sua maioria, ser envelhecida e, por outro lado, serem estas instituições capazes de envolver de uma forma mais globalizada a comunidade. A proposta é a de criar redes comunitárias de Animação Sociocultural, com parcerias locais, tendo em conta o lar ou centro de dia como entidade promotora ou organizadora destas redes, promovendo estratégias e dinâmicas culturais de desenvolvimento local a partir das vontades e desejos dos idosos e através da participação activa de todos os actores locais.

ABSTRACT

The local performers as protagonists of change; the articulation between organisation/cooperation and learning/knowledge; the fomentation of integrated work and nets; the creation of new socio-cultural patterns in the territory; the creation of new public spaces of management and decision search for local places of sustainability are all important issues to be discussed in this investigation.

Understanding and suggesting situations constitutes a thematic reference to a net implementation. Therefore, it is necessary to understand if there are nets or not, and which is the importance of its existence to the local integrated development. A scenery has been designed since the second half of the 90s, which involves the constitution of large spaces of articulation, debate on the topic, strategies and initiatives for the local development.

What makes the nets desirable, possible and even necessary? Two aspects, which seem contradictory, can be identified in the present period. On one hand there is diversity: multiple initiatives and formulations related to the local development, from diverse performers with their own dynamic and characteristics. On the other hand there is isolation. By this is meant information and knowledge, which is little integrated and spoken in the institutions.

So, evaluating the situation in each community from the interior of Alentejo, we can perspective this study from the point of view of nursery homes and elderly centres, because the population is in its majority old and those are the institutions which are capable of involving the community. The suggestion is creating communitarian nets of socio-cultural entertainment with local partners, being the elderly centres responsible for organizing these nets, by promoting strategies and cultural dynamics of local development based on the interests of the elderly, in which all the local performers may take part in an active way.

INTRODUÇÃO

Na base deste estudo achámos necessário fazer uma análise da realidade mais aprofundada entre os Centros de Dia e Lares da Terceira Idade, e entre estes e os locais em que se contextualizam, sabendo que o instrumento mais adequado para iniciar este estudo na fase do projecto foi o pré-questionário.

Neste sentido foram elaborados oito pré-questionários que se distribuíram pela comunidade dirigente dos Centros de Dia e Lares da Terceira Idade do Concelho de Portalegre. A análise tinha como objectivo obter opiniões dos dirigentes destas instituições sobre uma hipótese de trabalho em rede e parcerias entre elas, assim como para percebermos que iniciativas teriam de ser desenvolvidas, de facto, nesse âmbito.

As pessoas a quem este pré-questionário foi dirigido mostraram um interesse em responder, aliás pouco vulgar nestes primeiros contactos entre o investigador e o contexto, o que demonstra, estamos em crer, a existência de uma necessidade em instalar práticas socioculturais colectivas e comunitárias. Com uma taxa de retorno nos 72,5% considerámos ter sido uma escolha adequada porque, sendo uma forma fácil e acessível de resposta para os dirigentes, permitiu-nos antever já uma forma de intervenção sobre o problema que estudamos.

Entendemos que o problema a estudar em sede de dissertação é, claramente, um Estudo de Caso, pelo que terá apreciações e análises específicas de acordo com esta metodologia. Ainda neste campo pensámos utilizar outros instrumentos de técnicas de recolha de dados, como os questionários e a pesquisa bibliográfica, visto estes serem eficazes para a objectividade e análise, para além de permitirem uma informação objectiva e sucinta.

A pesquisa bibliográfica utilizada neste trabalho para obtenção de informação foi, sobretudo, sobre animação educativa e sociocultural, dinâmicas culturais, práticas sociais, desenvolvimento local, redes/parcerias, centros de dia e lares da terceira idade.

Por sua vez, os questionários, porque têm um valor importante na obtenção de informação para esta pesquisa, foram dirigidos especialmente aos dirigentes das instituições em causa, aos técnicos de intervenção social e cultural e aos idosos de cada instituição, o que permitiu uma informação mais detalhada e actualizada sobre a situação actual do trabalho em rede. Se existe, ou não, e quais as expectativas dos inquiridos relativamente as estas práticas.

Considerámos que toda a informação obtida através destes questionários, com uma taxa de retorno nos 100%, foi fundamental para desenvolvermos a nossa pesquisa.

Verifica-se, por exemplo, que todos os técnicos das instituições que participaram neste questionário têm curso superior com especializações nas áreas sociais e que, na sua maioria, são do sexo feminino.

Deu para entender também que a relação estabelecida entre as instituições e a comunidade é positiva, porque é de grande proximidade, de complementaridade e de cooperação. Afinal também de empregabilidade com um índice elevado.

Os idosos são os actores mais importantes na elaboração da proposta de intervenção comunitária, porque foi através das suas opiniões que pudemos construir um modelo de uma proposta de intervenção sociocultural, onde reunimos actividades de diferentes âmbitos através das suas histórias de vida.

A proposta de intervenção comunitária, que reúne um conjunto de actividades propostas pelos idosos dos lares e centros de dia em estudo, é promovida pelas respectivas instituições de terceira idade. Envolve parcerias e é organizada em rede.

Os Centros de Dia e Lares de Terceira Idade são núcleos importantes na comunidade porque, para além de promoverem a dinâmica social e relações de proximidade de grande significado, podem também ser focos centrais no desenvolvimento local, criando expectativas a toda a população de uma futura segurança e bem-estar social, físico e psicológico.

Alguns sentem-se satisfeitos com o trabalho desenvolvido até então. Outros nem por isso. Deve-se às prioridades estabelecidas por cada uma das instituições. Haverá objectivos atingidos, mas outros poderão não ter sido ainda satisfeitos.

Todas as instituições estabelecem parcerias de âmbito social e político. Mas de âmbito cultural ou educacional não são visíveis. Muitas delas queixam-se das redes sociais que não funcionam adequadamente nem dão o apoio necessário. As parcerias envolvem na grande maioria sectores públicos e estatais. No que diz respeito ao âmbito cultural, os apoios por parte da autarquia são pouco visíveis ou talvez nulos.

O terceiro sector não se evidencia neste tipo de relações e o contacto com outros Centros de Dia e Lares da Terceira Idade é mínimo. Continua-se, claramente, a trabalhar em torno de si próprio.

As actividades desenvolvidas em rede são restritas e pouco frequentes. As mais regulares desenvolvem-se no campo pedagógico, leitura e biblioteca, assim como nos trabalhos manuais, para além de algumas conferências ou encontros.

Todos têm a consciência de que é importante trabalhar em rede, ou parceria, na rentabilização dos recursos, convivência e consolidação de conhecimentos. Em termos futuros a maioria mostra-se interessada em participar e instituir novas práticas, ainda que outros

evidenciem alguma reticência. Mesmo assim pensam que teriam de avaliar muito bem o tipo de parcerias que pudessem fazer parte de uma possível rede.

É então a partir deste diagnóstico que vamos construir e desenvolver a Problemática.

PROBLEMÁTICA

Nunca como hoje a palavra rede ocupou um lugar tão importante no nosso vocabulário. Digamos que, de uma forma geral, rede é fruto de um trabalho de negociação entre duas ou mais partes, em que se utilizam as capacidades de cada uma delas com o objectivo de um resultado vantajoso comum. Ao mesmo tempo respeitando a especificidade de cada uma das partes, afirmando-as como grupos sociais autónomos e diferentes.

A necessidade desta negociação tem por base a percepção de que a resolução dos problemas das pessoas só terá êxito se houver uma intervenção a nível da comunidade, nomeadamente, quando os interesses e as necessidades forem objectivamente diferenciados.

Assim se compreende que se construam projectos baseados em objectivos comuns e nos quais estejam implicados todos os parceiros. Para que isso aconteça é importante que haja uma mobilização e gestão adequada dos recursos financeiros, técnicos e humanos.

O trabalho em rede, com parcerias, também tem uma função pedagógica, já que pressupõe a assunção da parceria propriamente dita, da partilha de decisões, de aprendizagens comuns, da apropriação de novos conceitos de responsabilidade e, enfim, da participação nas metodologias de interacção e intervenção. No momento da parceria são todos anfitriões, isto é, os Centros de Dia e Lares da Terceira Idade estão todos no mesmo patamar, embora se respeite o colectivo e o individual de cada um deles, seguramente transportador de práticas socioculturais diversificadas.

Um dos principais objectivos deste estudo é promover os recursos existentes na comunidade, na perspectiva de uma cidadania activa como instrumento de reflexão e inovação de práticas socioculturais com os Centros de Dia e Lares da Terceira Idade, nomeadamente com os idosos, tendo como base um trabalho continuado de parcerias em rede.

Acredita-se numa política de cooperação, e na importância das parcerias, como formas de otimizar esforços e dinamizar procedimentos. Qualquer processo de acção conjunta traz mais poupança nos recursos, tornando as instituições mais eficazes, ao mesmo tempo que se aumentam as possibilidades de sustentabilidade e viabilidade de projectos.

As instituições de solidariedade social, neste caso, os Centros de Dia e Lares da Terceira Idade são, visivelmente, estruturas vivas do nosso concelho, tanto ao nível da empregabilidade como da assistência a pessoas. Existe, cada vez mais, uma necessidade de aumentar este tipo de serviços face ao ritmo de envelhecimento das populações.

De facto, o envelhecimento é predominante nesta região. Esta dimensão legitima cada vez mais a redefinição de novas linhas condutoras para o desenvolvimento social e cultural

das comunidades. Estas instituições, e a rede de parcerias preconizadas, poderão funcionar como núcleos de desenvolvimento local e de novas práticas socioculturais, ou seja, indutoras de uma nova consciência cidadã.

Neste sentido, as hipóteses que fomos referenciando conduziram-nos para outras questões pertinentes: os Centros de Dia e Lares da Terceira Idade trabalham em rede e parceria umas com as outras? O trabalho em rede proporciona um melhor desenvolvimento local? Os idosos das instituições podem ser protagonistas na elaboração de programas de intervenção e desenvolvimento local?

É a partir destas questões que surge a problemática desta investigação: “*Redes Comunitárias de Animação Sociocultural a partir dos Centros de Dia e Lares da Terceira Idade*”.

O estudo surge com o objectivo de diagnosticar a existência, ou não, de redes ou parcerias, ao mesmo tempo que se pretende encontrar propostas de incentivo às práticas dessa rede ou parceria, assim como de uma intervenção sociocultural colectiva. Ou, talvez, tornar-se num reforço à promoção das redes locais ou intra-lares de desenvolvimento sociocultural porventura existentes. São inúmeras as variáveis que poderão influenciar as linhas condutoras deste estudo. Redes/Parcerias e Desenvolvimento Local, Redes/Parcerias e Sistema Autárquico, Redes/Parcerias e Instituições de Solidariedade Social.

Os objectivos deste estudo são simultaneamente lineares e sistematizados:

Objectivos gerais: - Perceber que tipo de apoio os lares têm da autarquia; - Perceber as intenções que cada lar estabelece com todos os outros lares do concelho e os seus congéneres no distrito; - Encontrar dinâmicas socioculturais existentes entre os lares e organizações comunitárias; - Perceber que tipos de relações (redes/parcerias) deveriam existir para melhorar as relações entre as organizações comunitárias; - Identificar quais os benefícios que o lar (utentes, dirigentes e técnicos) pode dar à comunidade onde se insere e as respectivas relações que se estabelecem entre ambos; - Perceber se a intervenção comunitária através da Animação Sociocultural é importante e se tem benefícios para o desenvolvimento rural;

Objectivos específicos: - Criar uma rede local, comunitária, de animação sociocultural, ao nível do concelho de Portalegre, que seja institucional, estruturada, com orientação, acompanhamento e inserção; Reforçar e promover as Redes Locais e Inter-Locais de

Desenvolvimento Sócio-Local; - Reforçar e aumentar a eficácia social das intervenções e das organizações envolvidas, através do reforço das redes locais, do intercâmbio de experiências, da divulgação e sistematização das boas práticas; - Criação de espaços de cooperação, facilitadores da reflexão, da promoção de iniciativas e de desenvolvimento de dinâmicas de parceria em territórios onde estas não existam ou são incipientes; - Realização de reuniões de parceria para reforçar competências organizativas, cooperativas e de trabalho em rede; - Criar competências sobre Desenvolvimento Local - conceitos e práticas; - Reflectir sobre Trabalho em Parceria - potencialidades e limitações.

O estudo será realizado com os lares das freguesias do Concelho de Portalegre: Sé/Portalegre, Urra, Alagoa, Alegrete e Ribeira de Nisa. A Casa do Povo de Alagoa; o Centro Social Nossa Senhora da Esperança – Ribeira de Nisa; o Centro Social e Paroquial de S. Tiago de Urra; a Santa Casa da Misericórdia de Alegrete e a Santa Casa da Misericórdia de Portalegre. Esta escolha e selecção tem a ver com alguns critérios espaciais que serão apresentados neste noutro capítulo.

A socialização entre estes actores significa a aceitação de perda de alguma privacidade institucional, mas também da consciencialização sobre as práticas do exercício da tolerância e do desprendimento institucional, ainda que não dissociados das motivações e interesses reais das pessoas e organizações tomadas individualmente. Esta abertura, mais do que uma questão de generosidade, é uma questão de inteligência estratégica, sobretudo diante da força potencial da temática sobre o desenvolvimento local enquanto mudança paradigmática e cultural.

Este recente conceito de estrutura organizacional é potencialmente produtor de uma nova cultura democrática e respeitadora das diferenças, bem como contribui directa ou indirectamente para a difusão da informação e do conhecimento e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da humanidade.

A parceria, ou a rede, poderá ser uma verdadeira mutação a nível das mentalidades. Acredita-se que este tipo de trabalho é inequivocamente uma cultura a incentivar, que faz parte integrante da filosofia das instituições.

CAPITULO I - QUADRO TEÓRICO

1 - Envelhecimento, residências para idosos e a participação social

1.1 - Envelhecimento

“Muitas civilizações antigas com culturas de ouro (gold standart cultures) usavam jovens (guerreiros) na guerra e trabalhos pesados, reservando os idosos (senadores, etimologicamente senescentes) para funções de aconselhamento. Os idosos são os sábios e fiéis depositários da tradição.” (SILVA, C., 2001).¹

Foi sobretudo a partir da segunda metade do século XX que emergiu um novo fenómeno nas sociedades desenvolvidas. O envelhecimento demográfico, que traduz o aumento preocupante do número de pessoas idosas. Este aumento significativo de pessoas mais velhas tem despertado, nos últimos anos, nos cientistas sociais, grande interesse por esta faixa etária. O avanço da medicina das últimas décadas, sobretudo no combate à doença, tem vindo a proporcionar o aumento progressivo da longevidade, portanto, o crescimento da esperança média de vida.

“Em 2000 o Índice de Envelhecimento da população, traduzido no número de idosos por cada 100 jovens, era de 102 para Portugal. Até 2050 a população de todas as regiões, envelhecerá, podendo mesmo o Índice de Envelhecimento situar-se nos 398 idosos por cada 100 jovens” (INE, 2004).²

O envelhecimento é um fenómeno biológico, psicológico, social e cultural, que atinge o ser humano na plenitude da sua existência, modificando a sua relação com o tempo, o seu relacionamento com o mundo e com a sua própria história.

Para a OMS (2002), *“o envelhecimento é um fenómeno de uma população e de uma pessoa. É de uma população porque reflecte o êxito da humanidade, e é de uma pessoa porque o envelhecimento é um processo complexo, diferencial (especifico de cada pessoa), contínuo (embora com movimentos diferentes), inelutável e irreversível.”³*

O Processo de envelhecimento depende de vários factores: biológicos, psicológicos, sociais e culturais. O domínio biológico é a área onde a percepção individual acerca da dinâmica entre as perdas e os ganhos pende mais para o lado das perdas. As mudanças

¹ SILVA, C. (2001/ 2002) - *“Guia para a concepção de um projecto de investigação”*, p. 24, ESDRM.

² INE - Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas Demográficas 2004, 28 de Novembro de 2005.

³ OMS - Organização Mundial de Saúde, 2002.

influenciam o padrão global de saúde, a mobilidade física, o funcionamento cognitivo, etc. Para o idoso a relação entre funcionamento físico e psicológico é relevante, na medida em que os declínios físicos começam a traduzir-se em limitações palpáveis ao nível do funcionamento global.

O domínio psicológico enquadra as reacções emocionais, personalidade, mecanismos perceptivos, memória, cognição, estilos de relação interpessoal, etc. Considera-se que, subjacente ao funcionamento psicológico, existe uma plasticidade intra-individual que potencia a capacidade adaptativa do indivíduo (conceito de equifinalidade).

“... os sistemas interactivos mútuos estão voltados para a evolução e desenvolvimento. E por engajar agentes inteligentes, os mesmos resultados de uma interacção podem ser alcançados de múltiplas formas, mesmo que independente da situação inicial do sistema (princípio da equifinalidade)” (PRIMO, 1998)⁴

Neste tipo de interacção, *“o relacionamento evolui a partir de processos de negociação”* (PRIMO, 1998), com resultados satisfatórios, embora imprevistos. A operação dá-se por meio de acções interdependentes, entre agentes activos e criativos que se influenciam reciprocamente.

Finalmente, no domínio sociocultural surgem as instituições e as estruturas sociais capazes de ajudarem a transformar as pessoas, a família, o trabalho, o Estado e a religião. Com a implementação regular destas estruturas, que responderão a questões como a passagem à reforma ou à morte de um dos cônjuges, surgem outros modos de ser e de estar. A pessoa tem que mobilizar toda a sua capacidade adaptativa para fazer face a desafios de natureza material ou contextual (como ocupar o tempo, para onde ir durante o dia...), assim como proceder à redefinição da sua identidade social e ao sentido de utilidade da sua vida.

Os idosos são extremamente sensíveis e vulneráveis à opinião dos outros e à atenção que estes dão aos seus feitos e aos seus gestos. Assim, existem duas formas de encarar a velhice: uns seguem o estereótipo do que é ser velho. Outros têm a noção de que algumas das suas capacidades diminuem. Mas num e noutro caso, nada os impede de terem uma vida activa.

Muitas vezes o idoso é visto pela sociedade como um indivíduo “inútil” e “fraco”. Os valores sociais impedem, a maioria das vezes, a sua participação em vários cenários da sociedade onde possam mostrar ainda condições para o exercício do trabalho.

⁴PRIMO, Alex F. T., 1998, *“Interação Mútua e Interação Reativa”*. Texto apresentado no GT de Teoria da Comunicação para apresentação do XXI Congresso da Intercom - Recife, PE, de 9 a 12 de Setembro de 98.

A OMS (2002)⁵ definiu o envelhecimento activo como “o processo de optimização das oportunidades de saúde, participação e segurança para melhorar a qualidade de vida à medida que se envelhece... (que permita) que as pessoas desenvolvam o seu potencial de bem-estar físico, social e mental ao longo de toda a sua vida e participem conforme as suas necessidades, desejos e capacidades”.

Para ter uma vida plena é necessário manter-se activo. Praticar actividades desportivas; ter uma alimentação saudável apropriada à idade; ter idas regulares ao médico; viajar; e continuar a promover a sua formação intelectual. Para que o idoso se mantenha activo deve praticar hábitos de vida saudáveis. Não pode nem deve viver a velhice de forma sedentária.

1.2 - Residências para idosos

O internamento num equipamento de apoio à população idosa surge, em muitos casos, como a única alternativa viável face ao jogo de interesses subjacentes e à ausência de princípios de justiça que permitam respeitar os condicionamentos que afectam os vários agentes envolvidos.

Considera-se lar para idosos “o estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene e conforto, fomentando o convívio e propiciando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes.” (Despacho Normativo n.º 12/98 de 25 Fevereiro de 1998)⁶

Objectivos dos lares:

São objectivos específicos dos lares para idosos:

- a) Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas;*
- b) Contribuir para a estabilização ou retardamento do processo de envelhecimento;*
- c) Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação interfamiliar;*
- d) Potenciar a integração social.*

⁵ OMS, *ob.cit* 2002.

⁶ **Despacho Normativo** n.º 12/98 de 25 Fevereiro de 1998 - DR 47/98 - SÉRIE I-B Emitido por Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Condições gerais de funcionamento:

1 - A concretização dos objectivos referidos na norma II exige que o funcionamento do lar deva garantir e proporcionar ao idoso:

a) A prestação de todos os cuidados adequados à satisfação das suas necessidades, tendo em vista a manutenção da autonomia e independência;

b) Uma alimentação adequada, atendendo, na medida do possível, a hábitos alimentares e gostos pessoais e cumprindo as prescrições médicas;

c) Uma qualidade de vida que compatibilize a vivência em comum com o respeito pela individualidade e privacidade de cada idoso

d) A realização de actividades de animação sociocultural, recreativa e ocupacional que visem contribuir para um clima de relacionamento saudável entre os idosos e para a manutenção das suas capacidades físicas e psíquicas;

e) Um ambiente calmo, confortável e humanizado;

f) Os serviços domésticos necessários ao bem-estar do idoso e destinados, nomeadamente, à higiene do ambiente, ao serviço de refeições e ao tratamento de roupas.

2 - O funcionamento do lar deve fomentar:

a) A convivência social, através do relacionamento entre os idosos e destes com os familiares e amigos, com o pessoal do lar e com a própria comunidade, de acordo com os seus interesses;

b) A participação dos familiares, ou pessoa responsável pelo internamento, no apoio ao idoso, sempre que possível e desde que este apoio contribua para um maior bem-estar e equilíbrio psico-afectivo do residente.

3 - O lar deve ainda permitir a assistência religiosa, sempre que o idoso a solicite, ou, na incapacidade deste, a pedido dos seus familiares.

Os lares são objectivamente Centros Sociais de Apoio a Idosos, conceito nuclear deste estudo, e é à volta desta realidade que a problemática se desenrola. Mas por outro lado surge um outro conceito que poderá ser um importante instrumento desta realidade. A Animação Sociocultural como instrumento de intervenção e promoção sociocultural num grupo, ou comunidade.⁷

⁷ **Despacho Normativo** n.º 12/98 de 25 Fevereiro de 1998, ob. cit.

1.3 - Participação social

“*Ter uma boa velhice é um desejo ancestral do ser humano.*” (Neri e Yassuda, 2004 p.7).⁸ Hoje em dia e em quase toda a parte do mundo, sobretudo nos países que vivem mais intensamente a realidade do envelhecimento populacional, surgem teorias que pretendem identificar as condições que possibilitam a qualidade de vida e que defendem a promoção da integração e da participação dos indivíduos mais velhos na sociedade.

“*A participação social define-se a partir de duas componentes; através da manutenção das relações sociais e pela prática de actividades produtivas*” (Roger, 2000 p.154).⁹ Segundo este autor, quando adaptados ao processo de envelhecimento e à velhice, estes dois aspectos dependem da qualidade de vida na reforma, do bem-estar e da satisfação de vida.

O tema da participação das pessoas idosas está presente ao longo de várias investigações e é muitas vezes associada a actividades sociais produtivas. Kaufman (1986), citado por Roger (2000 p.154), refere que “*um indivíduo não é considerado velho pela família e amigos enquanto conservar actividades produtivas, sobretudo se tiverem associadas a actividades remuneradas.*”

Actualmente incentiva-se a participação da pessoa idosa na sociedade sabendo-se, todavia, que se está muito longe desta realidade. A saída do mercado de trabalho condiciona, podendo mesmo diminuir, o *status* das pessoas, assim como o seu processo de inserção social. O conceito de reformado está muitas vezes associado aos conceitos de solidão, isolamento, improdutividade, inutilidade, entre outros. Em vez de se valorizarem as oportunidades que a reforma pode trazer, caracteriza-se esta como uma perda de estatuto. Neste caso, autores como Simões (2006)¹⁰ entre outros, dizem que é indispensável o contributo da educação. É necessária e útil em todos os períodos da vida e não menos importante na velhice. Aprender é uma das formas mais expressivas de cidadania activa, permitindo às pessoas mais velhas participar na sociedade, mantendo-as actualizadas e informadas. As práticas de animação sociocultural com idosos permitem o desenvolvimento de políticas de desenvolvimento, de cultura valorizada e de bem-estar.

Os idosos não vão todos para lares! O que poderão então fazer? Que tipo de participação social ainda poderão ter?

⁸ NERY, Anita Liberalesso; YASSUDA, Mónia Sanches; “*Velhice bem sucedida: Aspectos afectivos e cognitivos*”, São Paulo 2004, p.7 Colecção Vivacidade.

⁹ FONTAINE, Roger; “*Psicologia do envelhecimento*”, 1ª ed.. - Lisboa : Climepsi Editores, 2000.

¹⁰ SIMÕES, A. (2006). “*A nova velhice: Um novo público a educar*”. Porto: Âmbar.

2 - Animação Sociocultural

2.1 - Contextualização histórica e conceptual

Numa reunião organizada pela UNESCO em Mondsee (Áustria), em 1950, surge pela primeira vez a palavra “Animação” (Badesa, 1995).¹¹ Em França, do pós-guerra até finais da década de setenta, são bastantes os autores que têm vindo a teorizar a função da Animação Sociocultural tentando encontrar um objecto específico nos seus conteúdos.

Segundo Badesa (1995), *“a Animação Sociocultural aparece como resposta a uma necessidade social devido a uma grande expansão industrial e urbana que conduzia o homem à mudança e este, perante isto, tinha necessidade de se adaptar.”* Por sua vez Ander Egg (1999),¹² diz que a Animação já era falada na Europa desde meados dos anos sessenta. A palavra “Animação” foi sempre um termo de alguma forma difusa, porque variava de sociedade para sociedade. Coulon, citado por Quintana (1993)¹³, diz que *“a Animação surge como necessidade de superar as dificuldades que se desenvolvem na sociedade actual devido às grandes diferenças sociais, estruturais económicas e culturais; à massificação e ao desenvolvimento urbanístico.”* Assim, pudemos constatar perante estes autores que a Animação Sociocultural passou a ser uma prática necessária e urgente, pelo facto da sociedade conter graves problemas sociais, como o individualismo, a degradação social e colectiva, a marginalização social, e outros.

Acredita-se que a origem do conceito está indubitavelmente associada à tradição americana do lazer e dos tempos livres e à problemática da cultura de massas e da cultura popular, conforme sugere G. C. Butler (1965)¹⁴ citado por Bento, A. (2003) *“Muitos autores americanos acreditam que a recreação é uma “força vital” que influencia a própria vida dos indivíduos. (...)”* Além disso é ainda, segundo Meyer e C. K. Brightbill (1964),¹⁵ também

¹¹ **BADESA**, Sara de Miguel: *“Perfil del Animador Sociocultural”* Madrid, Narcea Ediciones, 1995.

¹² **ANDER** – Egg, Ezequiel: *“O Léxico do Animador”*, Amarante, ANASC, 1999.

¹³ **QUINTANA**, José Maria: *“Los ámbitos profesionales de la Animación”*, Madrid, Ediciones Narcea S.A., 1993

¹⁴ **BUTLER**, George G., *“Pioneers in Public Recreation, Minneapolis, Burgess Publ”*; 1965, (p.4), cit. por Provonost, G., cit., 1983, (p.112) in Bento, Avelino, “Teatro e Animação – Outros percursos de desenvolvimento sociocultural na Alto Alentejo”, Lisboa, Edições Colibri, 2003

¹⁵ **MEYER**, Harold; **BRIGHTBILL**, Carles, K., Community Recreation. A Guide to its Organization, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1964, (p. 43), cit por Provonost, G., Ob. Cit., 1983, (p.112) in Bento, Avelino, *“Teatro e Animação – Outros percursos de desenvolvimento sociocultural na Alto Alentejo”*, Lisboa, Edições Colibri, 2003

citados por Bento, A. (2003), “*uma “força social cujos efeitos sobre a cultura, os modos de vida e as mentalidades estão ainda a crescer.”*”

Apesar de Ventosa considerar a existência dos factores culturais, sociais e educativos associados ao surgimento e desenvolvimento da Animação Sociocultural, Bento, A. (2002) configura essa trilogia numa filosofia de intervenção, admitindo identificar outros factores emergentes “ *Em Portugal, só a partir do 25 de Abril de 1974, a Animação Sociocultural tomou proporções de uma filosofia de intervenção. Do nosso ponto de vista, com uma estratégia de enquadramento na sociedade a três dimensões: a primeira com uma dimensão política, utilizada como objecto de democracia; depois a dimensão cultural, utilizada como objecto de afirmação individual e colectiva; finalmente, a terceira dimensão, a educativa, utilizada como objecto da educação permanente ao longo da vida (...).*”¹⁶

Todas estas dimensões colaboram no sentido de intervir e agitar mentalidades, para que cada um se incomode, se motive a ser actor das suas aprendizagens e a ter consciência do seu papel social, fomentando o ser em detrimento do ter.

Para Bento, A. (2002) o aparecimento e o desenvolvimento da Animação Educativa e Sociocultural fundamenta-se em quatro factores contextuais que não só explicam a sua evolução, como também explicam a forma como aquela se apresenta na sociedade. Como uma metodologia de intervenção sócio-educativa:

- *“O contexto sócio-económico: a partir dos anos 50 entra-se numa sociedade pós-industrial que se caracteriza como uma época de um rápido crescimento e desenvolvimento tecnológico. Estas consequências traduzem um aumento da mobilidade geográfica; o aumento da implementação de novas tecnologias; o aumento do tempo livre; a quebra das estruturas tradicionais e a modificação na escolha de valores.”*

A sociedade não estava preparada para estas mudanças e, como consequência, surgiram graves problemas sociais. A Animação Sociocultural aparece neste contexto como uma metodologia para responder aos desequilíbrios sociais.

- *O contexto político: nos anos cinquenta/sessenta do século passado o Estado é responsável por uma série de transformações. Dá-se uma privatização política e social em que os cidadãos passam a ter direito à integração e participação na vida activa.*

¹⁶ BENTO, Avelino, “*o teatro e o desenvolvimento sociocultural, local e regional*”, Universidade de Aveiro; Departamento de Comunicação e Arte; 2002 (p.108), (Tese de Doutoramento).

A democracia representativa passa a ser uma democracia directa contribuindo para uma melhor profissionalização da gestão política. É através da institucionalização da luta de classes e da melhoria generalizada das condições de vida que se dá uma relação entre a estrutura social e as vias tradicionais de conflito, que por sua vez contribui para neutralizar a crítica social e atenuar uma das principais forças de dinamização social.

- *O contexto cultural: no decorrer do tempo começou-se a dar cada vez mais importância ao conceito “cultura” e isso implicou o aparecimento, assim como o desenvolvimento, da Animação Sociocultural.*

A “democracia cultural” permite que todos os indivíduos possam, eles próprios, criar cultura e convertê-la num hábito de desenvolvimento pessoal e colectivo.

- *Contexto Educativo: foi através de vários métodos, actividades e experiências que se conseguiu articular melhor o sistema educativo com a realidade social, mas não foi o suficiente. A Animação Sociocultural veio, também, por sua vez, contribuir para esta intervenção educativa.¹⁷*

Neste sentido deduz-se então que a Animação Sociocultural privilegia, do ponto de vista das interacções socioculturais, um saber e um estar adquiridos, capazes de renovar e propor novas atitudes e novas relações sociais. Ela tem na sua essência, simultaneamente, arte, técnica, filosofia e ciência suficientes para torná-la também sujeito portador de mudança.

Podemos então concluir ou propor a Animação Sociocultural como uma forma de acção que pode vir a gerar processos de participação activa dos idosos e torná-los protagonistas de desenvolvimento.

Bento, Avelino (2003)¹⁸ sistematiza desta forma o conceito de Animação Sociocultural: “(...) é uma forma de acção sócio-pedagógica que, sem ser a única, se caracteriza pela procura e pela intencionalidade de gerar processos de participação das pessoas em áreas culturais, sociais e educativas que correspondam aos seus próprios interesses e necessidades.”

Este conceito processa-se a partir de duas super-estruturas:

Contextos: cultural, social e educativo

Instituições: colectividades locais, organizações sociais, associações voluntárias.

¹⁷ BENTO, Avelino, *ob.cit.* 2002, pag.108.

¹⁸ BENTO, Avelino, “*Teatro e Animação – Outros percursos de desenvolvimento sociocultural no Alto Alentejo*”, Lisboa, Edições Colibri, 2003, (p.120-12)

E tem também quatro dimensões:

O Método – Integração e participação das populações;

A Acção – Movimento geral de inovação da expressão individual e colectiva;

A Mudança – Transformação de atitudes e de relações inter-individuais e colectivas – inserção na sociedade;

O Conteúdos – Valorização da criatividade como expressão de si, em observância às questões da estética e da arte, do conhecimento e do saber, dos valores e da ética, da ecologia e da qualidade de vida; que incentivem para a produção, criação e fruição cultural, a partir de interesses e necessidades intrínsecas e extrínsecas.

Segundo Laura Gutiérrez Rueda (1997),¹⁹ *“A Animação é um método de promoção comunitária para estimular o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos, procurando sensibilizar as suas necessidades e aspirações, permitindo-os comunicar entre si para valorizar as suas capacidades criadoras.”*

Valorizar capacidades criadoras e críticas é o contrário de, por nossa vontade, querer mudar vidas de tradição e formas muito particulares de cada grupo viver a sua própria cultura. É importante garantir a identidade cultural dos vários grupos dentro do território, tal como refere Bento, Avelino (2002)²⁰: *“ Em primeira instância deve ser a realidade cultural de cada território a inspirar as estratégias da animação sociocultural, ou seja, através da análise da realidade deve-se criar instrumentos capazes de melhorar essa realidade. Em segunda instância, as estratégias utilizadas devem contemplar um grau de abertura para o exterior, alguma permeabilidade a influências, ou seja, estratégias que considerem a pluralidade das práticas culturais.”*

Na verdade a Animação Sociocultural tem por finalidade uma acção pedagógica que usa as técnicas mais adequadas e tem como ponto de “partida” e de “chegada” a comunidade ou grupo com que se pretende trabalhar. A Animação Sociocultural utiliza uma pedagogia social de compreensão dos outros, interagindo com eles e respeitando a sua identidade cultural, tornando-os actores efectivos das suas intervenções ou acções. No fundo é, simultaneamente, uma acção social, uma acção cultural e uma acção educativa.

¹⁹ RUEDA, Laura Gutiérrez: *“Métodos para la animación sociocultural”* Madrid Editorial CCS, 1997.

²⁰ BENTO, Avelino, *Ob. cit.*, 2002, pag.113.

A Animação Sociocultural tem evoluído ao longo do tempo. Focalizava-se em formas e modelos de intervenção bastante restritas. Realizava práticas desportivas, campos de férias muito direccionadas para os mais jovens, assim como criava alguns espaços de tempo livre para os trabalhadores. Hoje em dia o seu campo de intervenção já é mais alargado e dirige-se também para outras faixas etárias e outras modalidades, predominando muito a dimensão social e educativa.

Segundo Quintana (1993),²¹ “A Animação hoje em dia pode ser aplicada a todos os sectores da vida social.” Mas também, dizemos nós, para novas estruturas institucionais: animação em meio aberto (rural/urbana) e meio fechado (grupos ideológicos, grupos de diferentes idades... e também actividades de interesses físicos, sociais, intelectuais e artísticos.

Para a Animação Sociocultural actuar em campos de intervenção emergentes terá que aplicar alguns dos seguintes processos:

- Um processo de desenvolvimento tendendo a criar condições estáveis para que o(s) indivíduo(s) se sintam bem na sociedade;
- Boas relações entre os homens e para com a sociedade;
- Um processo de criatividade onde faça realçar a criatividade e a iniciativa.

A Animação Sociocultural além de ter formas de intervenção tem também algumas modalidades para intervir. Vários estudos foram feitos mas, os que mais se destacam, são os de Quintas e Castaño (1990)²² que distinguem estas “*modalidades em quatro momentos*”:

Modalidade Educativa: O animador é um educador que baseia a sua metodologia na participação e autogestão do grupo.

Modalidade Cultural: O animador centra-se em programas culturais de criação e difusão.

Modalidade Social: A Animação procura acalmar as desigualdades sociais, acabar com o conceito de exclusão social e para isso trabalha com outros técnicos especializados.

Modalidade Económica: A Animação trabalha para que os indivíduos alcancem a satisfação pessoal através das suas obrigações e satisfações do dia-a-dia.

²¹ In QUINTANA, J. M., “*Los ámbitos profesionales de la Animación*”, Madrid, 1993, (p.37)

²² In QUINTAS, Sindo Fraude; CASTAÑO, M. Angeles Sánchez, “*Animación Sociocultural – nuevos enfoques*”, Barcelona, Amaru Ediciones, 1990, (p. 45-46)

2.2 - O Animador como agente de desenvolvimento sociocultural

O termo “Animador” surge em França nos anos cinquenta do século passado. No pós 25 de Abril de 1974 em Portugal esta definição expande-se ficando a dever-se, sobretudo, ao regresso dos portugueses exilados. Actualmente o termo “Animador” é utilizado para identificar um certo tipo de trabalho social.

Em Portugal, a profissão de Animador Sociocultural começou já a ganhar alguma consistência, o que obriga a uma reflexão sobre o seu enquadramento no seio das restantes profissões e sobretudo do trabalho social em que se insere. Muitas vezes o Animador Sociocultural tem uma função quase “militante”, pois a sua disponibilidade para com a comunidade deve ser a mais ampla possível.

Bento, Avelino (2002²³ refere que *“(…) o (a) Animador (a) Sociocultural é de facto um (a) agente de desenvolvimento. Por essa circunstância deve desempenhar funções gerais ou específicas conducentes ao êxito da melhoria da qualidade de vida das populações. Afinal comprometer-se a estar atento à tradição e inovação cultural, obrigando-se a incentivar, apelar e organizar a participação dos indivíduos e tornando-os um ponto de referência dos valores e da democracia.”*

Uma das funções fundamentais do animador sociocultural é a de desenvolver uma diversidade de actividades/atitudes comunitárias, numa dada comunidade, tendo como finalidade ajudar no desenvolvimento da própria, partindo do pressuposto de que a comunidade se forma a partir de um todo (grupo) e da união entre os seus membros.

O animador sociocultural é um profissional que actua sobre a pessoa e sobre o grupo de uma comunidade com algumas funções:

- A potencialização das relações interpessoais e a participação e o desenvolvimento de programas;
- A criação de atitudes e actividades;
- A cooperação com um grupo na resolução dos seus problemas e ambições;
- A disponibilização de recursos técnicos necessários.

²³ BENTO, Avelino, *Ob., cit.*, 2002, pag.138.

De acordo com Ander-Egg (1999)²⁴, as principais funções de um Animador deverão ser: *“proporcionar assessoria técnica para organizar as suas próprias actividades; contribuir para que a mesma gente envolvida nestes programas recupere, sistematize, avalie e implemente as suas próprias práticas socioculturais como forma de atentar e acrescentar o protagonismo popular e sobretudo, animar, vitalizar e dinamizar as energias e potencialidades existentes nas pessoas, nos grupos e nas colectividades.”*

O Animador Sociocultural é um técnico social que tem uma função sócio-educativo de destaque, porquanto o seu interesse é fazer progredir colectividades, grupos e indivíduos que deles façam parte. Esta progressão passa pelo plano das relações sociais em que se procura fomentar a consciência do colectivo, do potencial da capacidade colectiva para enfrentar e resolver os problemas que lhes são comuns e a implicação da comunidade no seu próprio desenvolvimento. Ajudando o colectivo a ser capaz de conquistar a sua identidade sociocultural através da apresentação de projectos e iniciativas que consigam fazer face às dificuldades encontradas.

Assim, a função dos animadores socioculturais marca-se simultaneamente por uma melhor socialização e por uma consciencialização sobre a cultura. Numa associação ou instituição aparece como agente fundamental no processo de transição de valores e de conhecimentos, fomentando acções que permitam às comunidades criar condições para o seu desenvolvimento global e harmonioso. Tudo isto mediante a descoberta progressiva de interesses, aptidões e capacidades que proporcionem uma formação pessoal na sua dupla dimensão individual e social.

Qualquer que seja o meio onde exerça a sua acção deverá ter sempre em conta o sentido das relações humanas: deve ter um espírito de cooperação, ser capaz de receber e de dar, de propor sem impor; admitir a divisão de responsabilidades e considerar que, apesar do carácter global das intervenções, não irá ocupar o lugar de ninguém ou de todos aqueles que pela sua parte contribuam para a vida estruturada e organizada do grupo.

Segundo Sara Badesa (1995)²⁵ existem cinco dimensões que permitem definir o perfil e o papel do animador sociocultural:

- I. *Dimensão Cognitiva: a capacidade de iniciativa e de busca; a perseverança; o espírito reflexivo; avaliador, planificador, persistente e lúcido; a motivação criativa.*

²⁴ ANDER-EGG, Ezequiel, *“O léxico do Animador”*, Amarante, ANASC, 1999, p.111,112.

²⁵ BADESA, Sara de Miguel, *“Perfil del Animador Sociocultural”*, Narcea, Madrid, 1995, p.75-82.

- II. *Dimensão Afectiva: O equilíbrio emocional; a confiança em si próprio; a serenidade e bondade; o auto controle; a tolerância à frustração; o controle de emoções; ser familiar e simpático; o sentido de humor.*
- III. *Dimensão Social e Relacional: a confiança dentro do grupo; a capacidade de organização; o espírito democrático; a flexibilidade; a capacidade de compromisso social; a sociabilidade e disponibilidade; a empatia e a sensibilidade; a independência; a capacidade de admiração.*
- IV. *Dimensão Moral: a amabilidade e generosidade; a discrição e a imparcialidade; a humildade; a constância de ânimo; a honestidade.*
- V. *Dimensão Física: a resistência física; o entusiasmo e dinamismo; o vigor e a facilidade de expressão oral; a capacidade de trabalho; a boa postura.*

Como podemos observar o Animador Sociocultural tem como responsabilidade analisar e dar a conhecer ao grupo alvo a sua realidade e ter competência para responder a todas as questões e inquietações dos mesmos, sendo um ponto de conexão entre o grupo e a comunidade. Qualquer que seja o meio onde exerça a sua acção deverá ter sempre em conta o sentido das relações humanas. Deve ter um espírito de cooperação, ser capaz de receber e de dar. Enquanto agente dinamizador do tempo, do espaço e das pessoas, deverá ter conhecimentos acerca do meio natural, social e cultural onde se pretende efectuar a acção educativa.

2.3 - Animação comunitária e desenvolvimento local

A animação comunitária, por sua vez tenta, compreender a realidade social na sua evidente multi-dimensionalidade para intervir tendo como fundamento uma cultura de desenvolvimento. Esta constitui o ponto de partida, de base, para que, de maneira gradual, o processo de desenvolvimento local possa ganhar a dimensão de um projecto colectivo e auto-sustentado assumido pelos actores locais. De facto a animação sociocultural, qualquer que seja o seu âmbito de intervenção profissional/social, adquiriu grande importância na

sociedade actual, por isso não deve ser estática mas sim um elemento fundamental e estruturante de processos de mudança social.

Ander-Egg (1980)²⁶ define o desenvolvimento comunitário como “*um processo destinado a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação activa da mesma, e a maior confiança possível na sua iniciativa [...] tendo como objectivo conseguir uma melhor e maior participação da população nos assuntos locais...*”. Deste modo, para mobilizar todos os membros de uma comunidade, a animação comunitária estimula a iniciativa e a participação, proporcionando um tempo de escuta, discussão e reflexão em que se favorece a evolução das mentalidades, das aspirações e das necessidades.

É na educação não-formal que a animação comunitária se afirma como um processo de educação para toda a vida, privilegiando mais os efeitos que as intenções. Na verdade, é através da educação permanente que as comunidades procuram resolver os seus problemas numa perspectiva de auto-gestão da sua vida quotidiana, incluindo estas aprendizagens em projectos colectivos e globais que se constituem em pedagogia para o desenvolvimento local. Esta pode ser considerada como uma pedagogia popular constituída por objectivos educativos e formativos.

Os projectos locais por sua vez são instrumentos valiosos na implementação de dinâmicas estratégicas para a solução de problemas comunitários. Neste caso, independentemente da designação adoptada da educação / animação / desenvolvimento – intervenção / trabalho - comunitário / popular / local, pode enquadrar-se a implementação de projectos quer ao nível conceptual quer ao nível da *praxis* em três paradigmas fundamentais, tendo em conta os seus objectivos e as metodologias decorrentes dos mesmos (Santos, H. 2003)²⁷:

- “*Paradigma assistencialista cujo objectivo fundamental é atenuar as “disfunções sociais” através de acções assistenciais aos mais carentes, sem procurar corrigir as causas das desigualdades sociais existentes. Tem uma função essencialmente assistencial e compensadora;*

- *Paradigma integrador que visa a adopção/integração social dos indivíduos numa sociedade supostamente não conflitual, mas em evolução. Inserem-se neste âmbito as formas de ensino recorrente e de formação profissional segundo um modelo escolar. Desempenha,*

²⁶ ANDER – Egg, Ezequiel: “*Prácticas de la Animación Sociocultural y el Léxico del Animador*”, Buenos Aires, Ediciones CICCUSTICSA, 1994.

²⁷SANTOS, Henrique, 2003: “*Animação Comunitária, Projecto em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária*”, consultado em (<http://hen2.no.sapo.pt/animacaocomunitaria.pdf>)

sobretudo, uma função de adaptação dos indivíduos às mudanças da sociedade. Estes dois paradigmas partilham o mesmo objectivo último – a necessidade de preservar o status quo social através da alienação, acomodação e domesticação dos grupos populares;

- Paradigma radical que tem como objectivo contribuir para a redistribuição do saber e do poder, a democratização real da sociedade, o esbatimento das desigualdades sociais, através da capacitação, do desenvolvimento das competências e do “empowerment” das comunidades populares. A nível metodológico pressupõe a participação activa das mesmas, em todas as fases do processo educativo, preparação/planeamento, organização/execução e avaliação. Como o paradigma radical visa a transformação sucessiva da sociedade e o aproveitamento racional e sustentado da natureza, assim como desenvolve uma teoria de desocultação das causas dos problemas.”

As metodologias mais adequadas nestes processos visam assegurar a unidade entre metodologia e prática (em que a última é sempre fonte do conhecimento) são procedimentos metodológicos preferenciais a observação/participação militante.

Segundo Henrique Santos (2003)²⁸ *“O postulado fundamental da Educação Comunitária é a necessidade de realizar uma síntese entre o estudo do processo de mudança social e a participação nesse mesmo processo. Ao mesmo tempo observador e militante o pesquisador terá como objectivo fazer avançar a luta do grupo social rumo ao objectivo proposto (de mudança).”*

O primeiro passo consiste, então, em definir e conhecer o local e o ambiente. Para tal é conveniente reunir um conjunto de informações disponibilizadas quer pelo próprio grupo alvo quer através do levantamento informativo em publicações, imagens e outros documentos que possam ajudar a explicar as características da área.

Numa comunidade, perante um conjunto de problemas, haverá, por parte do planificador, uma opção baseada sobretudo nos recursos disponíveis, na dimensão do problema e na viabilidade da solução. No entanto é fundamental que ele ausculte os grupos sociais sobre as expectativas ou problemas por eles considerados mais prementes. Ao estabelecer prioridades, considerar-se-ão os problemas e eventuais acções de forma sistemática, evidenciando as relações e os efeitos de um problema sobre os outros.

²⁸ SANTOS, Henrique, *ob.cit.*, 2003.

Depois da selecção de um problema, e tendo em conta que esta escolha deverá respeitar as expectativas da comunidade, procede-se ao levantamento de um conjunto de acções, distinguindo as estratégias desejáveis das exequíveis.

A definição dos objectivos de um projecto é a forma mais eficaz de promover planos de acção adequados, específicos e orientados para a resolução de problemas. Num plano de “inter-comunitária” não devemos esquecer que “tudo diz respeito a todos”, daí que é essencial envolver todos os grupos, instituições (formais e não-formais), que terão sempre uma palavra a dizer ou uma acção a desenvolver sobre algo que lhes diz respeito.

Os projectos locais, de que temos feito parte, tentam respeitar as metodologias acima referidas e provêm das necessidades da localidade onde se desenvolvem. São metodologias direccionadas para a resolução de problemas que emergem dessas localidades a partir de uma pesquisa prévia e articulada. Para concretizar todos estes momentos apropriamo-nos, através da pesquisa, de factos sociais instituídos, para perceber quais as intenções e desejos da comunidade e ir ao encontro do que é importante, instituindo-o. É claro que muitas das vezes não é fácil. Encontram-se obstáculos de naturezas diversas. Mas trabalhando em rede e em parceria tudo pode ser mais fácil. Para isso tem de existir boa vontade, formação e abertura.

A Animação Sociocultural surge como uma prática profissional de intervenção, com estratégias autónomas, levando em conta a realidade social, económica e cultural, o papel do Estado e de outros actores comunitários, sem perder de vista o plano político, os ideais e os valores fundamentais da animação.

Relativamente ao Animador Sociocultural as suas competências poderão, assim, evoluir, utilizando as ideias de desenvolvimento da subjectividade de Habermas (1989)²⁹: *“a acção comunicativa - para atingir a autonomia do sujeito, garantir a inclusão procurada pelos grupos da população desejosos de terem consciência do que ocorre nos seus territórios para fazerem valer os seus direitos. Por sua vez o objectivo da animação consiste em criar as condições máximas para que o sujeito se torne o que ele é, isto é, abandonar as imagens de excluído como portador de conhecimentos de base, com possibilidades intelectuais limitadas e mesmo de carácter instável e substituí-las por um postulado de potencialidade do sujeito.”*

A Animação Sociocultural visa colocar todos os cidadãos em posição de gerar as suas próprias acções e de participar. Assim, todos os seus actores são membros da comunidade que desejam a transformação e mudança quando participam na elaboração de regras de acção democrática, quando actuam na comunidade contra a exclusão, as interdições, as turbulências

²⁹ **HABERMAS**, J.(1989): *“Consciência moral e agir comunicativo”*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

e desordens que contribuem para minimizar o bem-estar da comunidade. Este trabalho pode tornar-se mais fácil e mais eficaz quando assume a forma de rede. Neste caso uma rede comunitária de animação sociocultural entre actores do território.

2.4 - A existência / importância de uma rede de Animação Sociocultural intra-lares

Os idosos podem ocupar um lugar importante nas redes de interacção social e cultural, sendo as instituições ou lares de acolhimento os maiores potenciadores dessa realidade. Por vezes as sensibilidades e motivações, que advêm de uma experiência prévia, podem ser decisivas, facilitando o seu modo de intervenção e talvez de interacção. As redes de solidariedade são igualmente redes de interacção e poderão ser incentivadas ou desenvolvidas pela faixa etária em estudo.

Os idosos, as suas famílias, a comunidade e as suas organizações podem ser todos actores destas redes de solidariedade, na valorização e trocas expressivas. Por sua vez o idoso será um elemento forte na rede de interacção entre todos os actores. Também as instituições ou lares de acolhimento, com as suas competências, podem promover e gerir formas e estratégias de intervenção na organização das metodologias de intervenção, na planificação das estratégias e na disponibilidade de todo o tipo de recursos.

Numa sociedade caracterizada por fenómenos de globalização, onde cada vez mais os espaços de relacionamento humano se desenvolvem numa dimensão em que o ser individual se dilui nas decisões e nas opções tendencialmente generalizantes e despersonalizadas, as interacções globais são cada vez mais intensas, implicando, segundo Sousa Santos (1993),³⁰ *“uma desterritorialização das relações sociais que ultrapassa fronteiras e transformam significativamente o alcance e a eficácia social, nos costumes, ideologias e políticas sociais locais.”* Hoje, e cada vez mais, as reflexões sobre as solidariedades de entreajuda, com suporte relacional e comunitário, adquirem crescente importância com a evolução dos sistemas de protecção social e cultural e com o papel do Estado na prossecução do bem-estar social. É num contexto de crescente instabilidade social que a cultura, e os espaços de interacção, são penalizados por um conjunto de factores desfavoráveis que conduzem à crise nos sistemas de assistência, como por exemplo, o crescimento do envelhecimento da população e a dificuldade da sua inserção.

³⁰SANTOS, Boaventura de Sousa, 1993, *"O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português"*. In Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*. Porto, Afrontamento.

Dado que o fluxo de trocas não é unidireccional, a força dos laços interpessoais pode facilitar a integração de todos os grupos etários. O relacionamento interpessoal pode, assim, influenciar fenómenos como a desertificação, o êxodo rural e a coesão social.

Segundo Granovetter (1973),³¹ *“quando se identifica a rede de relações de um individuo deve-se ter sempre em conta, não só aqueles com quem esse individuo tem contactos directos mas, também, os contactos daqueles com quem ele se relaciona indirectamente, ou seja, muita da informação e das influências que circulam dependem dos contactos indirectos. Esses contactos indirectos tendem, por sua vez, a ser mais “especializados” e “focalizados” em determinadas práticas e contextos e, por conseguinte, a diversificar o tipo de relações mais fortes ou directas que tendem a aproximar os actores sociais em termos de sociabilidade, actividade e competência.”*

As relações entre a comunidade exercem, particularmente em certos momentos da vida dos indivíduos marcados pelas desigualdades sociais, uma função protectora na sua estabilidade emocional e no seu bem-estar físico.

As instituições de idosos têm, actualmente, uma preocupação em desenvolver espaços de interacção entre estes. Todavia, esses momentos são, na maioria dos casos, acções/intervenções internas, isto é, não ultrapassam o espaço lar. A dimensão desta pesquisa tenta avançar um pouco mais. Tornar afinal essas acções/intervenções também externas, isto é, transportá-las para a comunidade, envolvendo as pessoas, as organizações e as autarquias. Um trabalho de todos, com todos e para todos. Só é possível essa mudança criando-se uma rede de Animação Sociocultural, onde todos os actores da comunidade têm a sua importância ou o seu papel. Isto pressupõe também o envolvimento de outras comunidades ou realidades próximas. Numa troca de culturas, de saberes, de tradições e de experiências, os idosos e as suas instituições podem ser o núcleo gerador e criador de todas estas acções. Com a legitimidade histórica, filosófica e técnica que a Animação Sociocultural tem, a promoção e optimização dessa rede de interacção, que cria parcerias de responsabilidade, poderá ser a “coluna vertebral” nesse percurso.

³¹ GRANOVETTER, M. 1973, *"The Strength of Weak Ties"*, American Journal of Sociology, Vol. 78, Issue 6, May 1973, pp. 1360-1380.

3 - Desenvolvimento Local

Cada vez mais se houve falar de desenvolvimento e mudança social, assim como de iniciativas e projectos. O Desenvolvimento Local é um processo que deriva exactamente de projectos e de iniciativas. Não é um fim em si mesmo, pelo contrário, é um trabalho contínuo, exercido por uma comunidade unida, com a finalidade de identificar problemas e vontades, mas também de criar estratégias e implementar planos de intervenção, assim como o de avaliar resultados, numa lógica de participação activa, onde a mudança é o êxito dessa mesma comunidade. O processo, no desenvolvimento local, é uma troca de experiências mútuas entre a população, as entidades, os grupos e os dirigentes e tem como objectivo procurar, em conjunto, uma melhor qualidade de vida para todos. Traduz-se assim num trabalho em rede, com uma metodologia proveniente das práticas de trabalho colectivo.

Esta metodologia, ou estratégia, vem valorizar o papel social e as pessoas, procurando dar-lhes protagonismo no processo de desenvolvimento local. É o corolário de uma cidadania que resulta da participação e implicação das pessoas numa lógica de solidariedade. Lógica de que tanto se fala como uma “Democracia Participativa”, ou “Estratégia Participativa”.

O local e a sua importância entendidos por nós como o espaço privilegiado de identidade cultura e que Fragoso, A. (2005)³² acentua: “*O local por sua vez apresenta uma espécie de duplo carácter que o caracteriza: representa, por um lado, o locus da vida social, o lugar onde os acontecimentos, fenómenos e práticas sociais adquirem visibilidade mas, por outro lado, não pode escapar às formas de relação que lhe são externas*”. Afinal uma óptica observada do ponto vista da globalização, que Bauman (1998)³³ traduz numa dialéctica onde “*as elites conseguiram efectivamente libertar-se do espaço mas que, nas comunidades tradicionais, o espaço é ainda o locus da construção dos sistemas de normas e princípios pelos quais essa comunidade se rege*”.

Assim, desta forma, o Desenvolvimento Local afirma-se como percurso de uma actividade humana, em que diversificados agentes, grupos, entidades e instituições se encontram envolvidos num sistema de relações diferenciadas em rede. Frequentemente apercebemo-nos de que uma grande parte dos problemas e dos bloqueios que a acção sofrer, devem-se às formas particulares de relação que se desenvolvem ao longo do tempo. O ponto central do projecto, apresentado mais à frente neste estudo, andarà em torno da importância

³² FRAGOSO, António: “*Desenvolvimento Participativo: Uma sugestão de reformulação conceptual*”, Revista Portuguesa de Educação, ano/volume 18, nr. 001, Universidade do Minho, Braga, Portugal pp. 23 a 51, 2005.

³³ BAUMAN, Z. (1998). “*Globalisation. The human consequences*”, Cambridge: Polity Press.

das relações estabelecidas entre as entidades sociais. Em vez de se identificarem comportamentos individuais, atitudes, crenças, etc., devem-se desenvolver relações e processos com agentes externos. As relações de cooperação são fundamentais para uma ideia de colectivo, e de desenvolvimento local, que se estrutura em torno de uma educação e formação de adultos.

Para Roque Amaro (1993)³⁴ *“o aparecimento e o progresso do Desenvolvimento Local obrigou a uma viragem radical, pois encarrega-se e preocupa-se com o meio ambiente numa dupla perspectiva: primeiro, como sustentabilidade do desenvolvimento e numa etapa posterior, como recurso a favor do próprio desenvolvimento”*. Existem ainda, para este autor, elementos para se poder falar de Desenvolvimento Local: *“Um processo de transformação, mudança que recusa a conservação. É centrado numa comunidade, isto é, o ponto de partida de referência é a própria comunidade local. O local enquanto resultado de uma construção de identidades - um conjunto de interesses que se identifica e assume onde são mobilizáveis acções de solidariedade concretas”*.

Parte da existência de necessidades não satisfeitas, a que se procura responder a partir das respostas locais e dos recursos exógenos, deve ser assumida numa lógica integrada onde a intervenção não se restringe a problemas focalizados como, por exemplo, o desemprego, a saúde e também os idosos, mas ao conjunto de problemáticas que se interligam e influenciam. Focalizando-se no trabalho em parceria, a partir de definição de acções conjuntas, a cooperação, a negociação dos conflitos e das solidariedades locais, o Desenvolvimento Local cria impacto por toda a comunidade, isto é, exerce um efeito de exemplificação para toda a comunidade. E actua segundo uma diversidade de caminhos.

O abandono da população jovem, o envelhecimento progressivo da população, a baixa qualificação dos recursos humanos, a reduzida capacidade de iniciativa empresarial, o aparecimento de alguns problemas de natureza ambiental, a perda de identidade das pessoas com o território onde vivem, a importância de alguns recursos locais subaproveitados, são alguns dos aspectos que constituem a base para a construção dos Planos de Desenvolvimento Local.

Dado conta de todos estes aspectos verifica-se assim a perda da população jovem e do seu reduzido envolvimento na dinâmica local. O decréscimo da população no território, a baixa taxa de natalidade, o envelhecimento da população, a migração da população jovem em idade activa, a baixa qualificação dos recursos humanos, a reduzida capacidade de

³⁴ AMARO, R. R. 1993, *“As Novas Oportunidades do Desenvolvimento Local”*, in A rede, n.º 8, pag. 15-22

investimento constituem, de facto, aspectos que preocupam bastante as entidades que localmente realizam um esforço no sentido de fixar a população e evitar o êxodo rural. Perante esta circunstância surge, então, um Plano de Desenvolvimento inserido numa dinâmica mais ampla que é a Animação Comunitária, cuja metodologia de trabalho e de envolvimento das pessoas, promove e valoriza aspectos socioculturais da realidade local.

O reforço ou a inovação da identidade cultural têm sido, algumas vezes, colocados em causa. Questões essenciais como a alteração dos hábitos de trabalho, a alteração da paisagem, a redução progressiva das actividades agrícolas, o aumento das estruturas habitacionais, o abandono de algumas aldeias, a pressão demográfica nas sedes de concelho, o abandono de práticas ancestrais na produção de bens e produtos essenciais, como o pão, os enchidos, a moagem, etc., a introdução de rotinas e de hábitos de consumo urbanos, fazem agora parte da identidade da população mais jovem.

A valorização dos recursos locais é também uma questão importante para o plano de desenvolvimento local. As populações olham, pouco crentes, para o valor que alguns dos seus recursos poderão representar para a melhoria da sua qualidade de vida. A valorização dos recursos locais poderá traduzir-se num conjunto de oportunidades no investimento e na criação de emprego. Poderá afinal traduzir-se num território competitivo, cuja promoção económica garantirá, estamos convictos, nalguma autonomia face ao exterior. A dinamização da economia local surge, enfim, directamente associada à fixação da população jovem e à formação e qualificação dos recursos humanos locais.

O trabalho com as pessoas é de facto um aspecto importante para nós neste processo de desenvolvimento local. Esta constatação leva-nos a considerar que a participação dos indivíduos, neste caso, dos idosos, e do seu envolvimento na concepção e execução de iniciativas que tratam de uma parte das suas vidas, surge como uma metodologia ou processo de desenvolvimento local que reforça a cidadania e a co-responsabilização.

De acordo com a Carta Magna do Desenvolvimento Comunitário das Nações Unidas (1956),³⁵ “*o Estado deve fazer parte dos esforços em conjunto com a população e não ser encarado apenas como objecto de fiscalização, mas sim, mediador, regulador, gestor, mobilizador, orientador, promotor e descentralizador. Só através deste trabalho em conjunto é possível melhorar as condições económicas, sociais e culturais da comunidade.*”

³⁵ NUNES VIVEIROS, Albino Luís 2008; “*O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios*”; en <http://quadersnanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

Por sua vez a animação sociocultural, que se insere no contexto mais geral do desenvolvimento local, desenvolve uma estratégia social mais direccionada para o trabalho que pretendemos realizar. Sabe-se que o Desenvolvimento Local promove o papel dos idosos institucionalizados, mobilizando os recursos humanos e institucionais mediante a participação activa e democrática da população.

Estamos de acordo com a ideia de que o desenvolvimento tem de ser participativo, “de baixo para cima”, que não desvalorize os papéis associados a outras organizações da pirâmide, incluindo o do Estado. Esta ideia reenvia-nos para um trabalho de parcerias a partir da definição de acções conjuntas, da cooperação, da negociação de conflitos e das solidariedades locais. Falamos então de redes de compromisso sociocultural, como uma alternativa das comunidades à abordagem de questões sociais e culturais complexas que, tratadas isoladamente pelas instituições sociais, não têm tido respostas adequadas. Propõe-se, assim, uma tipologia de redes, ou de parcerias, direccionadas para o desenvolvimento local a partir dos Centros Sociais de Apoio a Idosos.

3.1 - O local e as políticas públicas

O conceito de “local” pode ser visto a partir de três dimensões: a) enquanto localização de actividades económicas e sociais; b) com uma perspectiva micro-sociológica de espaço instituído de interacção social; c) de um ponto de vista antropológico e cultural, correspondendo a um sentido de lugar, mediante a identificação do sujeito com o espaço habitado.

A preocupação pública para melhorar o nível de vida das populações dos lugares deve começar pelo conhecimento dos seus problemas e do seu potencial. Este conhecimento conduz a um rol organizado dos principais pontos fortes e fracos que a região apresenta e das ameaças e oportunidades com que se depara. É através desta visão mais ampla do local que se deve intervir e solucionar estratégias de intervenção.

O local, por sua vez, é considerado um espaço de vida, um palco histórico, um repositório de emoções, um elemento que confere identidade. Segundo Amaro, R. (2009)³⁶ “*o desenvolvimento Local deverá ser encarado como um processo de mudança centrado numa comunidade geográfica de pequena dimensão, que tem como ponto de partida que há necessidades para satisfazer na comunidade, às quais se procura responder com as*

³⁶AMARO, Roque; In Revista Diálogos, “Em Rede”, “*A lógica do desenvolvimento local consolidado em parcerias para um trabalho em rede*”, Rede Europeia Anti-pobreza – Portugal, n.7, p.6-7, Janeiro a Julho 2009

pedagogias de participação (empowerment), reconhecendo que os recursos locais não são suficientes e portanto é necessário recorrer a capacidades exógenas, desde que não inibidoras das capacidades endógenas, numa perspectiva integrada de áreas e sectores de intervenção, o que implica uma lógica de trabalho em parceria, com impactos em toda a comunidade, envolvendo uma grande diversidade de protagonistas, dinâmicas e resultados. Algumas das implicações metodológicas fundamentais do Desenvolvimento Local passam por: participação, o que implica um reforço de capacidades (empowerment), visão integrada, parceria, flexibilidade estratégica (adaptabilidade constante implicando por isso inovação), enraizamento territorial e avaliação permanente, numa lógica de investigação/acção.”

Conjugar o desenvolvimento com o bem-estar e a cidadania significa que o indivíduo age e participa na construção de projectos colectivos e que responde a desígnios que são os da comunidade humana a que pertence. É necessário saber o que fazer ao nível local. Saber como a vida económica, social, cultural e ambiental se desenvolvem no terreno, qual a actuação dos diversos actores locais com a promoção e cooperação das entidades locais, quais os seus planos de desenvolvimento e a sua forma de envolver esses mesmos actores locais com vista ao planeamento de iniciativas e à sua concretização.

O *espaço* assume um papel importante no desenvolvimento. O conhecimento e a organização do território assumem um papel essencial na sua promoção, apelando a um saber específico que tem localizações próprias disseminadas nesse *espaço* ou território. A proximidade entre indivíduos e/ou instituições poderá diminuir o impacto de uma globalização eventualmente destruidora das relações locais ou sociais. Essa proximidade é, potencialmente, um espaço de inovação. Além disso, a implantação de redes e formas de intervenção, cuja participação e envolvimento de todos os recursos se articula com o desenvolvimento local, pode originar outras formas de intervenção e tornar as acções mais eficazes.

Segundo a OCDE (2001)³⁷, *“as redes inter-organizacionais de âmbito local apresentam como principal objectivo o de contribuir para a melhoria da governância local, entendida enquanto processo colectivo de identificação e resolução de problemas e de supressão de necessidades, também elas colectivas. Qualquer rede de interacção local tem implicações directas no território como estimular o uso de medidas governamentais que vão de encontro às prioridades localmente definidas, contribuir para um maior ajustamento das*

³⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE, 2001

medidas nacionais às necessidades locais e combinar os efeitos dos vários programas e iniciativas locais de modo a otimizar o impacto”.

Tendo em conta que a grande maioria das redes inter-organizacionais, de âmbito local, têm poucos recursos económicos para desenhar e implementar programas e serviços, não podemos ignorar que, mesmo assim, estruturam e estimulam os seus parceiros a socorrer-se dos programas nacionais que lhes permite resolver problemas e minimizar necessidades localmente identificadas. É também uma informação veiculada aos parceiros dos serviços públicos sobre as populações alvo, termos e condições, de forma a conseguir a implementação local de certos programas capazes de resolverem necessidades locais daqueles. A frequente limitação dos recursos encorajam, assim, os parceiros a procurarem sinergias, de forma a maximizarem o impacto local de várias actividades organizadas em função das prioridades locais.

3.2- Lares de idosos como agentes de desenvolvimento e parceiros no desenvolvimento local?

O internamento dos idosos em lares, apesar de ser apresentado pela maioria dos idosos como um processo angustiante, e que implica uma ruptura com os hábitos e os contextos de vida anteriores, não quer dizer que seja uma causa/consequência. Os lares podem ser encarados de forma diferente. Basta seguir esta linha de visão: trabalho de conjunto com outras instituições, tornando-o aberto também a toda a comunidade. O facto de haver uma preocupação em manter a instituição aberta ao exterior, incentivando bastante as relações culturais, contribui para que os idosos institucionalizados se integrem mais facilmente na nova realidade e para que, os que residem na comunidade, perspectivem de uma forma mais positiva a imagem destas instituições. Isto releva de uma percepção cuidada das capacidades e das motivações dos idosos, trabalhada em conjunto com a comunidade, a partir da criação e dinamização de um conjunto de actividades e espaços onde se desenvolva a criatividade e, por consequência, o bem-estar de todos.

Os lares de idosos são, na maioria dos casos, organizações competentes para constituir uma rede de Animação Sociocultural que envolva toda a comunidade, associações e organizações políticas. Assim como existe a rede social, da competência do Estado, poderá ser criada também uma rede cultural que dê importância aos valores culturais dos territórios e dos lugares. Os lares de idosos podem ser organizações comunitárias, de expressão popular relevante, com capacidade para envolver todos os actores sociais de um espaço ou de lugar.

Os idosos são os agentes de cultura popular que deverão ser constituídos como actores centrais de uma rede, neste caso, a partir de uma organização, Lar ou Centro de Dia. É deles que parte o fluxo impulsionador para as parcerias instituídas na comunidade. A partir desta organização, envolvendo outros lares de outras comunidades, cria-se uma rede intra-comunidade e, a larga escala, a grande rede intra-lares.

Giddens, Anthony (1990)³⁸ diz que: “*Os Estados que se rotulam de democráticos têm sempre alguns processos para envolver os cidadãos em actividades de governação, por mínimo que esse envolvimento seja na prática*”. Retirando alguma ironia desta citação de Giddens, acreditamos que o desenvolvimento local assenta mais numa vontade comum de melhorar o quotidiano. É uma vontade feita de espontaneidade, de confiança nos próprios recursos, capaz de os combinar, de forma racional, para a construção de um futuro melhor. Isto pressupõe o envolvimento dos municípios, que poderão ser parte importante num processo de mediação qualificada e de valorização cultural e territorial multi-participada, mas também deve contar com uma variável contribuição de dinâmicas, em parceria, com outras instituições sociais e culturais.

Os factores culturais, históricos, políticos e educacionais, contextualizados no território e no lugar, deverão ser objectos de uma cultura de desenvolvimento capaz de despoletar, na comunidade, uma consciência crítica, que lhe permita analisar os problemas actuais. Colocando em equação necessidades e recursos, melhora o seu conceito de projecto colectivo e individual. Integrando as dimensões de espaço e de tempo, abrange projectos cujas finalidades são o desenvolvimento global, pessoal, colectivo, económico, cultural e sociopolítico. Com esta dimensão, o desenvolvimento passa pela sociedade civil através de uma intervenção influente por parte dos cidadãos organizados e através de uma participação activa na área das decisões sobre empreendimentos locais, tais como o meio ambiente, ecológico e económico que são, afinal, preocupações com objectivos comuns.

Portanto, a viabilidade deste tipo de redes culturais, intra-lares e intra-comunidades, torna os actores locais presentes no território, actores produtores de e no espaço, onde aprendem e animam potencialidades de cooperação e acções solidárias, para gerarem estratégias de desenvolvimento local.

³⁸ GIDDENS, Anthony (1990) – “*As consequências da modernidade*”, Oeiras, Celta Editora

4 - Os agentes de desenvolvimento e as políticas locais

4.1 - Cidadãos como parceiros

A antiga administração clássica, que era caracterizada por uma política neutra e centralizada e que não permitia a participação dos cidadãos, foi alterada e substituída por uma administração gestora e descentralizada, que permite uma gestão pública, enriquecida pelas teorias da cidadania democrática. Revelando acentuada componente participativa, a cidadania corporiza também uma evolução na medida em que os cidadãos passivos passam a tornar-se cidadãos activos de uma administração aberta à sua participação. Esta administração pode ser comparada à gestão de uma rede onde todos os seus actores são responsabilizados, permitindo-lhes uma partilha clara, objectiva e linear.

Segundo BILHIM J. (2001)³⁹ *“Na obtenção de propostas dos cidadãos, estabelecem-se relações bidireccionais entre o município e os cidadãos, em que se envolvem activamente na tomada de decisão e na formulação de políticas, pelo que nesta relação de participação passa-se a uma relação de cooperação e de parceria.”* Temos assim uma participação activa, em que os próprios cidadãos assumem um papel na formulação de políticas, como por exemplo, quando propõem opções políticas. Ao mesmo tempo, a responsabilidade pela formulação de políticas, e a decisão final, recaem sobre o poder local, pelo que o envolvimento dos cidadãos na formulação de políticas é traduzido por uma relação baseada no princípio da parceria.

À medida que os cidadãos vão participando, melhoram-se os seus processos internos, de forma contínua, onde os vários intervenientes vão tirando cada vez mais partido dos resultados, melhorando os serviços prestados traduzidos pela análise das causas - efeitos e pela selecção de indicações que lhes permitam uma avaliação dessa cooperação informal, alocando recursos e seleccionando novas iniciativas e formulação de novas políticas. Por sua vez os cidadãos sentem-se participativos ao verificarem que as suas opiniões são ouvidas e que contribuem para a tomada de decisão. Esse envolvimento dá maior aceitação às acções políticas.

³⁹ In **BILHIM J.** (2001) *“Gerir a administração Pública como uma empresa”*, in *Reforma do Estado e Administração Pública Gestonária*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

A participação activa revela uma relação baseada na parceria e que assenta na necessidade de recorrer aos recursos da sociedade para enfrentar os desafios da governação. Esta participação, por sua vez, abrange formas de envolvimento ambiciosas, que vai desde a partilha de controlo da decisão ou execução até ao verdadeiro *empowerment*, quer dizer até à transferência para outros actores com influência no controlo sobre as decisões e os recursos.

4.2 - O município e a participação social e cultural

A participação dos actores só por si não é possível sem o princípio da subsidiariedade. O nível mais eficiente para definir e implementar as políticas locais de desenvolvimento é o dos municípios, mais especificamente as câmaras municipais e as suas associações. *“O nível local revelou-se o mais adequado à luta contra as desigualdades sociais, tendo os planos de acção locais actuando como catalisador. Constituem uma abordagem holística baseada na coordenação entre actores, em que os municípios desempenham um papel central, pois permitem ancorar as actividades, ao mesmo tempo que lhes conferem significado e as tornam mais fáceis de apreender, devido às dimensões da cidade. (in Revista Empowerment, Inclusão e Interculturalidade - Equal 2008).”*⁴⁰ A responsabilidade das autarquias pode ser repartida a dois níveis: por um lado, os municípios fornecem aos seus residentes um conjunto de bens e serviços de natureza pública, isto é, a assumpção dos bens essenciais e básicos, considerada afinal como uma função tradicional no âmbito das suas competências. Por outro lado, os municípios podem intervir para promover directamente a economia no que diz respeito ao fomento e atracção de iniciativas empresariais e da protecção do emprego. Considerando a responsabilidade das autoridades públicas, e outros agentes, investidos na garantia de uma boa qualidade de vida para os cidadãos e residentes, requer-se necessariamente um trabalho colaborante entre todos. As autoridades públicas só por si não conseguem dar resposta às questões que se tornam problemas endémicos de diversas comunidades urbanas e rurais, pelo que leva ao aparecimento de um conjunto de actores sociais diversificados e com papéis definidos.

⁴⁰ In Revista “Empowerment, inclusão e interculturalidade - Inovação Social para o Emprego”, 2008, EQUAL, pag. 136.

Estes actores sociais, com a sua participação no plano das dinâmicas de desenvolvimento local, devem assumir as acções a tal ponto que esse desenvolvimento, sem a implicação directa dos segmentos organizados da sociedade civil, não tem nenhum sentido. A dinamização, a mediação, a negociação e a análise prospectiva das potencialidades territoriais são acções que devem envolver os agentes de desenvolvimento local. No entanto, os desafios desse desenvolvimento são, por princípio, mais amplos. Devem superar o limite das organizações para atrair o interesse dos cidadãos, ou seja, do conjunto da população de uma localidade. É, no fundo, a meta imaginada e desejada.

O conceito de rede é, com frequência, utilizado nas análises sobre o Desenvolvimento, para dar conta do dinamismo dos actores e do grau de intervenção da autarquia do local. É um apelo ao Desenvolvimento Comunitário exposto desta forma por Ander-Egg (1980)⁴¹, como uma *“técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida”*.

Antigamente havia um grande potencial de contestação nas demandas de maior participação dos cidadãos na vida das sociedades. Rahnema (1999)⁴² afirma a este propósito que *“os governos e demais instituições aprenderam a controlar os riscos inerentes aos resultados da participação, pelo facto das políticas de desenvolvimento irem caminhando no sentido da indução de uma forte dependência de certas necessidades, geralmente ligadas com o acesso a bens e serviços. Também parece ser uma realidade que a dependência do consumismo garante o apoio popular a projectos de desenvolvimento ao mesmo tempo que as vantagens são reais apenas para minorias, perpetuando a ilusão de que no futuro essas mesmas vantagens se estenderão a todos.”*

Rahnema (1999)⁴³ afirma ainda que *“os projectos participativos representam oportunidades para evitar alguns dos fracassos do passado, por diversos motivos: trouxeram um conhecimento mais preciso da realidade, que muitos técnicos e burocratas não têm; contribuíram para a construção de redes relacionais, essenciais para o êxito a longo prazo dos investimentos realizados e abriram caminhos de cooperação entre as organizações que*

⁴¹ ANDER EGG, Ezequiel, 1980, *“Metodología Y Practica Del Desarrollo De La Comunidad”*, Editor El Ateneo.

⁴² RAHNEMA, Majid, 1999, Participation. In Wolfgang Sachs (ed), *“The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power. New York”*: Zed Books, pp.116-143

⁴³ Ibidem, (1999), ob.cit.pag. 116-143

operam a nível local, dando todo o sentido à expansão da ênfase nas parcerias, face aos sucessos que assim se podem obter”.

Poderemos observar um desses sucessos a partir de uma iniciativa da Câmara Municipal de Portalegre. Esta autarquia desenvolveu uma política social que permite aos idosos terem acesso a determinados serviços. Com a criação do “Cartão do Idoso”⁴⁴ promove actividades diversas, nomeadamente, passeios, a Feira da Terceira Idade e o projecto Vivacidade Sénior.

Segundo a opinião das instituições inquiridas, que poderemos ver mais à frente, (inquéritos B em anexo), estas actividades, na maioria dos casos, são pouco divulgadas e não deixam de ser uma a duas actividades anuais. Corroboramos esta opinião dos inquiridos. De facto, algumas dessas ideias ou propostas da Câmara Municipal não passam apenas do plano de actividades. Por exemplo, o projecto vivacidade sénior envolve apenas idosos da comunidade, em nome individual, quando os idosos institucionalizados passam despercebidos.

O cartão do idoso é um objecto de uma política social que permite aos idosos terem acesso a determinados serviços. Este cartão sendo importante dá, essencialmente, apoio social ao nível dos gastos financeiros: na isenção de custos na própria obtenção do Cartão; passe gratuito nas carreiras dos Serviços Municipalizados e nos transportes suburbanos entre a sede de concelho e o local de residência; desconto de 50% nos consumos de água; isenção de pagamento de taxas e licenças; acesso gratuito às piscinas municipais e a espectáculos; acesso gratuito a iniciativas e programas para a 3ª Idade; acesso a viagens e passeios promovidos pela Câmara Municipal em colaboração com as Juntas de Freguesia; descontos em estabelecimentos comerciais aderentes; comparticipação de 75% nas despesas mensais efectuadas com a aquisição de medicamentos. Cada Beneficiário, no âmbito do Regulamento de Apoio a Idosos e Pessoas com Deficiência e/ou Doença Mental - “Portalegre Ajuda”, tem também direito a uma comparticipação mensal sobre a soma de todos os recibos do mês, referentes à execução de pequenas reparações no domicílio.

O Projecto de actividades desportivas para pessoas com mais de 50 anos – “Vivacidade Sénior”, acima referido, iniciou-se em Portalegre com o intuito de proporcionar uma melhoria de qualidade de vida dos Portalegrenses Seniores. Este programa destina-se a indivíduos do Concelho de Portalegre com mais de 50 anos, de ambos os sexos, com os objectivos de os levar à prática de actividades físicas de forma regular e sistemática; de os

⁴⁴ Diário da Republica, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Decreto -Lei n.º 102/97, de 28 de Abril, 1997.

ocupar nos tempos livres de forma saudável e, também, em alertar toda a população para os problemas do envelhecimento.

A “Rede Social”⁴⁵ já instalada implica, por sua vez, algumas actividades para idosos das comunidades próximas. Mas o plano, de qualquer modo, torna-se incipiente, uma vez que as instituições para idosos não sabem o que nele está planeado e se é concretizado ou não. O seu cruzamento pelos lares e pelos centros de dia não é visível.

Uma “Rede”⁴⁶, um projecto, um cartão de descontos...existem. Uma rede com muito boas intenções mas invisível e desconhecida nas instituições; um projecto para pessoas idosas do concelho mas que as instituições não participam; e um cartão que satisfaz só e apenas a “carteira” destes idosos. Por isso perguntamos onde está um plano? Ou uma forma de acção participativa que possa colmatar as necessidades culturais destes actores? Onde pára uma política cultural? Será que uma, duas ou talvez três festas ou bailes, são suficientes para o enriquecimento e melhoramento das instituições de solidariedade social? A participação activa das comunidades na organização e planeamento de intervenções culturais poderá ser ou não mais intensa e objectiva? É através dos inquéritos que podemos esclarecer estas inúmeras questões. Para isso é importante também, e necessário, esclarecer o papel que poderão ou deverão ter as associações locais e os grupos formais na comunidade, em prole do seu desenvolvimento.

4.3 - Associativismo local e sua intervenção

As associações cívicas ao enfrentarem crises de militância dão lugar a outras configurações relacionais onde a informalidade e fluidez dos laços se impõem. Monteiro (2004)⁴⁷ reforça essa ideia: *“Contrariamente a argumentos que invocam a tendência da sociedade actual para se estruturar em torno de dois pólos fundamentais, o Estado e o mercado, remetendo o universo associativo (e a sociedade civil em geral) para funções residuais à margem das grandes questões que configuram a nossa sociedade, vários indícios apontam para que tal assim não se processa e que o associativismo se mantém no acento das tensões dialécticas que informam a modernidade ocidental”*. Entre estas, as organizações

⁴⁵ BARNES, J. A. 1954 “Class and Committees in a Norwegian Island Parish”, *Human Relations* p.39-58

⁴⁶ www.wikipedia.org consultado no dia 5 de Maio de 2010

⁴⁷ MONTEIRO, A. Alcides., *Revista Critica de Ciências Sociais, “Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada: o exemplo das iniciativas de desenvolvimento local (IDL’S) em Portugal”*, Lisboa, 2004, (p.139-157)

voluntárias, que se encontram ligadas ao denominado “sector não lucrativo”, ou ainda ao “terceiro sector”, representam actualmente, em vários países, um sector não negligenciável pela adesão cívica das populações a agrupamentos desta natureza. O teor da intervenção que este tipo de organizações tende a desenvolver é igualmente marcado pela mudança. Do mesmo modo, no seio da sociedade civil têm vindo genericamente a ser procuradas alternativas de solidariedade para um Estado Providência em crise: alternativas ligadas à denominada “economia social e/ou solidária”, exploração de oportunidades de emprego abertas por novas necessidades sociais, co-produção de políticas públicas no que concerne à inserção social e económica e investimento em dinâmicas de desenvolvimento local.

No caso português, a ausência de informação não permite traçar um retrato preciso sobre a extensão e significado (económico e social) deste fenómeno, mas observa-se um contraponto entre o declínio de representatividade de instâncias tradicionais (sindicatos e partidos) e o crescimento das associações ligadas à defesa do ambiente à cultura e recreio. Nurbeck Johan (1983)⁴⁸ preconiza uma ideia de associativismo social que recentra a discussão na emergência e nas necessidades das populações: “♦ *O associativismo é um fenómeno social que se fundamente através da união das pessoas como uma tendência natural, com necessidades estruturadas e uniões estáveis, orientadas, assim como finalidades conscientes e concretas; ♦ O associativismo é também como uma fonte de regeneração de valores; ♦ Aposto numa cultura e numa ética de solidariedade; ♦ Actua num plano democrático tanto na formulação dos seus objectivos como na distribuição das responsabilidades directas; ♦ Tenta viver numa atitude de gratuidade, através do voluntariado e das finalidades não lucrativas; ♦ Promove uma capacidade projectual, visto que impulsa a concretização de um fim assumido como válido e assim melhorar, mediante a acção directa e o controlo, o actual estado das coisas.*”

Algumas das funções das associações são sociais pelo facto de aproximar as pessoas, preparar festas tradicionais, proporcionar a acção cooperativa para atingir uma meta comum, etc. Na cultura portuguesa, as práticas culturais estavam tradicionalmente restringidas ao movimento associativo das colectividades de cultura e recreio. Mas para se rentabilizarem estes espaços tradicionais, Nurbeck, Johan (1983)⁴⁹ sugere que “*A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio solicite às suas associações filiadas o desenvolvimento de tais práticas que, no seu entendimento, podem concretizar-se com meios muito simples.*”

⁴⁸ NURBECK, Johan, 1983 “*Associações populares para o desenvolvimento*”, Lisboa, Direcção-Geral da Educação de adultos, p.7-8.

⁴⁹ Ibidem, *ob.cit.*, 1983, pag. 7-8.

Como por exemplo, sugere a possibilidade de manter as instalações das associações abertas durante o dia às pessoas idosas, de modo a poderem quebrar o seu isolamento.”

O associativismo responde à necessidade de implementação de medidas destinadas a reforçar a coesão social, valorizando e protegendo, simultaneamente, a diversidade étnica, cultural e religiosa. Por isso, para NURBECK, Johan, (1983),⁵⁰ *“As associações são da iniciativa daqueles que as dirigem. São do povo e pelo povo, os principais baluartes duma democracia genuína e espontânea; de riqueza pela variedade de objectivos, de actividades, de experiência e de conhecimento. Existe uma espantosa diversidade de associações, no entanto, naturalmente, todas vocacionadas para a educação; destas existem as suficientes para atingir os seus objectivos de forma adequada.”*

Pensamos que há cada vez mais dificuldades para levar as pessoas às associações para se socializarem e participarem em iniciativas. Trabalhar por carolice não é fácil e ninguém quer assumir responsabilidades. As coisas têm de ser cultivadas e os Lares e Centros de Dia podem ter um papel determinante na promoção dos valores do associativismo. É inquestionável que as associações promovem a integração social e assumem um papel determinante na promoção da cultura, do desporto, na área social, substituindo a própria intervenção do Estado. As colectividades de cultura, desporto e recreio, existentes no nosso país, também constituem uma realidade de enorme importância na dinamização cultural, artística, recreativa, desportiva e associativa das comunidades locais. Todavia enfrentam dificuldades diversificadas: escassez de receitas e financiamentos, carência de instalações, dificuldades técnicas e de materiais, dificuldades de disponibilidade dos seus dirigentes (em regra benévolos). Estas associações prestam, ainda assim, um serviço inestimável às populações e ao progresso cultural a nível local e nacional.

Não existe um quadro legal que preveja e defina o apoio do Estado às colectividades, para além da legislação especificamente aplicável a certo tipo de associações. Ainda assim, a importante actividade que é desenvolvida pelas colectividades de cultura, desporto e recreio é, regra geral, integralmente suportada pelos seus associados, por patrocínios privados que as colectividades conseguem angariar e pelos apoios concedidos pela Administração Local. Já o apoio da Administração Central, tudo se resume aos subsídios pontuais e discricionários

⁵⁰ NURBECK, Johan, *ob.cit.* 1983, pag.7-8.

atribuídos pelos Governos Cívicos e à contemplação de alguns projectos em PIDDAC⁵¹, sem que, em algum dos casos, estejam definidos critérios de apoio transparentes e fiscalizáveis.

O Movimento Associativo Popular continua a afirmar-se como uma viva expressão e exemplo de democracia participativa, uma escola de vida colectiva, de cooperação, de solidariedade e de defesa da nossa identidade cultural. É, com efeito, um espaço privilegiado de contacto com as populações, permitindo contribuir com o trabalho, o exemplo e as propostas, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, para o acesso ao desporto e à cultura e, simultaneamente, para a evolução da sua consciência social e política.

O desenvolvimento actual da sociedade torna as associações indispensáveis. Algumas práticas que antigamente eram consideradas com naturalidade e que, mesmo assim, condicionavam o modo de vida na sociedade, têm que ser enquadradas por organizações sensibilizadas para a diversidade e pluralidade contemporâneas. No entanto, a experiência de muitos países, tecnologicamente mais avançados, prova como é importante que todos estes problemas não sejam vistos de uma forma estereotipada.

A iniciativa popular direccionada para satisfação das necessidades populares não deve ser reprimida. As pessoas têm que ser continuamente envolvidas nas decisões relativas à sua própria vida ou então não há democracia autêntica. Os grupos e associações fora da influência do poder, que existem na maioria das democracias, constituem uma prova dessa necessidade. As associações populares em Portugal assumiram, a partir do início do século XX, funções culturais na democratização da sociedade, ao nível de práticas cooperativas e democráticas.

As Colectividades, pelas suas infra-estruturas, recursos humanos e materiais e também por uma abertura à mudança e à inovação, poderão continuar a ser marcos de referência no associativismo em Portugal.

5 - Redes e Parcerias para o desenvolvimento local

5.1 - Conceito de Rede / Parceria

A organização social, por meio de redes, nunca teve à disposição tantas ferramentas de alta *performance* como as existentes na actualidade e tanta capacidade de constituir os actores locais como protagonistas de mudanças. O que subentende a existência de uma articulação entre organização/cooperação e aprendizagem/conhecimento, preconizada por uma

⁵¹ Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, www.parlamento.pt, consultado em 14 de Junho de 2010.

preocupação de (MONTEIRO, António Jorge, 2005)⁵²: “o fomento ao empreendedorismo integrado a redes e cadeias produtivas; a geração no território de novos padrões socioculturais; a criação de novos espaços públicos de decisão e gestão e a busca de sustentabilidade dos processos locais são motivos de preocupação hoje em dia.”

Perceber e propor situações constitui uma referência temática para a implementação de redes. Neste sentido interessa perceber se existem redes ou não e qual a importância da sua existência para o desenvolvimento local integrado e sustentável. Este tema inscreve-se num esforço de construção, trilhado em diferentes frentes nos últimos anos, com significativos avanços, obstáculos e desafios que se redefinem de um tempo para outro. “As Redes Comunitárias por sua vez promovem conexões para cooperar, trocar, construir parceiras entre comunidades populares, instituições públicas, privadas e do terceiro sector. A Rede é um espaço colectivo que prevê a participação de todos.” (www.redescomunitarias.org.pt)⁵³

O que torna as redes desejáveis e possíveis ou mesmo necessárias?

Dois aspectos, aparentemente contraditórios, que podem ser identificados no período actual. Por um lado, pela diversidade: a realização de múltiplas iniciativas e formulações em torno do desenvolvimento local a partir de actores diversos com dinâmicas e características próprias. Por outro lado, pelo isolamento, ou seja, pelas informações obtidas e o conhecimento pessoal, na minha qualidade de ex-dirigente associativo, nas instituições hoje poucos se integram e se falam.

Uma parte considerável dos municípios tem uma oferta ao nível de redes na sua globalidade muito fraca. Neste contexto, a rede social existe com uma dimensão essencialmente teórica, tornando-a pouco eficaz. A sua existência só por si não funciona e geralmente engloba problemáticas de assistência social, ignorando a vertente cultural que surge de uma forma submersa e subtil. Associado ao bem-estar das populações, traduzido nas questões infra-estruturais e económicas, falta acrescentar a dimensão da cultura e dos valores culturais que vão sendo ultrapassados ou ignorados. Esta nossa reflexão fez emergir a ideia e a necessidade de se criar uma rede de âmbito sociocultural que reduza substancialmente esse défice. Existem apoios económicos às associações e organizações locais para o desenvolvimento mas, a essência organizacional destas instituições, não é devidamente explorada, o que leva ao aparecimento de projectos sem qualquer impacto nesse

⁵² MONTEIRO, António Jorge, 2005 “Redes & Parcerias. Uma opção estratégica”, Porto

⁵³ www.redescomunitarias.org.pt, consultado em 19 de Abril de 2010.

desenvolvimento. Trabalha-se por si e para si. Os envolvidos são exclusivamente os interessados e associados. Onde entra aqui o resto da população?

Um dos objectivos deste trabalho é facilitar o aporte de maior densidade e consistência à questão do desenvolvimento local e permitir o trânsito e a comunicabilidade entre actores e locais diferentes. Nesta perspectiva podemos reunir alguns objectivos gerais que podem caracterizar uma Rede segundo Teixeira, Paulo 2006⁵⁴:

- “*Gerar maior qualificação e consistência à questão do desenvolvimento local;
- * Facilitar e ampliar a interlocução entre actores heterogéneos;
- * Propiciar acesso a informações úteis e serviços relevantes para pessoas/organizações interessadas ou envolvidas na promoção no desenvolvimento local;
- * Fomentar uma cultura de trabalho cooperativo em amplo espectro - trabalho em rede.”

Uma rede de informação e conhecimento em torno do desenvolvimento local é essencial para a autonomização e dinamização de uma organização, seja ela qual for. O que se propõe como inovador é o tratamento sistemático, através de redes e parcerias, de questões relacionadas com o desenvolvimento local. Isto significa, respeitando o conceito-base de redes e parcerias, agregar e impulsionar a massa crítica existente, a partir das questões que mobilizam os diferentes participantes na rede, neste caso concreto, a que envolve os lares e centros de dia das freguesias rurais do Concelho de Portalegre.

No que se refere à definição funcional deste tipo de estrutura, a preocupação não reside tanto na forma da sua organização, mas no tipo de relações que se estabelecem entre as diferentes componentes da estrutura. Poderá, inclusive, dizer-se que as redes são a linguagem dos vínculos e, neste sentido, é claramente um conceito vincular. Porque nem todas as redes podem ser formas de relação e interacção. Aqui vale a pena ressaltar a diferença que Célia Schilithler (1999)⁵⁵ faz entre “*agrupamento e grupo para compreender que basta a existência de objectivos comuns para se constituir uma rede, mas sim uma orientação comum em relação a determinados objectivos. Compartilhar objectivos é condição necessária mas não*

⁵⁴ TEIXEIRA, Paulo Jorge Branco Vieira dos Santos, 2006 “*Redes Interorganizacionais de base territorial para a intervenção social, o caso do programa Rede Social em Portugal*”, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

⁵⁵ SCHLITHLER, Célia R. Belizia, “*Grupalizar para Transformar [Trabalho não publicado]*”, pág. 01, 1999, consultada em www.repea.org.br em 16 de Junho de 2010.

suficiente para construir uma rede". Para além disso, ainda segundo a mesma autora, é necessário comungar um conjunto de valores e ter um modo de funcionamento em rede:

“Autonomia - Cada integrante mantém a sua independência em relação à rede e aos demais integrantes. Numa rede não há subordinação.

Vontade - Ninguém é obrigado a entrar e/ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade.

Participação - A cooperação entre os integrantes de uma rede é o que a faz funcionar. Uma rede só existe de facto quando em movimento. Sem participação ela desmorona-se e cessa de existir.

Multi-liderança - uma rede não possuirá hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões são compartilhadas. Descentralização: uma rede não tem centro.

Múltiplos níveis - Pode desdobrar-se em vários níveis ou segmentos autónomos, capazes de operar independentemente do restante da rede; de forma temporária ou permanente, conforme as exigências ou circunstâncias. Estas sub-redes têm o mesmo “valor de rede” que a estrutura maior à qual vinculam.

É necessária uma rede movida por pessoas com as suas densidades próprias, os seus vínculos intra e inter-organizações e a sua capacidade de iniciativa, como formuladores, multiplicadores, pesquisadores e agentes de processos de desenvolvimento local ou, simplesmente, como pessoas activamente interessadas em objectivos comuns e nas possibilidades de agir em rede.

Os laços flexíveis que caracterizam uma rede permitem a convivência de proximidades e distâncias entre os seus participantes de acordo com suas inclinações e interesses. Uma rede supõe uma identidade própria, que é em boa parte uma identidade de propósitos ou um projecto comum que induz à participação. As vantagens deste tipo de organização rendem-se *“a factores como a melhoria e coordenação local na realização de acções sem que as mesmas possam ser realizadas em duplicado por outras entidades”*, *promovem a integração de políticas nacionais ao nível local e sectorial, potenciam os recursos locais com impacto e eficiência das actividades desenvolvidas, promovem a inovação e promovem a identidade, assim como aumenta a competitividade local. Para que as parcerias se tornem eficazes é necessário existir uma forte intervenção dos actores locais e*

das respectivas comunidades, reconhecimento da respectiva legitimidade desses actores, das suas funções e dos seus benefícios, definição de objectivos e resultados esperados. Os actores devem disponibilizar recursos, aceitar algum grau de liderança e criar estruturas funcionais e também tem de existir um sistema de informação e comunicação permanente entre os parceiros. Relativamente às desvantagens podemos nomear as fragilidades das instituições no que dizem respeito aos desafios que se colocam a este novo instrumento de gestão, a falta de experiência e de recursos humanos preparados nas áreas técnicas e jurídicas para acompanhar todo o processo de execução da actividade desde a sua concepção à preparação dos procedimentos, da negociação, construção e exploração.” (OCDE, 1999)⁵⁶

5.2 - Parcerias de âmbito local

As parcerias locais implicam uma noção de governança que sugira a eficácia de resultados. Esta “noção de “governança” concorre para a admissão implícita da pré-existência de iniciativa e capacidade organizativa de diferentes agentes sociais de base territorial.” (In Revista Animação Territorial - Equal)⁵⁷. Por isso mesmo podem ser de diferentes naturezas: organizações políticas, organizações de poder local, associações, instituições sociais, escolas, centros de saúde, grupos culturais, segurança social e todos os outros actores que queiram manter uma posição social participativa. Mas esta parceria só é viável quando orientadas para os interesses comuns e para a cooperação, mais do que para o conflito e concorrência, sem excluir a saudável competição. “Este tipo de relacionamento assenta num processo com várias fases: a identificação, a avaliação, a negociação e a implementação da parceria, considerando sempre a necessária definição dos seus objectivos e das suas estratégias, a avaliação dos parceiros envolvidos, a ponderação dos contributos de cada parceiro, a avaliação da oportunidade do seu estabelecimento, o impacto e dimensão do seu valor acrescentado e, ainda, o seu planeamento e sua implementação. Têm de existir um equilíbrio de forças, não só nas questões de dinheiro, mas também de conhecimento, concentrando-se no valor somatório de forças e não apenas no que tange à parte da organização. Os factores que poderão levar a uma parceria de sucesso passam pela visão partilhada, com base num bom conhecimento da missão, na definição concreta e mutua dos objectivos, o nível de compromisso de cada parceiro, os contributos que cada um pode trazer,

⁵⁶ OCDE, 2001ob.cit.

⁵⁷ In “Animação Territorial, Caminhos para a Inovação Social”, Gabinete de gestão EQUAL, Palmigráfica-Artes Gráficas, Lisboa, Novembro 2008.

incentivando para um ambiente de confiança, abertura e respeito, num efeito de complementaridade e de co-responsabilização.” (In Redes e Parcerias “Uma opção estratégica” António Jorge Monteiro 2005)⁵⁸.

⁵⁸ MONTEIRO, António Jorge: In CULTDIGEST; “*Redes e Parcerias - Uma opção estratégica*”, Revista da Associação Portuguesa de Gestão Cultural, , nº 8, Porto, Jan/Fev/Mar 2005.

CAPITULO II - OPERACIONALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

1 - Percurso metodológico

Na construção de toda a investigação passámos por três diferentes fases de trabalho: Fase exploratória; Fase de estudo de caso; Fase da disseminação.

1 - Fase exploratória

Durante a fase exploratória deste trabalho de investigação, onde foi possível perceber a necessidade da existência de uma rede de Animação Sociocultural, optou-se por aplicar técnicas “clássicas” de recolha de informação que se centraram essencialmente:

- Análise documental de documentos associados. Por um lado, de conceitos-chave (pesquisa bibliográfica) e, por outro lado, de documentos que informam sobre a estruturação e implementação de redes inter-organizacionais. Também de documentos produzidos por organizações com projectos em rede e com parcerias; diagnósticos sociais e culturais e planos de desenvolvimento local.

2 - Fase de estudo de caso

Nesta segunda fase de investigação aprofundou-se a análise das redes de âmbito social já existentes, assim como a necessidade e importância da criação de uma rede de Animação Sociocultural junto de cinco lares e centros de dia da terceira idade do Concelho de Portalegre previamente seleccionados. Fez-se também uma investigação directa junto dos idosos destes lares para perceber quais as dinâmicas a aplicar e que possam vir a fazer parte desta estratégia ou organização de “intra-lares” para o desenvolvimento local. Foram também aplicados Inquéritos por questionário direccionados aos dirigentes, aos técnicos e aos idosos.

3 - Fase da disseminação

Na terceira e última fase do estudo e, tendo em conta a análise aprofundada realizada nos cinco lares e centros de dia da terceira idade, procurámos construir um plano de intervenção sociocultural através das preferências dos idosos inquiridos e envolvendo toda a comunidade, em parcerias, e numa organização em rede, que possa colmatar a ausência de práticas e vivências culturais, dinamizando as novas propostas. Afinal, uma proposta de rede e de parcerias a incentivar.

2 - A escolha das técnicas e dos instrumentos

O Estudo de Caso foi a técnica de estudo utilizada nesta investigação, porque é através deste que se pode fazer uma pesquisa sobre um caso particular, tirando conclusões sobre princípios gerais daquele caso específico.

De acordo com BONOMA (1985)⁵⁹, “*o método do Estudo de Caso tem sido visto mais como um recurso pedagógico ou como uma maneira para se gerar 'insights' exploratórios, do que um método de pesquisa propriamente dito e isto tem ajudado a mantê-lo nesta condição*”.

Por sua vez, YIN (1989)⁶⁰ afirma que “*o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenómeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas*”. Os objectivos do método de Estudo de Caso, segundo McClintock et al. (1983)⁶¹, “*...são (1) capturar o esquema de referência e a definição da situação de um dado participante... (2) permitir um exame detalhado do processo organizacional e (3) esclarecer aqueles factores particulares ao caso que podem levar a um maior entendimento da causalidade*”.

As técnicas de recolha de dados que utilizámos na elaboração da dissertação são os inquéritos por questionário dirigidos aos utentes das instituições, aos dirigentes e aos técnicos, e a pesquisa bibliográfica.

O questionário aos dirigentes das instituições permite o aprofundamento da percepção e do sentido que as pessoas atribuem às suas acções e torna-se flexível porque o contacto directo permite a explicitação do conteúdo das perguntas e respostas. Através deste questionário poderemos recolher informação mais detalhada sobre a opinião dos dirigentes, sobre as redes já existentes e perspectivas futuras sobre uma possível rede de animação sociocultural.

Os questionários aos utentes, por sua vez, vêm responder à opinião destes sobre as actividades socioculturais desenvolvidas nas instituições, a sua satisfação e quais as suas preferências culturais. Esta técnica torna possível a recolha de informações sobre um grande

⁵⁹ BONOMA, Thomas V. – “*Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process*”, Journal of Marketing Research, Vol XXII, May 1985.

⁶⁰ YIN, Robert K., “*Case Study Research - Design and Methods*”, Sage Publications Inc., p.23, USA, 1989.

⁶¹ McCLINTOCK et al. 1983, cit. in BONOMA, Thomas V. – “*Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process*”, Journal of Marketing Research, Vol XXII, p.150, May 1985

número de indivíduos. Permite comparações precisas entre as respostas dos inquiridos e possibilita a generalização dos resultados da amostra à totalidade da população.

A revisão bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, mapas, etc. Trata-se de uma leitura atenta e sistemática que se faz acompanhar de anotações que, eventualmente, poderão servir à fundamentação teórica do estudo. A pesquisa bibliográfica tem por objectivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre esta questão. Ela dá suporte a todas as fases da pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objectivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do trabalho final. A pesquisa é um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como principais objectivos gerar novos conhecimentos. É basicamente um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza, como da sociedade onde aquele se desenvolve. A pesquisa como actividade regular também pode ser definida como o conjunto de actividades orientadas e planeadas pela conquista de um novo conhecimento.

3 - Do objecto de estudo ao campo de observação

3.1 - Breve caracterização histórica e demográfica do concelho de Portalegre

“Situado no Norte Alentejano, em pleno coração do Parque Natural da Serra de S. Mamede, fica o Concelho de Portalegre. É constituído por 10 freguesias, 2 urbanas (Sé e S. Lourenço) e 8 rurais (Alagoa, Alegrete, Carreiras, Fortios, Reguengo, Ribeira de Nisa, S. Julião e Urra). Tem uma superfície de 446,2 Km² e, de acordo com os Censos de 2001, 25 980 habitantes.

A cidade apresenta uma forte tradição industrial, remontando a indústria têxtil ao Século XVII. No século XIX surgiu a Fábrica da Cortiça Robinson, dedicada ao fabrico de rolhas de cortiça que é parte integrante da memória de Portalegre e que contém um valioso espólio de arqueologia industrial.

Portalegre teve inicialmente sete freguesias urbanas: Santa Maria do Castelo, Santa Maria a Grande, São Tiago São Martinho, Madalena, São Vicente e São Lourenço. Com a criação da diocese e a erecção da Sé, as freguesias de Santa Maria do Castelo, Santa Maria a Grande e São Vicente fundiram-se. As igrejas de S. Martinho e Madalena foram demolidas

*no século XIX, subsistindo a de S. Tiago, mas todas estas três freguesias foram extintas. Subsistem, assim, na parte urbana, as freguesias de Sé e de São Lourenço.”*⁶²

Actualmente são as seguintes, as freguesias do concelho de Portalegre: Freguesia de Alagoa, Freguesia de Alegrete, Freguesia de Carreiras, Freguesia de Fortios, Freguesia do Reguengo, Freguesia da Ribeira de Nisa, Freguesia de S. Julião, Freguesia de São Lourenço, Freguesia da Sé e Freguesia da Urra. (*Dados recolhidos através do site da Câmara Municipal de Portalegre - www.cmportalegre.pt*)⁶³

3.2 - Oferta institucional para idosos no concelho de Portalegre

*“A população privilegiada neste estudo é a população idosa. Hoje, o grupo etário a partir dos 65 anos corresponde a cerca de 21,3% da população.”*⁶⁴ A consequência é o surgimento da solidão como um dos problemas que mais afecta este grupo etário. Tenta-se minimizá-la promovendo actividades diversas, nomeadamente passeios, a feira da terceira idade e o projecto “Vivacidade Sénior” através da autarquia. Mesmo assim não é suficiente para combater este envelhecimento acentuado.

*“As instituições públicas que satisfazem esta classe etária no concelho de Portalegre são: Centro de Dia Nossa Senhora da Esperança - Ribeira de Nisa, Centro de Dia do Centro Social Paroquial S. Tiago da Urra – Urra, Lar de S. Domingos – Fortios, Santa Casa da Misericórdia de Alegrete – Alegrete, Associação de Amigos da 3ª Idade das Carreiras – Carreiras, Casa do Povo da Alagoa – Alagoa, Santa Casa da Misericórdia de Portalegre – Portalegre e a Associação Sete Montes de S. Julião - S. Julião.”*⁶⁵ Destas instituições somente cinco serão as escolhidas para aprofundar este estudo. A escolha foi analisada e seleccionada consoante vários critérios:

- a) Heterogeneidade na dimensão dos territórios;
- b) Localização geográfica diferente, a norte, a sul, a oeste, a este e ao centro;
- c) Facilidade e rapidez no acesso à informação;
- d) Nível de participação dos pré-questionários;
- e) Interesse das próprias instituições em participar numa reflexão sobre esta problemática.

⁶² **Carta Educativa do Concelho de Portalegre**, de acordo com o Decreto de Lei n.º 7 /2003 de 15 de Janeiro.

⁶³ www.cmportalegre.pt, consultado a 15 de Fevereiro de 2010.

⁶⁴ *Ibidem*, www.cmportalegre.pt

⁶⁵ *Ibidem*, www.cmportalegre.pt

No decorrer do projecto desta dissertação foram desenvolvidos inquéritos a todas estas associações referidas anteriormente, mas só foi obtida a resposta de seis num total de oito instituições. Centro de Dia Nossa Senhora da Esperança - Ribeira de Nisa, Centro de Dia do Centro Social Paroquial S. Tiago da Urra – Urra, Lar de S. Domingos – Fortios, Santa Casa da Misericórdia de Alegrete – Alegrete, Casa do Povo da Alagoa – Alagoa, Santa Casa da Misericórdia de Portalegre – Portalegre.

Após uma selecção estratégica do território, através dos critérios já referidos e consoante as respostas obtidas, foram seleccionadas cinco instituições: Centro de Dia Nossa Senhora da Esperança - Ribeira de Nisa (Norte), Centro de Dia do Centro Social Paroquial S. Tiago da Urra – Urra (Sul), Santa Casa da Misericórdia de Alegrete – Alegrete (Este), Casa do Povo da Alagoa – Alagoa (Oeste) e Santa Casa da Misericórdia de Portalegre – Portalegre (Centro urbano, concelho).

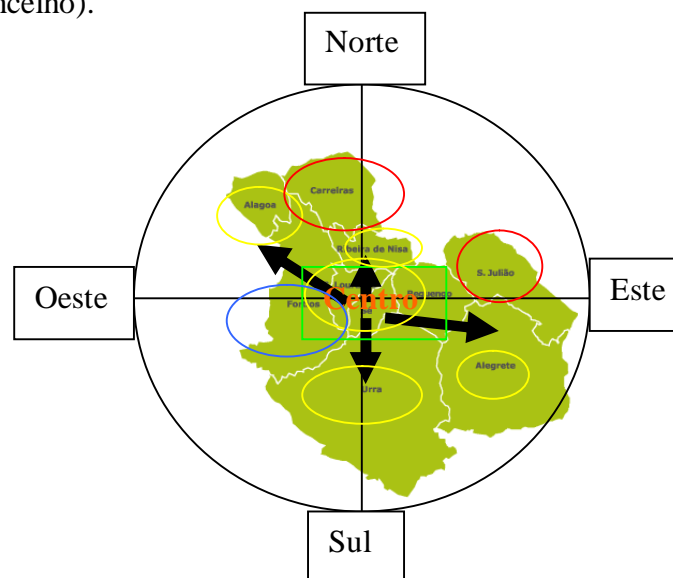


Imagem 1: Mapa das Freguesias do Concelho de Portalegre

Legenda:

	Freguesias com Lar de Idosos, que responderam ao pré-questionário e que fazem parte da investigação na dissertação.
	Freguesia com Lar de idosos, que respondeu ao pré-questionário, mas que não faz parte da investigação na dissertação. (Face aos critérios de selecção)
	Freguesia com Lar de idosos, que não respondeu ao pré-questionário, e que não faz parte da investigação na dissertação. (Face aos critérios de selecção)
	Lar de Idosos na Cidade de Portalegre.
	Orientação territorial da Rosa dos Ventos.

4 - Estudo de caso: Importância de uma rede de Animação sociocultural intra-lares para o desenvolvimento local

4.1 - Análise e interpretação dos dados

Análise dos dados recolhidos nas instituições: Santa Casa da Misericórdia de Alegrete (S.C.M.A.) - Alegrete; Santa Casa da Misericórdia de Portalegre (S.C.M.P.) - Portalegre; Centro de Dia Nossa Senhora da Esperança (C.D.N.S.E.) - Ribeira de Nisa; Casa do Povo da Alagoa (C.P.A.) - Alagoa; Centro de Dia do Centro Social Paroquial S. Tiago da Urra (C.S.P.S.U.) - Urra.

A - Análise e interpretação dos Inquéritos por questionário aos idosos dos Lares e Centros de Dia de Terceira Idade:

O questionário estruturou-se por um conjunto de questões fechadas e abertas para assim permitir uma melhor eficácia. Por sua vez permitiria, simultaneamente, uma avaliação quantitativa e qualitativa. Foram elaborados vinte e cinco inquéritos por questionário e distribuídos pelos idosos destas instituições com capacidades e consciência de resposta. Esta análise tinha como objectivo saber quais as opiniões dos idosos perante a instituição ao nível da animação sociocultural, a importância desta para o desenvolvimento local, quais os tipos de actividades que mais gostam de participar e quais as que gostariam de vir a participar.

Este instrumento que assegurou aos inquiridos o anonimato e a confidencialidade nas suas respostas, era constituído por oito questões, às quais responderam pessoas de idades entre 75 e 92 anos com interesses muito idênticos. As pessoas mostraram-se muito interessadas em responder aos questionários, visto que há uma necessidade de criar espaços e momentos de contacto com outras realidades ou, talvez, com o exterior.

Este tipo de questionários foi uma aposta pertinente, porque sendo uma forma fácil e acessível de resposta para os idosos, permitiu uma maior eficácia e objectividade na avaliação de dados.

Tabela 1 - Idade dos inquiridos

Idade	Número de inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
65 a 75 anos	1	2	0	1	0
76 a 85 anos	3	2	2	2	3
86 a 95 anos	1	0	2	1	2
96 a 100 anos	0	1	1	1	0
+ de 100 anos	0	0	0	0	0
Total	5	5	5	5	5

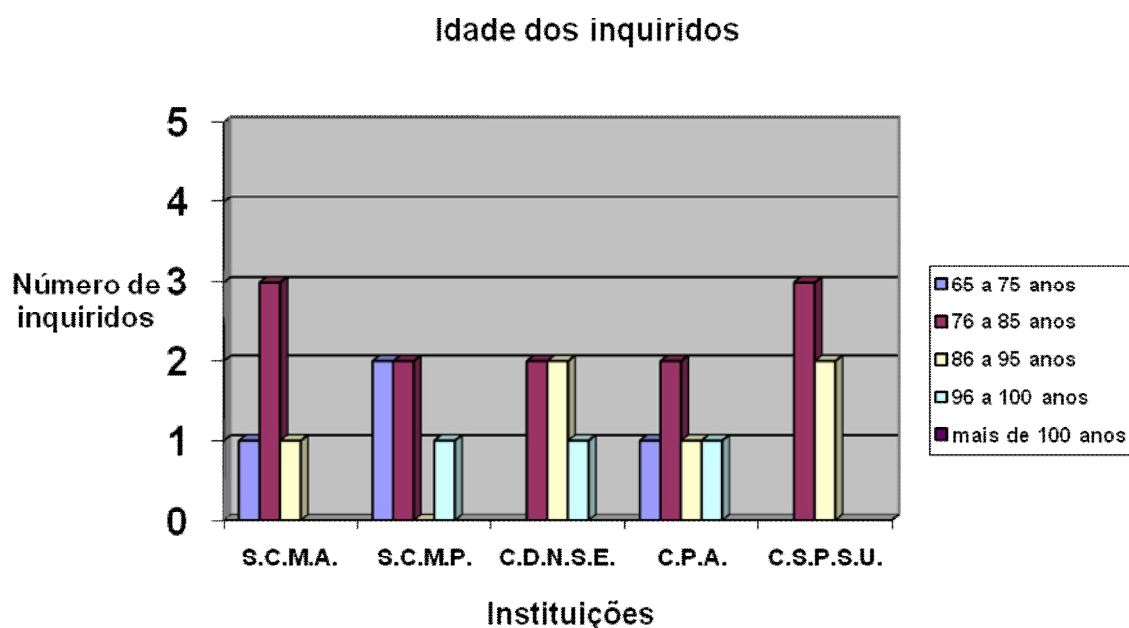


Tabela 2 - Sexo

Sexo	Número de inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
Feminino	5	3	2	2	4
Masculino	0	2	3	3	1
Total	5	5	5	5	5

Sexo dos inquiridos

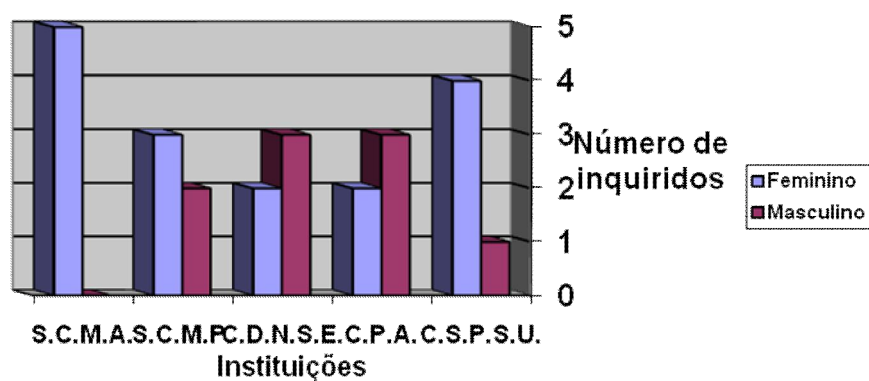


Tabela 3 - Nível de escolaridade dos inquiridos

Ano/nível	Número de Inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
Sem escolaridade	4	1	1	1	1
4ª Classe	1	2	4	4	3
6º Ano do Ciclo	0	1	0	0	1
9º Ano do Ciclo	0	1	0	0	0
12º Ano do Secundário	0	0	0	0	0
Bacharelato	0	0	0	0	0
Licenciatura	0	0	0	0	0
Mestrado	0	0	0	0	0
Doutoramento	0	0	0	0	0
Total	5	5	5	5	5

Nível escolaridade dos inquiridos

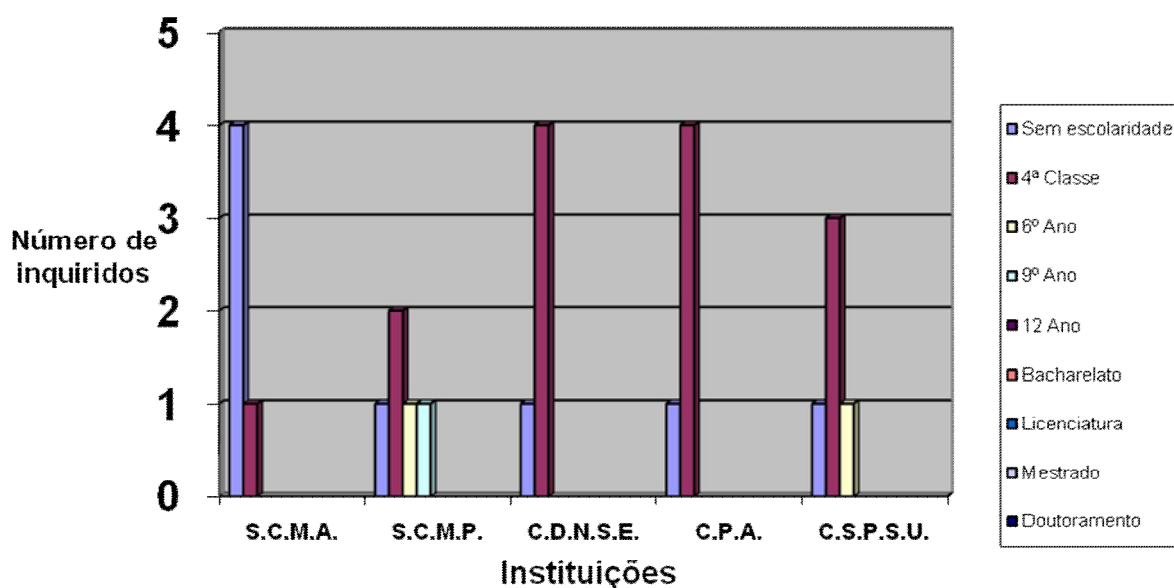
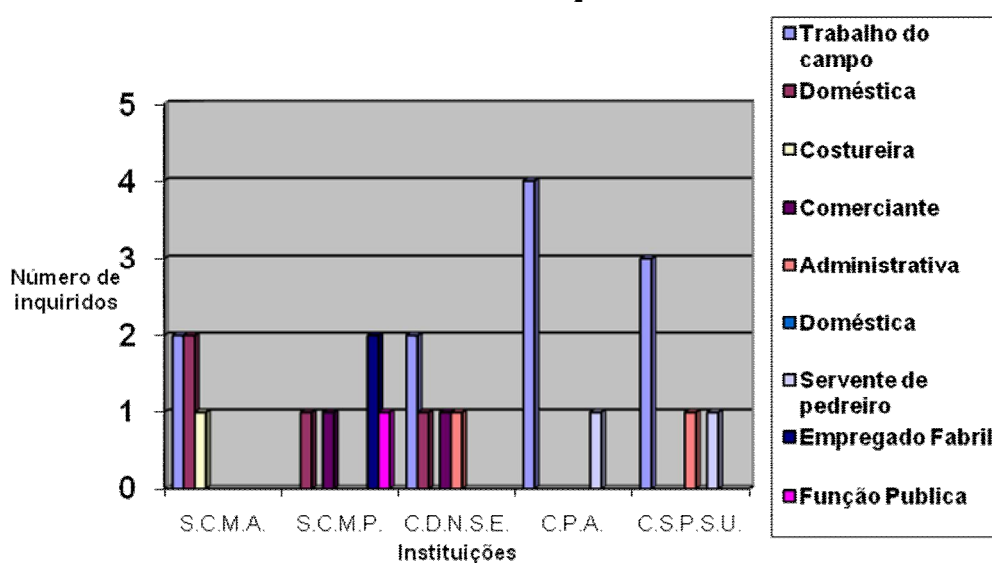


Tabela 4 - Profissão dos inquiridos

Profissão	Número de Inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
Trabalho do campo	2	0	2	3	3
Doméstica	2	0	1	1	0
Costureira	1	0	0	0	0
Comerciante	0	1	1	0	0
Administrativa	0	0	1	0	1
Doméstica	0	1	0	0	0
Servente de pedreiro	0	0	0	1	1
Empregado Fabril	0	2	0	0	0
Função Publica	0	1	0	0	0
Total	5	5	5	5	5

Profissões dos inquiridos



Análise e interpretação das questões. (ver questionário A em anexos):

1- Durante a sua vida participou em actividades culturais da Comunidade?:

S.C.M.A. - Festas Religiosas: Nossa Senhora D'Alegria, Festas dos Santos Populares, Carnaval, Bailes e Teatro.

S.C.M.P. - A grande maioria dos inquiridos participou em excursões, bailes e romarias, uma pessoa fez parte do Grupo Cénico de Portalegre, e um outro fez parte da Banda Euterpe de Portalegre.

C.D.N.S.E. - Três pessoas responderam sim e dois responderam não.

C.P.A. - Visitas culturais, festas populares, visita a museus.

C.S.P.S.U. - Bailes, Feiras, Romarias e Coro Religioso da Comunidade.

2- Participou em alguma associação ou instituição? Desempenhou algum cargo associativo? Qual?:

S.C.M.A. - Só uma pessoa fez parte do Grupo de Danças Tradicionais - com o cargo de Dirigente.

S.C.M.P. - Só uma pessoa fez parte dos corpos sociais do Centro Popular dos Trabalhadores do Atalaião.

C.D.N.S.E. - Só uma pessoa respondeu sim. Desempenhou um cargo na Casa do Povo da Ribeira de Nisa.

C.P.A. - Um elemento fez parte de um grupo de música "O Paraíso". Um outro elemento faz ainda parte da lista da Junta de Freguesia e todos os outros não fizeram parte de nenhuma organização.

C.S.P.S.U. - Um elemento fez parte do grupo Coral Religioso da Urra e outro elemento fez parte do Rancho Folclórico da Urra. Todos os outros não fizeram parte de nenhuma associação.

3- Gosta de cinema, teatro, dança ou outra actividade:

S.C.M.A. - Teatro, dança, música e costuras.

S.C.M.P. - Cinema, bordados, rendas, dança, leitura e poesia.

C.D.N.S.E. - Cinema, dança, teatro, jogos de cartas e dominó.

C.P.A. - Cinema, música e teatro.

C.S.P.S.U. - Musica, teatro, dança, trabalhos hortícolas, caça e pesca.

4- Na sua instituição participa em algumas actividades desenvolvidas? Está satisfeito com o que está a ser desenvolvido actualmente?:

S.C.M.A. - Manualidades, bordados, pintura, festas populares, ginástica, voluntariado na instituição e passeios. Alguns idosos comentaram a ausência de um(a) animador(a) sociocultural.

S.C.M.P. - Todos participam nas actividades institucionais, nomeadamente nos trabalhos manuais, ginástica, dança, trabalhos inter-geracionais, poesias. Na maioria todos gostariam de participar ainda mais, vontade inviabilizada tendo em conta as suas limitações físicas.

C.D.N.S.E. - Só uma pessoa joga às cartas. Todos os outros dizem que a instituição não desenvolve actividades de animação.

C.P.A. - Ginástica, cantigas populares e cartas.

C.S.P.S.U. - Expressão plástica, rendas, malhas, trabalhos manuais, ginástica, festas de datas comemorativas e pintura.

5- Que tipo de actividades prefere participar?: (por ordem de preferência)

1 - Actividades de prática teatral

2 - Actividades pedagógicas

3 - Actividades de expressão musical

4 - Actividades de leitura e biblioteca

5 - Actividades desportivas

6 - Conferências

7 - Outras

6 - Costuma participar em actividades que tenham origem ou envolvam outras instituições? Se sim, quais?:

S.C.M.A. - Poucas vezes. Só com alguns lares.

S.C.M.P. - Sim, todos participam. Em viagens, encontros com outras instituições de solidariedade social, actividades da autarquia, festas inter-institucionais, actividades nas escolas e outras actividades inter-geracionais, na troca de saberes.

C.D.N.S.E. - Não.

C.P.A. - Não.

C.S.P.S.U. - Passeio ao Lar de Aldeia da Mata e Lar de Arronches.

7- O que gostaria de fazer ou voltar a fazer nos seus tempos livres?:

S.C.M.A. - Passear, encontros frequentes com outros lares, jogar ao carnaval, dançar, cantar, participar em bailes comunitários, bordar com perfeição, cozinhar.

S.C.M.P. - Viajar, ver futebol e passear.

C.D.N.S.E. - Passear, fazer trabalhos manuais, pescar e ir às feiras.

C.P.A. - Bordados, dança, jogos tradicionais, música, costura, futebol, ciclismo e viagens.

C.S.P.S.U. - Trabalhos no campo, danças, passeios e actividades de cozinha.

8- Gostaria de relembrar todas as actividades culturais de que fez parte? E voltaria a participar?:

S.C.M.A. - Sim, as tradições populares. Participaria dentro das suas limitações.

S.C.M.P. - Sim, teatro, poesia, viagens e passeios. Embora todos relembrem e conversem diariamente uns com os outros sobre todos os seus antepassados. Mas acham também boas as escolhas dos jovens de hoje. O mundo está sempre a mudar, levando-os a fazerem esforço para se adaptarem a estas novas mudanças que lhes permite envolverem-se com os seus netos.

C.D.N.S.E. - Só uma pessoa disse que não.

C.P.A. - Sim.

C.S.P.S.U. - Sim, festas e romarias, costumes e trabalhos no campo.

9 - Acha que a sua participação em actividades de âmbito cultural pode ser importante para o desenvolvimento local?:

S.C.M.A. - Todos acharam que sim. Os idosos sentem-se ainda importantes, de tal forma que se integrarão em projectos de desenvolvimento local através da sua experiência e sabedoria. Os lares são, na maioria dos casos, as grandes organizações de uma comunidade que emprega mais pessoas. Grande parte das pessoas da comunidade faz as suas visitas a familiares e amigos. A partir dos lares podem ser desenvolvidas actividades que envolvam toda a comunidade em geral. “O lar é a instituição mais importante da nossa vila”.

S.C.M.P. - Todos tem uma opinião positiva relativamente à importância da instituição ao nível local, embora achem que a população em geral se esquece um pouco dos idosos e não os valorizam. Acham que é bom dar a conhecer aos mais jovens as suas tradições e a sua cultura, valorizando os seus trabalhos e os seus saberes,

mas também não são indiferentes às novas culturas e formas de vida dos actuais jovens que também são importantes, porque os tempos mudam.

C.D.N.S.E. - Só uma pessoa disse que não. Todas as outras acham importante a sua participação ao nível do convívio e porque a sua participação permite também ensinar o que sabe aos mais novos.

C.P.A. - Sim, muito importante. A participação da população idosa pode ser importante para o desenvolvimento local, através do convívio e dinamismo entre as pessoas.

C.S.P.S.U. - Muito importante para apoiar os idosos nas suas necessidades, as respectivas famílias, ao mesmo tempo que emprega muitas pessoas da comunidade e, tudo isto, leva ao desenvolvimento desta. Esta opinião é global.

Análise dos questionários A:

Tendo em conta o meio rural, os factores sociais e culturais da região, pudemos verificar, através desta análise e tratamento de dados, que é fácil de entender serem os lares e centros de dia importantes instituições locais. Porque envolvem grande parte das pessoas de uma comunidade e porque os idosos têm a percepção de que estas instituições poderão ter outro impacto no desenvolvimento local da comunidade.

Uma parte significativa dos idosos tem idades entre os 76 e 85 anos e são do sexo feminino. Na sua grande maioria têm a 4ª classe. Estes dados são evidentes e diferenciados consoante a zona geográfica. Os idosos das freguesias rurais, na sua grande maioria, não sabem ler nem escrever. Os da cidade têm já a escolaridade mínima. Pudemos verificar, também, que os idosos que vivem nas freguesias trabalharam essencialmente no campo, enquanto os idosos da cidade tiveram outras oportunidades no ramo da indústria e nos serviços públicos. Estas diferenças, enquanto tal, provocam pequenas diferenças, também ao nível da preferência de actividades de ocupação do tempo livre.

As actividades de tempos livres dos seus antepassados, nas freguesias, eram as festas e romarias das aldeias e nos idosos citadinos pudemos verificar outras escolhas como o teatro, o cinema e a música. Quanto a cargos associativos verificámos que só os idosos da cidade participaram em algumas associações, todos os outros, para além do trabalho, não tinham outra ocupação, porque o trabalho do campo ocupava muito do seu tempo diário, muitas vezes de sol a sol.

Assim, para os idosos das freguesias, as actividades preferidas são as rendas, bordados, jogos tradicionais e os bailes. Já os idosos da cidade preferem o teatro, o cinema, a dança e os passeios.

Podemos assim concluir que os idosos inquiridos participam nas actividades de animação das suas instituições. Todavia existem ainda instituições que não têm técnico de animação sociocultural, o que torna inexistente a realização de actividades de tempos livres. Na maioria das instituições não existem actividades que envolvam outras instituições e não existem parcerias, por isso os idosos estão e continuam nestes centros, fechados entre si, quase impossibilitados do contacto com o exterior. Todos gostariam de relembrar os seus costumes e tradições, nomeadamente os bailes, romarias e passeios de antigamente. Mas, mesmo estando fechados nas instituições, acham que a sua participação ainda é importante para o desenvolvimento local, pela troca de experiências e saberes com a população mais jovem, de forma a criar actividades conjuntas na comunidade e envolver todas as classes etárias.

B - Análise e interpretação dos inquéritos por questionário aos dirigentes dos Lares e Centros de Dia de terceira idade:

Foram elaborados cinco inquéritos por questionário dirigidos aos dirigentes destas instituições. Esta análise tinha como objectivo saber quais as opiniões dos dirigentes das instituições sobre as práticas de animação sociocultural instituídas, ou não, nas suas instituições, a importância desta para o desenvolvimento local, quais os programas socioculturais de apoio a idosos disponíveis por parte da autarquia local e da eficácia dos mesmos. Pretendia-se, também, identificar a existência ou não de parcerias entre a instituição e outras organizações. Se na sua organização ou planeamento têm em conta o trabalho em rede e a sua opinião sobre este tipo de organização ou estratégia de desenvolvimento.

O questionário estruturou-se por um conjunto de questões abertas para assim permitir uma melhor eficácia num processo simultâneo de avaliação quantitativa e qualitativa. Estes instrumentos, assegurados o anonimato e a confidencialidade nas respostas, eram constituídos por onze questões, às quais responderam pessoas com cargos de directores responsáveis. As pessoas mostraram-se interessadas em responder aos questionários, visto que há uma necessidade de criar espaços e momentos de contacto com outras realidades ou, talvez, com o exterior.

Este tipo de questionários foi uma aposta pertinente porque, sendo uma forma fácil e acessível de resposta para os inquiridos, permitiu uma maior eficácia e objectividade na avaliação de dados.

Tabela 1 - Idade dos inquiridos

Idade	Número de inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
20 a 30 anos	0	0	0	1	0
31 a 40 anos	0	1	0	0	0
41 a 50 anos	0	0	0	0	1
51 a 60 anos	0	0	1	0	0
Mais de 61 anos	1	0	0	0	0
Total	1	1	1	1	1

Idade dos inquiridos

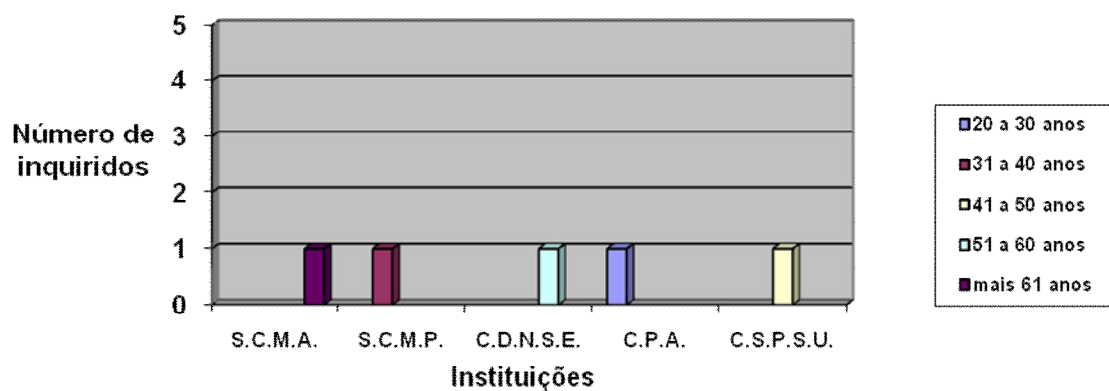


Tabela 2 - Sexo

Sexo	Número de inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
Feminino	1	1	0	1	0
Masculino	0	0	1	0	1
Total	1	1	1	1	1

Sexo dos inquiridos

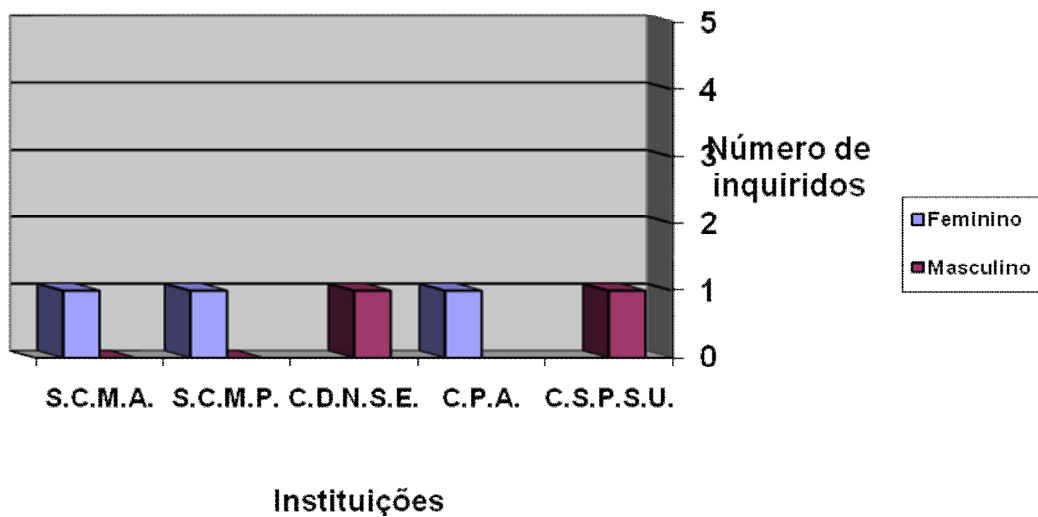


Tabela 3 - Nível de escolaridade dos inquiridos

Ano/Nível	Número de inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
Sem escolaridade	0	0	0	0	0
4ª Classe	0	0	0	0	0
6º Ano do Ciclo	0	0	0	0	0
9º Ano do Ciclo	0	0	0	0	0
12º Ano do Secundário	0	0	1	0	0
Bacharelato	0	0	0	0	0
Licenciatura	1	1	0	1	0
Mestrado	0	0	0	0	1
Doutoramento	0	0	0	0	0
Total	1	1	1	1	1

Nível escolaridade dos inquiridos

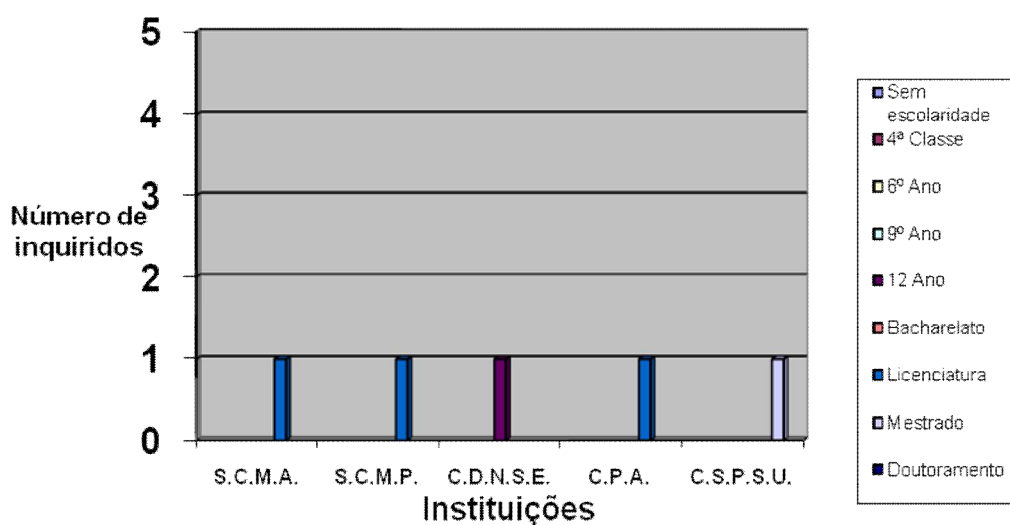


Tabela 4 - Profissão dos inquiridos

Profissão	Número de inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
Professora	1	0	0	0	0
Técnico Superior de Animação Sociocultural	0	0	0	0	0
Técnico Superior de Serviço Social	0	0	0	1	0
Pároco	0	0	0	0	1
Administrativa	0	0	0	0	0
Função Pública	0	0	1	0	0
Advogada	0	1	0	0	0
Total	1	1	1	1	1

Profissões dos inquiridos

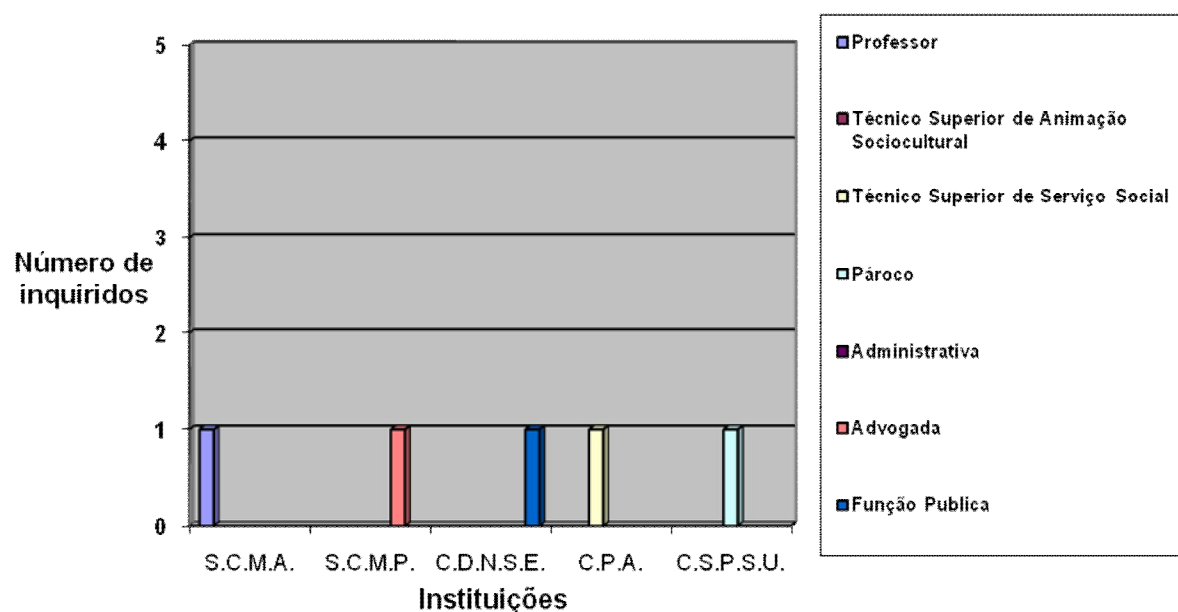
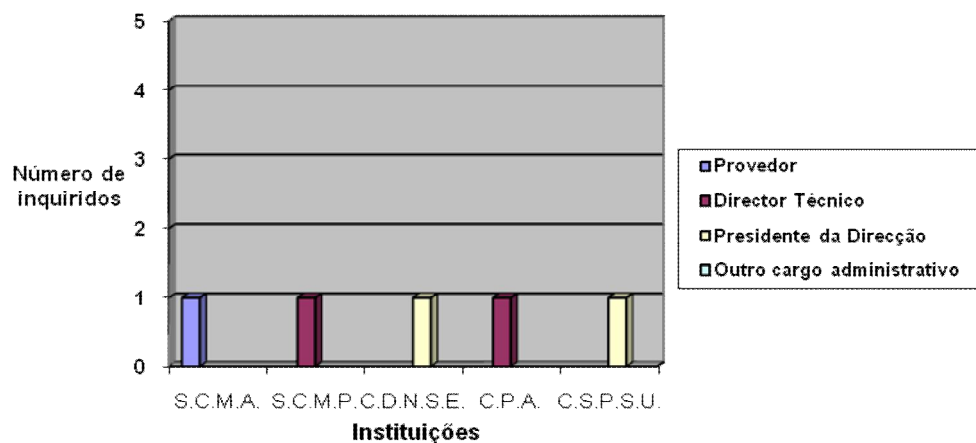


Tabela 5 - Cargo dos inquiridos na Instituição

Cargo	Número de inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
Provedor	1	0	0	0	0
Director Técnico	0	1	0	1	0
Presidente da Direcção	0	0	1	0	1
Outro cargo Administrativo	0	0	0	0	0
Total	1	1	1	1	1

Cargo dos inquiridos na Instituição



Análise e interpretação das questões. (ver questionário B em anexos):

1 - Conhece todos os programas sociais para idosos disponíveis na Câmara Municipal de Portalegre?:

S.C.M.A. - Tem conhecimento de todos.

S.C.M.P. - Não.

C.D.N.S.E. - Sim.

C.P.A. - Acha que conhece.

C.S.P.S.U. - Pensa que sim.

2 - Acha que a sua instituição tem um papel importante para o desenvolvimento local?:

S.C.M.A. - A instituição é a 2ª instituição empregadora da freguesia e procura preencher uma função social.

S.C.M.P. - Sim.

C.D.N.S.E. - Sim.

C.P.A. - Sim, ao nível do combate ao isolamento dos utentes e ao nível da empregabilidade.

C.S.P.S.U. - Sim, na criação de emprego e na assistência a idosos.

3 - A autarquia oferece programas de âmbito cultural suficientes e eficazes para as instituições de solidariedade social?:

S.C.M.A. - Oferece as suficientes, mas deveriam ter mais qualidade.

S.C.M.P. - A autarquia oferece diversos programas culturais para a terceira idade, porém não envolvem as instituições de solidariedade social.

C.D.N.S.E. - Não.

C.P.A. - Os programas da autarquia têm muito boas intenções, mas na maior parte dos casos não se aplicam às realidades das instituições.

C.S.P.S.U. - Tenta fazê-lo.

4 - Quais os apoios ou programas sociais da autarquia de que faz parte? Quais os objectivos desses programas?:

S.C.M.A. - Festa da vida, comemoração de datas festivas e apoio à medicação.

S.C.M.P. - Nenhum.

C.D.N.S.E. - Não respondeu.

C.P.A. - Cartão do idoso no usufruto de benefícios sociais, culturais e de saúde.

C.S.P.S.U. - Ao nível económico, subsidiando as obras em curso, na oferta de técnicos de animação, festas e passeios com as crianças e idosos.

5 - As redes ou parcerias que mantém com outras instituições, são suficientes? Qual o tipo de redes em que participa e quantas vezes por ano reúne com essas parcerias?:

S.C.M.A. - São insuficientes. Participam apenas na rede da União das Misericórdias Portuguesas.

S.C.M.P. - Sim.

C.D.N.S.E. - Não respondeu.

C.P.A. - Acha muito importante a existência de redes, embora só façam parte da rede social onde reúnem duas a três vezes por ano e da comissão social de freguesia que reúne duas vezes por ano.

C.S.P.S.U. - Sim, ao nível de apoios monetários e da animação cultural, cerca de três vezes por ano.

6 - Costuma organizar o seu plano de actividades em parceria com outras instituições sociais consoante as necessidades da comunidade e preferências dos seus agentes?:

S.C.M.A. - Têm como parceiros a Junta de Freguesia de Alegrete, a Câmara Municipal de Portalegre e a União das Misericórdias Portuguesas.

S.C.M.P. - Não.

C.D.N.S.E. - Não.

C.P.A. - Não, mas acha que seria muito interessante criar parcerias. Será uma hipótese a equacionar.

C.S.P.S.U. - Sim, por vezes realizam-se reuniões a esse nível.

7 - No desenvolvimento de actividades culturais costuma envolver diferentes entidades sociais e culturais?:

S.C.M.A. - Estamos a trabalhar para isso.

S.C.M.P. - Sim, os grupos culturais existentes na cidade, orfeão, conservatório.

C.D.N.S.E. - Sim, Junta de Freguesia, Associações Culturais, Escolas e Igreja.

C.P.A. - Sim, sem dúvida, tenta-se envolver outras entidades culturais e sociais como forma de enriquecimento de experiências e alargamento de horizontes para os agentes.

C.S.P.S.U. - Sim, na medida do possível.

8 - Acha importante a existência de uma rede de Animação Sociocultural intra-lares?

Porquê?:

S.C.M.A. - Muito importante, para poderem sair do âmbito da rede da União das Misericórdias Portuguesas.

S.C.M.P. - Sim, para quebrar a rotina e trocar experiências

C.D.N.S.E. - Sim, por causa do convívio que se poderia proporcionar aos nossos idosos.

C.P.A. - Sim. Seria um ponto a favor na troca de experiências, bem como da interacção com realidades semelhantes às dos utentes. A existência de uma rede de Animação Sociocultural seria um foco potenciador de criatividade e de originalidade.

C.S.P.S.U. - Sim, permite rentabilizar recursos financeiros e económicos, assim como melhorar a vida dessas instituições.

9 - De uma forma breve consegue definir como organizaria essa rede cultural? A sua abrangência, os objectivos, agentes envolvidos, entidades, apoios e o seu financiamento:

S.C.M.A. - Realização de um encontro com todos os parceiros da rede para diagnosticar as potencialidades e fragilidades das instituições, para depois definir objectivos comuns. Programar um conjunto de actividades num determinado tempo. O grupo de trabalho deveria ser o mais representativo possível.

S.C.M.P. - As redes culturais entre misericórdias são necessárias e para isso é preciso existir força de vontade e contactos entre entidades, porque os apoios vêm por acréscimo.

C.D.N.S.E. - Abrangência: crianças e idosos da freguesia. Objectivos: proporcionar actividades diferentes. Agentes envolvidos: entidades, apoios, empresas, junta de freguesia, associações culturais.

C.P.A. - Potencializar a comunicação entre equipas técnicas de todas as instituições através de reuniões periódicas, para planificar, de acordo com os interesses e necessidades do público-alvo, as actividades em parceria. Seria necessário eleger, de forma rotativa, uma instituição para encarar a direcção da rede. Os apoios seriam diversificados consoante a disponibilidade das instituições.

C.S.P.S.U. - A nível concelhio, dependendo da dimensão do mesmo. Seria necessário traçar objectivos, datas, actividades, recursos humanos, materiais e económicos.

Reuniões mensais ou trimestrais. Apoios ao nível da Segurança Social, Câmara, Junta de Freguesia, Escolas e outras Colectividades.

10 - Acha que a existência de este tipo de redes pode ser importante para o desenvolvimento comunitário a partir de instituições de solidariedade social?:

S.C.M.A. - Sim. Existe uma aprendizagem mútua, através dos erros, e também com os aspectos positivos.

S.C.M.P. - Com toda a certeza. Se as instituições são pilares da comunidade, logo são importantes no desenvolvimento local.

C.D.N.S.E. - Sim.

C.P.A. - Pode ser um meio potenciador de sensibilizar os intervenientes para as questões sociais implícitas em cada comunidade. Pode servir também para consciencializar a comunidade alargada para as problemáticas sentidas no terreno, implicando assim para o desenvolvimento comunitário.

C.S.P.S.U. - Sim, na valorização dos recursos existentes e também na recuperação de costumes quase perdidos.

11 - Se existisse uma rede sociocultural, a sua instituição estaria disponível para fazer parte desta rede?:

S.C.M.A. - Com toda a certeza.

S.C.M.P. - Sim, a instituição está disponível para equacionar todos os tipos de hipóteses de desafios.

C.D.N.S.E. - Sim.

C.P.A. - Seria uma mais-valia para a instituição, enquanto parceria de rede, mas fundamentalmente para o público-alvo das actividades.

C.S.P.S.U. - É um caso a pensar.

Análise dos questionários B:

As idades dos dirigentes situam-se entre os 20 e os 65 anos. Na sua maioria são do sexo feminino e tem formação académica superior ao 12º ano. As instituições estão conscientes de todos os programas de apoio a idosos, por parte da Câmara Municipal, tanto ao nível social, como cultural, embora todos tenham a opinião de que são insuficientes. A autarquia faz uma ou duas actividades anuais envolvendo os idosos, nada mais para além disso. As parcerias que os Lares e Centros de Dia mantêm são ao nível de apoios por parte das

Juntas de Freguesias e Câmara Municipal, uma ou outra instituição social, mas nada de consistente.

Os dirigentes, na sua maioria, acham muito importante que se crie uma rede de Animação Sociocultural que possa envolver parceiros; uma rede com uma estrutura organizativa, consistente, frequente, onde possam identificar dificuldades e também oferecer ajuda entre parceiros para ultrapassar estes problemas. Trabalhar em conjunto, por objectivos comuns, numa só direcção e essencialmente envolver toda a comunidade e suas organizações. Todos os inquiridos acham importante criar meios de comunicação inter-instituições, de forma a possibilitar uma maior fluidez da informação e na criação de projectos comuns. As instituições vivem imensas dificuldades, tanto ao nível financeiro como técnico e, se existir uma rede, nomeadamente de animação sociocultural, será mais fácil a troca de experiências e a resolução dos problemas internos de cada uma das instituições.

C - Análise e interpretação dos Inquéritos por questionário aos Técnicos de Intervenção Sociocultural dos Lares e Centros de Dia de Terceira Idade:

Foram elaborados cinco inquéritos por questionário dirigidos aos técnicos de intervenção social (preferencialmente Animadores Socioculturais) destas instituições. Esta análise tinha como objectivo saber quais as opiniões dos Técnicos sobre as práticas de animação sociocultural desenvolvidas na instituição onde trabalham e a importância daquela no desenvolvimento local. Quais os programas socioculturais de apoio a idosos disponíveis pela parte da autarquia local e da eficácia daqueles. Esta análise permitiu também identificar a existência ou não de parcerias entre a instituição e outras organizações, assim como a de saber se, na sua organização ou planeamento, têm em conta o trabalho em rede, para além da sua opinião sobre este tipo de organização ou estratégia de desenvolvimento.

O questionário estruturou-se por um conjunto de questões abertas para assim permitir uma maior eficácia nos processos de avaliação quantitativa e qualitativa. Estes instrumentos, que asseguravam o anonimato e a confidencialidade nas suas respostas, eram constituídos por 10 questões. Os técnicos, especialmente os Animadores Socioculturais, mostraram-se muito interessados em responder aos questionários, visto que há uma necessidade de criar espaços e momentos de contacto com outras realidades ou, talvez, com o exterior.

Este tipo de questionários foi uma aposta pertinente porque, sendo uma forma fácil e acessível de resposta para os inquiridos, permitiu uma maior eficácia e objectividade na avaliação de dados.

Tabela 1 - Idade dos inquiridos

Idade	Número de inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
20 a 30 anos	0	0	1	1	1
31 a 40 anos	1	1	0	0	0
41 a 50 anos	0	0	0	0	0
51 a 60 anos	0	0	0	0	0
Mais de 61 anos	0	0	0	0	0
Total	1	1	1	1	1

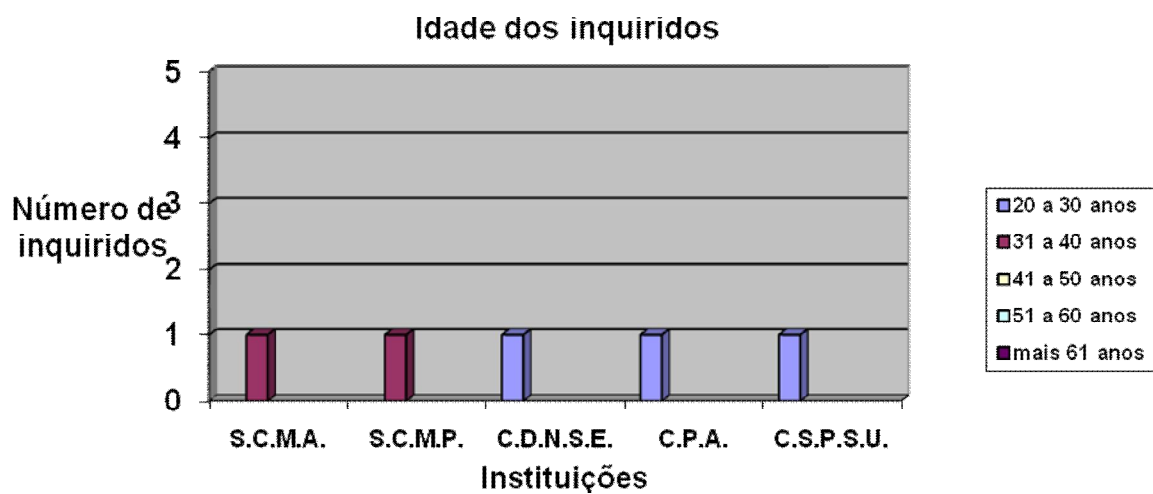


Tabela 2 - Sexo

Sexo	Número de inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
Feminino	1	1	1	1	1
Masculino	0	0	0	0	0
Total	1	1	1	1	1

Sexo dos inquiridos

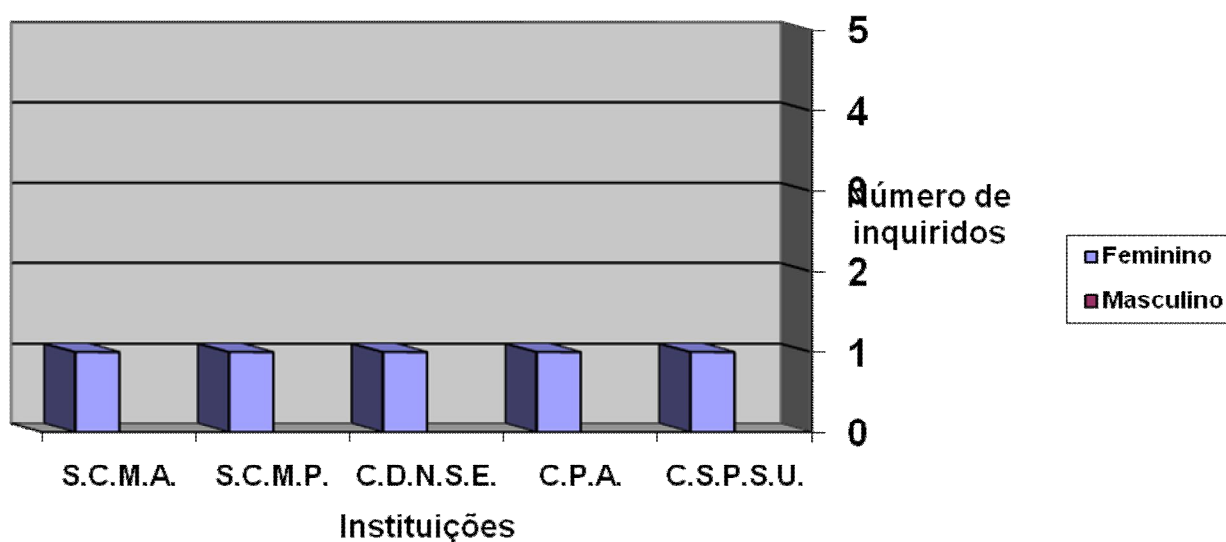


Tabela 3 - Nível de escolaridade dos inquiridos

Ano/Nível	Número de inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
Sem escolaridade	0	0	0	0	0
4ª Classe	0	0	0	0	0
6º Ano do Ciclo	0	0	0	0	0
9º Ano do Ciclo	0	0	0	0	0
12º Ano do Secundário	0	0	0	0	0
Bacharelato	0	0	0	0	0
Licenciatura	1	0	1	1	1
Pós Graduação	0	1	0	0	0
Mestrado	0	0	0	0	0
Doutoramento	0	0	0	0	0
Total	1	1	1	1	1

Nível escolaridade dos inquiridos

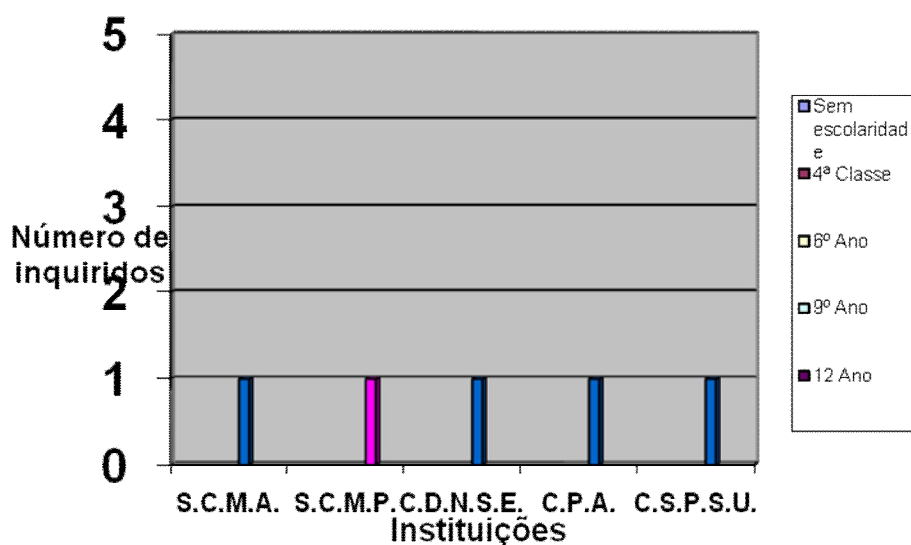


Tabela 4 - Profissão dos inquiridos

Profissão	Número de inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
Professora	0	0	0	0	0
Técnico Superior de Animação Sociocultural	0	1	0	1	0
Técnico Superior de Serviço Social	0	0	0	0	1
Pároco	0	0	0	0	0
Administrativa	0	0	0	0	0
Gestora	0	0	1	0	0
Directora de Serviços	1	0	0	0	0
Total	1	1	1	1	1

Profissões dos inquiridos

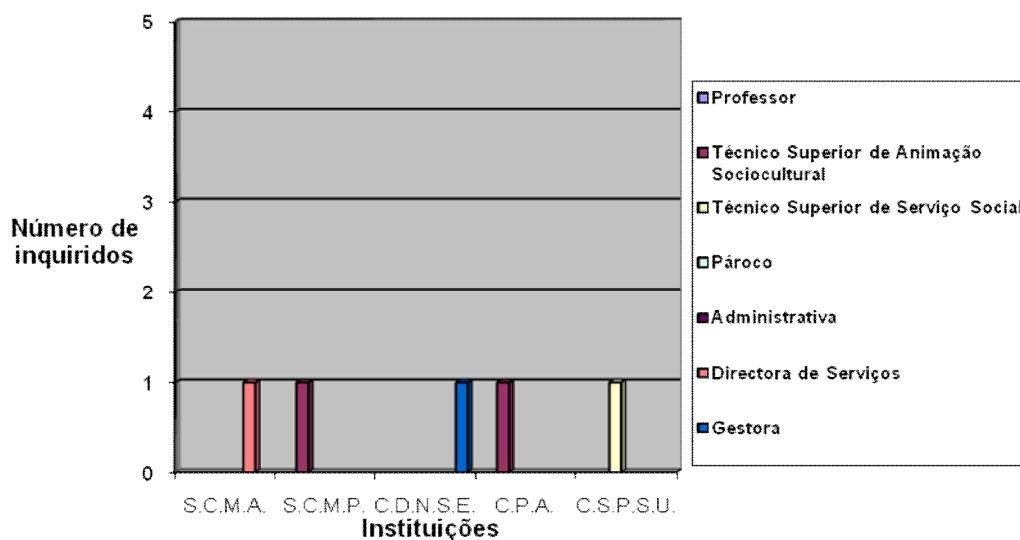
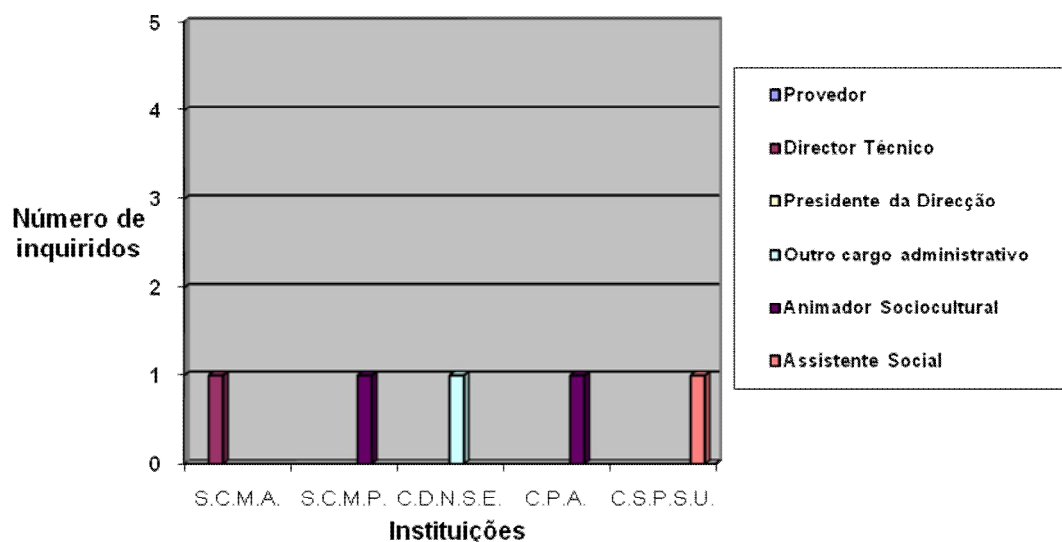


Tabela 5 - Cargo dos inquiridos na Instituição

Cargo	Número de inquiridos				
	S.C.M.A.	S.C.M.P.	C.D.N.S.E.	C.P.A.	C.S.P.S.U.
Provedor	0	0	0	0	0
Director Técnico	1	0	0	0	0
Presidente da Direcção	0	0	0	0	0
Animador Sociocultural	0	1	0	1	0
Assistente Social	0	0	0	0	1
Outro cargo Administrativo	0	0	1	0	0
Total	1	1	1	1	1

Cargo dos inquiridos na Instituição



Análise e interpretação das questões. (ver questionário C em anexos):

1- Acha que a sua instituição pode ser um potencial de desenvolvimento local?

S.C.M.A. - Sim, porque é a maior empresa empregadora da comunidade.

S.C.M.P. - Sim.

C.D.N.S.E. - Sim.

C.P.A. - Sim, a instituição tem capacidade para poder vir a ser um potencial de desenvolvimento local.

C.S.P.S.U. - Sim.

2 - A autarquia local oferece programas de âmbito cultural suficientes e eficazes para as instituições de solidariedade social?

S.C.M.A. - Existe um défice de programas de âmbito cultural por parte da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia.

S.C.M.P. - Não, porque muitos dos programas de âmbito cultural são jogos e as instituições não têm dinheiro para proporcioná-los aos utentes.

C.D.N.S.E. - Oferece alguns, com alguma regularidade, o que não considero serem suficientes para este tipo de população.

C.P.A. - A autarquia deveria oferecer mais programas de âmbito cultural para as ipss's. A oferta é bastante reduzida e insuficiente.

C.S.P.S.U. - Sim, mas poderiam existir mais programas a este nível e com maior diversidade de actividades.

3 - Quais os apoios ou programas sociais da autarquia de que faz parte? Quais os objectivos desses programas?

S.C.M.A. - Festa da vida, programa de participação da medicação dos utentes. A ajuda é essencialmente lúdica e financeira.

S.C.M.P. - Essencialmente a Festa da Vida - Feira da 3ª Idade.

C.D.N.S.E. - Não respondeu.

C.P.A. - A autarquia oferece, no âmbito da animação sociocultural, transportes para visitas da instituição ao exterior, dentro e fora do Distrito e empresta algum material didáctico para a execução de algumas actividades. Tirando esses apoios não se beneficia de mais nenhum apoio.

C.S.P.S.U. - O apoio da autarquia local no que diz respeito ao transporte para idosos e crianças em excursões e a nível cultural.

4 - As redes, ou parcerias, que mantêm com outras instituições são suficientes? Qual o tipo de redes em que participa e quantas vezes por ano reúne com essas parcerias?

S.C.M.A. - Rede Social e União das Misericórdias Portuguesas com reuniões trimestrais.

S.C.M.P. - Não, a instituição não tem nenhuma rede, apenas têm contacto com outras instituições quando realizam passeios ao exterior, no apoio ao nível do espaço e alimentação.

C.D.N.S.E. - Não respondeu.

C.P.A. - A parceria é bastante reduzida. Poderia existir uma maior parceria, mas os apoios são escassos, o que reduz o contacto com outras instituições.

C.S.P.S.U. - Sim, participa em reuniões da Rede Social mais ou menos de seis em seis meses.

5 - Costuma organizar o seu plano de actividades em parceria com outras instituições sociais e consoante as necessidades dos idosos da sua instituição?

S.C.M.A. - O Plano de actividades é organizado consoante as necessidades dos utentes tendo em conta as parcerias existentes.

S.C.M.P. - O plano de actividades da instituição tem a grande preocupação de ir ao encontro das necessidades dos utentes.

C.D.N.S.E. - Não.

C.P.A. - Normalmente quando se planeia uma actividade é a pensar numa possível parceria com outra instituição e consoante as necessidades dos idosos.

C.S.P.S.U. - O plano de actividades é essencialmente elaborado de acordo com as necessidades dos utentes.

6 - No desenvolvimento das actividades culturais costuma envolver diferentes entidades sociais e culturais?

S.C.M.A. - Sim, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e outras entidades externas.

S.C.M.P. - Não. Costumam participar nas actividades culturais que a comunidade oferece e quando desenvolvem actividades no exterior tentam contactar outras entidades locais que possam apoiar no que for preciso.

C.D.N.S.E. - Sim, jardim-de-infância, escola primária, igreja e junta de freguesia.

C.P.A. - Não.

C.S.P.S.U. - Sim, nomeadamente outros lares de idosos e também encontros inter-geracionais.

7 - Acha importante a existência de uma rede de Animação Sociocultural intra-lares?

Porquê?

S.C.M.A. - Sim, pela troca de experiências, cujo benefício é dirigido para os utentes.

S.C.M.P. - Sim, pela troca de saberes e proporcionando o convívio com outras pessoas institucionalizadas e na promoção dos seus trabalhos.

C.D.N.S.E. - Sim, porque iria permitir a troca de histórias e vivências culturais entre os grupos colaboradores da rede de parceria que se pode constituir.

C.P.A. - Muito importante, uma vez que possibilita a troca de experiências, aquisição de novos conhecimentos de diferentes espaços e pessoas, possibilitando o desenvolvimento local.

C.S.P.S.U. - Muito importante no combate à solidão e na partilha de costumes.

8 - De uma forma breve consegue definir como organizava essa rede cultural? A sua abrangência, os objectivos, agentes envolvidos, entidades, apoios e o seu funcionamento.

S.C.M.A. - Organizava-se uma reunião entre os vários e potenciais dirigentes envolvidos (autarquias, segurança social, saúde, escolas. Ips's), de forma a perceber quem estaria interessado e elegia-se um representante de cada entidade. Depois seria elaborada uma planificação de reuniões onde seriam debatidos todos os temas e onde se poderiam planificar actividades conjuntas.

S.C.M.P. - A proposta seria assim: no final de cada ano todos os técnicos de animação sociocultural realizariam reuniões para elaborar um plano comum de intervenção que envolvesse todos os lares de 3ª idade que estivessem interessados em participar na rede cultural. Nesta rede estariam presentes Técnicos de Animação Sociocultural, Técnicos da autarquia local, representantes do teatro, museus e outros, que oferecessem propostas. Depois ao longo do ano todos estes agentes teriam reuniões para avaliar o que correu bem e menos bem nas actividades e o que poderia ser melhorado. O objectivo seria o de encontrar um leque variado de actividades que correspondessem às necessidades dos utentes e respectiva

comunidade. A intervenção dos técnicos na resolução dos problemas seria permanente, dado que estão em contacto diário com os utentes.

C.D.N.S.E. - Para começar deveria fazer o levantamento das necessidades das instituições envolvidas na rede e, com estas, criar o plano a implementar. Em termos de abrangência a rede deveria envolver diversos grupos (crianças/idosos), de diferentes faixas etárias e grupos sociais, de forma a haver uma transmissão de informação e conhecimentos vividos pelos diferentes intervenientes. As entidades, assim como os apoios a intervir na rede cultural, devem envolver as existentes na comunidade local, junta de freguesia, associações culturais, empresas, etc.

C.P.A. - Visto que as redes e parcerias têm para o sector cultural a maior importância, sobrevalorizaria a sua capacidade de proporcionar soluções organizacionais flexíveis para o desenvolvimento de projectos que, neste sector, como sabemos, são predominantes e de natureza efémera, transdisciplinar e, cada vez mais, envolvendo ao mesmo tempo organizações do Estado, da sociedade civil e do mercado. É, pois, com este tipo de estruturas, de interesses ou de projectos, orientados para o estabelecimento de relações de parceria entre os vários actores sociais (quer sejam pessoas individuais ou colectivas), que se pode pensar, calmamente, em organizar uma rede cultural que sirva estes objectivos. Em primeiro lugar a nível da sua abrangência. Esta teria que possuir um elevado nível de difusão de informação e de mobilização de todos os intervenientes, de modo a concentrar forças na transformação social. Os objectivos em consonância seriam o de promover uma entidade cultural e regional e o de criar uma rede de programação cultural, mas também o de criar mecanismos que leve a beneficiar de condições económicas vantajosas na programação dos eventos culturais em circuito itinerante, programação cultural nas várias artes (teatro, cinema, música, dança, exposições, ateliers pedagógicos e conferências), a valorizar os espaços culturais dos concelhos, apoiar a criação dos agentes locais e a criar de condições para a edição de uma agenda cultural, página da internet, anúncios na imprensa e divulgação geral comuns aos municípios promotores da rede cultural. Finalmente implementar a avaliação de um modelo de gestão em rede de espaços culturais. No que concerne aos agentes envolvidos, os municípios, as associações dos municípios, as entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente as empresas públicas ou municipais detidas pelo Estado ou pelas autarquias, que tenham como objecto principal o

desenvolvimento de actividades culturais em parceria com instituições públicas, fundações, associações e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam fins culturais. Os apoios financeiros seriam possivelmente programas de financiamento que pudessem contribuir para o projecto, bem como da Segurança Social e das Autarquias locais envolvidas. De facto só ponderando muito no assunto e investigando programas de apoios é que se poderia dar uma resposta mais significativa, mas como na verdade este assunto não está muito esclarecido ao nível destas realidades, não se consegue explicar de uma forma mais pormenorizada.

C.S.P.S.U. - É essencial o trabalho com equipas técnicas, como animadores socioculturais, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas, etc.

9 - Acha que a existência deste tipo de redes, a partir de instituições de solidariedade social, pode ser importante para o desenvolvimento comunitário?

S.C.M.A. - Todas as instituições sairiam beneficiadas.

S.C.M.P. - Todos seriam beneficiários, tanto ao nível profissional, como pessoal.

C.D.N.S.E. - Sim, na maioria dos casos as instituições de solidariedade social conhecem bem a comunidade em que estão inseridas e os problemas desta. Deste modo consegue-se um elo de ligação entre a rede e a comunidade beneficiária.

C.P.A. - Sim, sem dúvida.

C.S.P.S.U. - Sim.

10 - Se existisse uma rede sociocultural a sua instituição estaria disponível para fazer parte desta rede?

S.C.M.A. - Sim.

S.C.M.P. - Sim, o interesse é comum, tanto dos técnicos como dos utentes.

C.D.N.S.E. - Sim.

C.P.A. - Com toda a certeza.

C.S.P.S.U. - Sim.

Análise dos questionários C:

Os técnicos envolvidos na investigação são pessoas muito jovens, todos com formação superior e são do sexo feminino. Nem todas as instituições têm animadores socioculturais, mas existem boas expectativas a este nível.

Nota-se uma consciência clara de que a instituição é, e poderá ser mais, um promotor importante no desenvolvimento local, assim como se percebe o conhecimento sobre a animação sociocultural que poderá, indubitavelmente, ser um dos instrumentos emergentes desse desenvolvimento.

A opinião maioritária dos técnicos é a de que a autarquia oferece muito pouco ao nível de apoios culturais e o pouco que oferece é desadequado. Não existem redes nem parcerias ao nível institucional, embora existam alguns apoios por parte das juntas de freguesias. O plano de actividades é essencialmente organizado consoante as necessidades dos utentes e costumam envolver apenas, em alguns casos, jardins-de-infância e escolas. A existência de uma rede poderia vir a facilitar o trabalho de todas as instituições, porque tornaria possível uma comunicação aberta e com estratégia, devido à sua capacidade de proporcionar soluções organizacionais flexíveis para o desenvolvimento de projectos comuns.

Ideia geral para um modelo de uma rede de animação: Deveria fazer-se o levantamento das necessidades das instituições envolvidas na rede, e com estas, criar-se o plano a implementar. No final de cada ano todos os técnicos de animação sociocultural realizariam reuniões para elaborar um plano comum de intervenção que envolvesse todos os lares de 3ª idade que estivessem interessados em participar na rede cultural. Nesta rede estariam presentes técnicos de animação sociocultural, técnicos da autarquia local, representantes do teatro, museus, dirigentes das associações e outros, que oferecessem propostas. Depois, ao longo do ano, todos estes agentes teriam reuniões para avaliar o que correu bem e menos bem nas actividades e o que poderia ser melhorado.

No que diz respeito à sua abrangência, esta teria que possuir um elevado nível de difusão de informação e de mobilização de todos os intervenientes para concentrar forças.

Os objectivos em torno da promoção de uma entidade cultural e regional e da criação de uma rede de programação cultural, seriam o de privilegiar condições económicas vantajosas para a programação dos eventos culturais, para a programação cultural nas várias artes (teatro, cinema, música, dança, exposições, ateliers pedagógicos e conferências), ainda o de valorizar os espaços culturais dos concelhos, apoiar a criação dos agentes locais, criar de condições para a edição de uma agenda cultural, página da internet, anúncios na imprensa e divulgação geral comuns aos municípios promotores da rede cultural. Finalmente implementar e avaliar um modelo de gestão em rede de espaços culturais.

Relativamente aos agentes envolvidos, assentariam nas realidades comunitárias: os municípios, as associações, as fundações, as associações e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam fins culturais. Os apoios financeiros seriam possivelmente

programas de financiamento que pudessem contribuir para o projecto, bem como da Segurança Social e das Autarquias locais envolvidas.

CAPITULO III - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na realização deste trabalho orientámo-nos a partir de um estudo de caso, concretamente a partir de técnicas de recolha de dados, visto estas serem mais eficazes para analisar e ao mesmo tempo permitirem informação de forma objectiva e sucinta. Recorremos a dois instrumentos para obter informação empírica: pesquisa bibliográfica e questionários.

A pesquisa bibliográfica utilizada neste trabalho para obtenção de informação foi, sobretudo, sobre animação educativa e sociocultural, dinâmicas culturais, práticas sociais, redes e parcerias, projectos locais, desenvolvimento local, instituições de terceira idade, envelhecimento, poder local e ciências humanas. A informação retirada desta pesquisa é uma informação muito precisa e muito específica e vem complementar e ajustar todas as conclusões que tirámos dos questionários.

Os questionários têm um valor importante na obtenção de informação desta pesquisa porque foram dirigidos especialmente à população em questão (idosos dos lares e centros de dia, seus dirigentes e respectivos técnicos de intervenção sociocultural).

Os Técnicos de Animação Sociocultural foram aqueles que se mostraram mais interessados em ajudar e mostraram algum interesse e disponibilidade para desenvolver projectos e participar em actividades conjuntas, criar parcerias e redes comunitárias a partir dos lares e centros de dia. Os mais velhos também se mostraram disponíveis para responder aos questionários, mas observou-se a existência de uma grande necessidade em recordar momentos da tradição e dos seus antepassados, participar em actividades que retratem a tradição e os seus costumes, reviver momentos felizes das suas juventudes. Uma forma de valorização e reconhecimento pessoal dos idosos.

Mas a vontade de mudar ou de transformar é geral. Todos os inquiridos esperam uma mudança que torne esta realidade decisiva para o desenvolvimento comunitário e, para isso, a organização de parcerias numa rede interna e externa será um potencial instrumento de transformação e participação social e cultural que implicará o desenvolvimento local.

Os dirigentes e técnicos de intervenção estão conscientes de que não é fácil dar o primeiro passo para criar esta rede de intervenção, mas ao mesmo tempo têm consciência de que os seus futuros parceiros (principalmente os lares e centros de dia) estão sensíveis para o mesmo problema, o que tornaria mais fácil esta organização.

As freguesias no geral têm uma população bastante envelhecida e, por isso, os lares e centros de dia tornam-se insuficientes para dar resposta a este facto, o que mostra que, na

maioria dos casos, as instituições de idosos são as mais importantes ao nível do desenvolvimento local e a todos os níveis numa comunidade.

Os instrumentos de pesquisa que utilizámos deram para analisar melhor esta situação e informar-nos quais as preferências dos idosos e quais as expectativas dos dirigentes e técnicos. Isto permitiu chegar a uma interessante conclusão:

- a) As direcções e respectivos técnicos das instituições estão prontos para trabalhar neste tipo de organização e dar uma nova visão para intervir em prol do desenvolvimento local, através da participação activa dos diferentes actores de uma comunidade e por sua vez envolver as comunidades entre si.
- b) Por isso torna-se necessário apresentar uma proposta de uma rede comunitária de animação sociocultural que envolva os lares e centros de dia como entidades promotoras e que tenha como essência as preferências dos idosos, visto serem a grande percentagem populacional.

CAPITULO IV - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Modelo de uma rede comunitária de animação sociocultural a partir dos lares e centros de dia de terceira idade.

Entidades promotoras:

Lares e Centros de Dia da Terceira Idade

Entidades parceiras de uma rede comunitária local:

Associações locais, autarquia local, grupos culturais, grupos formais e informais, escolas e creches, centros de saúde, representações políticas, juntas de freguesia e outras associações representativas numa comunidade.

Mais-valia deste tipo de rede:

As Redes Comunitárias de Animação Sociocultural podem promover encontros voltados para a prática de parcerias entre comunidades populares, instituições privadas, públicas e do terceiro sector. De modo simples e objectivo cada representante de instituições e de comunidades fala do que vem procurar e do que vem oferecer em prole da construção de projectos colectivos. Todos têm oportunidade de falar e ouvir e quando cada um sabe quem é quem, o espaço abre-se para o aprofundamento de relações e formação de parcerias.

O modelo da rede engloba um conjunto de metodologias de trabalho, de potencial envolvimento na qualificação de um território, de actores e instituições que habitualmente não são nela implicados (crianças, idosos, educadores, técnicos, profissionais, dirigentes...).

A partir desta investigação e respectivas conclusões procuramos construir um modelo de rede comunitária de animação sociocultural a partir dos lares e centros de dia da terceira idade e uma proposta de intervenção comunitária através das preferências dos idosos destas instituições. Esta rede deverá aplicar uma metodologia que tem como princípios subjacentes práticas de inter-geracionalidade e de trabalho em rede e inter-institucional num território, mas também uma forma de acentuar e de aprofundar o sentido do envolvimento de actores e de instituições. O modelo da proposta em rede ilustra como se pode potenciar o que se vem designando por “novas valias de intervenção”, para o desenvolvimento em meio rural.

O modelo pode converter-se num conjunto de possibilidades para (re)orientar os lares e centros de dia, as escolas, autarquias, associações e instituições locais, na reconstrução de identidades locais, assim como na intervenção comunitária, acrescido da promoção da

participação socialmente útil dos mais velhos (as). A proposta de intervenção, para além de ser organizada em rede, reflecte formas de intervenção comunitária através das preferências dos idosos envolvidos nos lares e centros de dia. As actividades a ter em conta, e como prioridade deste modelo de intervenção, têm de ir ao encontro e às preferências dos idosos, no recriar dos seus costumes e tradições: (resultado da análise dos questionários A aos idosos dos lares e centros de dia.)

- Festas e romarias que caíram em esquecimento;
- Actividades no campo;
- Artefactos;
- Passeios;
- Cantares;
- Danças tradicionais;

Este leque de actividades deve ter em conta a situação geográfica, assim como o respeito e a salvaguarda do local. Apesar de caminharmos cada vez mais para uma sociedade multicultural, ainda não se sente essa influência nestes contextos e nesta geração. Portanto ser-se alentejano(a) e do concelho de Portalegre, veicula o compromisso do respeito pela cultura local que vai, afinal, ao encontro das preferências por determinadas actividades e pela condição de se ser idoso em Portugal nestes contextos.

A Rede Comunitária, por sua vez, forma-se e amplia-se nos encontros ou reuniões trimestrais. Como instrumento, o principal objectivo da rede é o desenvolvimento integral do indivíduo e da comunidade em geral, a partir dos lares e centros de dia. Os modos como os encontros se podem desenvolver adoptam práticas de inclusão, simplicidade, eficiência, eficácia, efectividade e a metodologia é dinâmica, comportando criatividade e adaptações às realidades locais.

Cada encontro contribui para o processo de organização e emancipação social, onde se abrem janelas, ao mesmo tempo que se propicia vínculos entre os representantes de instituições. Estes encontros focam-se também no desenvolvimento emocional como base para o desenvolvimento humano, comunitário, social e cultural e onde se facilitam integrações e práticas de parcerias.

As redes formadas em cada encontro inter-relacionam-se, ampliam-se como redes de redes, multiplicando-se quando interligadas a outras redes internas e externas às instituições que as promovem.

A parceria entre diferentes organizações e instituições exige um acréscimo de organização e de complexidade em comparação com o trabalho individual. Há mais

indivíduos a coordenar, mais ideias, interesses e agendas a ter em conta (nem sempre convergentes) e, potencialmente, mais riscos de dificuldades e de conflitos ao longo do processo.

Por conseguinte, são necessários recursos, tempo, vontade política e capacidade de negociar. Perante esta perspectiva é sensato perguntar: “Porquê trabalhar em parceria? Porquê investir em parceiros quando pode ser muito mais simples trabalhar sozinho?” Se os custos e esforços de coordenação excederem os benefícios adicionais é possível que a parceria não seja a abordagem mais eficaz para um problema.

Surge então a importância da Animação Sociocultural e do Animador como instrumento de intervenção ou mudança numa comunidade, neste caso, nesta proposta de intervenção.

A animação comunitária implica-se definitivamente no desenvolvimento comunitário. A partir de uma intervenção a nível comunitário, todos os sectores de âmbito cultural, social, associativo e educativos de uma comunidade têm um peso importante, segundo Bento, Avelino (2003)⁶⁶ “*A Animação Sociocultural mune-se de metodologias participativas e activas para promover a implicação responsável e livre dos indivíduos na comunidade onde se inserem, tornando-os protagonistas do seu próprio desenvolvimento.*”

Mas também o Animador Sociocultural será, neste caso, um mediador e impulsionador da proposta de intervenção. Essa importância assume relevo com o conceito inspirado por Bento, Avelino (2003)⁶⁷: “*O(a) Animador(a) Sociocultural é, de facto, um(a) agente do desenvolvimento. Por essa circunstância, vem desempenhar funções gerais ou específicas conducentes ao êxito da melhoria da qualidade de vida das populações: comprometendo-se a estar atento à tradição e inovação cultural, obrigando-se a incentivar, apelar e organizar a participação dos indivíduos e tornando-se um ponto de referência dos valores e da democracia.*”

Beneficiários finais:

Comunidade em geral, crianças e jovens, instituições locais e políticas, organizações e pessoas mais velhas institucionalizadas ou não em lares e Centros de Dia.

⁶⁶ BENTO, Avelino, 2002 ob.cit. pag. (120-132).

⁶⁷ BENTO, Avelino, 2002 ob.cit. pag.138.

Objectivo geral:

Este modelo de organização comunitária tem como objectivo principal o de promover conexão, estimular relações de confiança e fomentar cooperação e parcerias. As Redes Comunitárias são aqui instrumentos para o desenvolvimento sustentável integral - emocional, físico, económico - de cada um e de todos. Para isto, as redes comunitárias procuram facilitar conhecimentos mútuos, trocas de informações, parcerias e soluções.

Objectivos específicos:

- Criar uma equipa de técnicos de intervenção sociocultural, por exemplo, assistentes sociais e animadores socioculturais das instituições, cujas principais tarefas situar-se-ão exactamente no campo da gestão, da implementação e da animação local do conjunto de acções previstas e planificadas;

- Criar uma equipa de parceiros, representantes do poder local e do 3º sector, para reunir estratégias e avaliar situações;

- Equacionar formas de intervenção comunitária a partir dos lares e centros de dia da terceira idade (após investigação com os próprios idosos) e em parceria com outras instituições e actores-chave locais;

- Compreender o significado da intervenção comunitária, articuladamente nos processos de mudança organizacional comunitária e na animação comunitária;

- Valorizar processos de aprendizagem social e de formação informal, particularmente dos mais velhos (as) de forma integrada;

- Conhecer processos e práticas inter-geracionais;

- Pôr em práticas estratégias e metodologias de mediação local para o desenvolvimento local;

- Criar uma rede de redes, isto é, envolver outros territórios ou comunidades envolventes que trabalhem também em rede;

- Criar espaços institucionais de reflexão, seminários e conferências, abertos a toda a Comunidade;

- Organizar espaços de formação para os parceiros e técnicos envolvidos;

- Criar plenários para informação e divulgação dos trabalhos sectoriais.

Articular Redes Comunitárias representa um esforço de comunicação, uma confiança no colectivo e uma aposta radical na democracia que se expressa nas relações quotidianas.

Organização:

- Encontros entre as instituições promotoras locais e respectivas parcerias que serão realizados mensalmente nas unidades institucionais envolvidas (rede comunitária local); organizados aleatoriamente.

- De três em três meses serão desenvolvidos encontros com as instituições de terceira idade das comunidades envolventes (instituições promotoras), do mesmo concelho; organizados aleatoriamente.

- Organizar plenários de equipas entre redes comunitárias para fazer avaliações, perceber dificuldades e criar expectativas;

- Os lares e centros de dia serão as entidades organizadoras destes encontros;

- Criação de um plano de intervenção comunitária a partir das preferências dos idosos dos lares e centros de dia envolvidos na rede;

Na medida em que os interessados se organizam, ficam mais próximos os acessos a recursos de pequenos, médios ou grandes suportes financeiros e outros, assim como o acesso a outros conselhos municipais que, por sua vez, interferem em políticas públicas.

Metodologia

É, frequente, as instituições terem dificuldades em circunscrever e definir o que significa exactamente “rede”. Por conseguinte é importante estabelecer um entendimento:

- Sobre definição deste conceito em teoria.

- Pode surgir uma confusão sobre se a rede é um objectivo em si ou um meio para alcançar um objectivo.

- Tem de se identificar as expectativas e os direitos de todos desde o início.

- Tem de se ter presente o facto de os parceiros possuírem interesses diferentes e por vezes contraditórios.

- Promover o compromisso e a flexibilidade.

- Identificar e promover os benefícios do trabalho em rede.

- Partilhar informação, o mais regular e abertamente possível.

Quadro de metodologias do Projecto de Intervenção

1ª Fase do Projecto	2ª Fase do Projecto	3ª Fase do Projecto	4ª Fase do Projecto
Duração: 6 meses	Duração: 3 meses	Duração: 2 anos	Duração: 3 meses
Investigação territorial	Reuniões instituições promotoras	Execução das actividades	Avaliações Individualizadas
Reunião Inicial entre instituições promotoras	Reuniões entre Instituições promotoras e parcerias	Reuniões entre instituições promotoras	Avaliação Colectiva entre todos
Escolha dos parceiros locais	Identificação de necessidades fragilidades	Reuniões entre Instituições promotoras e parcerias	A possibilidade de uma criação de uma Rede de Rede
Questionário	Criação da rede	-----	Divulgação
Seminários	Co-responsabilização e organização	-----	-----
-----	Planificação objectivos	-----	-----

Organização das instituições:

1 - Investigação dos materiais necessários: determinar quais as questões e os temas essenciais que são importantes para explorar durante o projecto. Este processo permite igualmente a identificação dos principais recursos de apoio.

2 – Encontro inicial: No início do projecto realiza-se uma reunião para permitir aos representantes das organizações envolvidas encontrarem-se e ficarem com uma ideia clara do projecto e daquilo que se esperava deles

3 – Questionário: Pode ser utilizado um questionário para analisar como é que as organizações seleccionadas tratam as questões chave ao longo do seu trabalho.

4 - Seminários: Realizar-se-ão seminários em que as instituições debatem e reflectem sobre a aprendizagem que efectuaram, numa série de exercícios de grupo para identificar as competências necessárias para a constituição de uma rede, explorando abordagens inovadoras dos principais desafios e dão sugestões para outras redes. Para começar é fundamental a identificação, selecção e mobilização de todos.

Quadro sugestivo para a criação da rede comunitária:

Rede de Desenvolvimento						
Rede Comunitária						
Instituições Promotoras	S.C.M.A. Alegrete	S.C.M.P. Portalegre	C.S.P.S.U. Urura	C.D.N.S.E. Ribeira de Nisa	C.P.A. Alagoa	
Perfil das instituições promotoras						
Privado	X	X				
Público			X	X	X	
Número de organizações parceiras (Exemplo)						
1 a 10	X		X	X	X	
11 a 20		X				
Perfil das organizações parceiras (Exemplo: nr. de organizações)						
Privado	1	5	2	1	2	
Público	3	8	4	4	3	
Objectivos da rede						
Facilitadores	Confiança, disposição, auxílio, facultação, abertura					
Coesão	Estabilidade, força, união, compromisso					
Adaptabilidade	Aptidão, compreensão, valorização, capacitação, aceitação					

As Instituições promotoras através deste modelo de organização podem criar uma rede comunitária entre todas, com as respectivas parcerias locais. Este exemplo pode alargar-se a uma rede de rede, onde uma destas instituições promotoras pode representar a região criando assim uma outra rede mais abrangente, ao nível de outras regiões.

O quadro anterior é apenas uma exemplo de um instrumento a utilizar na organização destas redes. No que diz respeito à organização de uma rede de rede, este seria um tema a discutir num outro trabalho de investigação.

Cada representante dispõe do mesmo tempo para falar, de modo simples e objectivo, sobre as suas ideias, dificuldades e ambições, o que veio procurar e o que veio oferecer. Embora o interesse de muitos seja o de encontrar ajuda aos seus projectos e iniciativas, propõe-se que todos possam oferecer algo, descobrindo as potencialidades do meio face à aparente escassez.

Na medida em que os interessados se organizam, facilitam-se os acessos a recursos. Formam-se vínculos, fortalecem-se relações.

Através desse trabalho continuado é possível desenvolver uma avaliação sobre os impactos dos projectos, permitindo alargar esta rede para uma rede mais ampla “rede de rede” que implica encontros trimestrais com outras entidades promotoras, (lares e centros de dia), para exporem os seus resultados e metodologias, numa troca de experiências territoriais.

É fundamental garantir o empenhamento de todos, assegurar que os objectivos continuam a ser comuns e verificar que as tarefas estão a ser realizadas tal como estabelecido e que estão a ser feitos progressos. Também é importante gerir a diversidade mantendo um diálogo aberto e crítico, para que o valor e a utilidade da parceria possam ser apreciados de perspectivas diferentes.

Como envolver as organizações: Reconhecer as diferentes qualificações, competências e recursos que cada organização.

Por vezes, pode ser necessário apoiar tais organizações na obtenção e desenvolvimento de recursos para ajudar à sua inclusão na rede.

Métodos para incentivar a participação:

- Fomentar o debate e o diálogo aberto sobre a rede e os seus objectivos sempre que possível;
- Reforçar contactos e identificar as pessoas responsáveis nas organizações para estimular a participação;
- Realizar seminários iniciais sobre o âmbito e o tema do que se está a propor;
- Realizar reuniões regularmente para explicar os objectivos da rede;
- Fazer visitas a organizações parceiras para apresentar o projecto;
- Estudar e procurar conhecer bem as potenciais organizações parceiras;
- Estabelecer boas relações informais com todos os representantes;

Manter o envolvimento e a participação:

Assegurar que os parceiros estão empenhados e se sentem comprometidos com o projecto.

Síntese:

O projecto Redes Comunitárias de Animação Sociocultural intra-lares pode ser entendido como um instrumento num processo que contribui para o desenvolvimento comunitário, na medida em que promove um ambiente que incluirá todas as contribuições - individuais e colectivas - para o fortalecimento de acções e projectos culturais e sociais. Por sua vez, trabalho em rede permite reunir esforços, rentabilizar recursos, integrar diferentes perspectivas e complementar competências.

As Estratégicas Comunitárias sublinham a importância deste tipo de trabalho, ou organização em rede, porque, para além de ser um trabalho em rede, funciona com parcerias. A nível regional e local tem-se revelado um factor importantíssimo no que se refere a assegurar a eficácia das políticas de coesão e também no incentivo à participação da sociedade civil na formulação e execução das políticas públicas, bem como a melhoria da interacção entre as comunidades e dentro de cada uma delas.

Neste contexto é importante que os principais interessados a nível nacional, regional e local, apoiem este tipo de organização com vista a uma verdadeira concentração dos recursos.

Após várias leituras e reflexões ao longo desta pesquisa podemos concluir que o desenvolvimento local está, seguramente, associado a iniciativas inovadoras e mobilizadoras, onde se articulam as potencialidades locais. Sabe-se que as experiências bem sucedidas de desenvolvimento local decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização e, principalmente, por uma convergência importante dos actores sociais da comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento, que é o que se pretende com esta proposta de desenvolvimento local. "Não há desenvolvimento no singular, e não há desenvolvimento sem envolvimento".

Como tal, o desenvolvimento local representa, neste sentido, o resultado de uma vontade conjunta da comunidade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e acções capazes de organizar as pessoas e promover a dinamização e transformação da realidade.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento local, para ser um processo consistente e sustentável, deve elevar as oportunidades sociais, assim como a viabilidade e competitividade da economia local. Está assim associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras, articulando as potencialidades locais, que é o que se pretende com esta proposta de rede.

Esta rede pode representar o resultado de uma vontade conjunta da comunidade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e acções capazes de organizar as pessoas e de promover a dinamização e transformação dessa mesma realidade.

A integração participativa do cidadão na vida política e social é um factor importante também para a sustentação das políticas locais, assegurando a efectividade e a continuidade das decisões. Por sua vez, a participação é também importante para a qualidade de vida tendo, como um dos objectivos, o desenvolvimento sustentável. Para levar a um processo de transformações que conduza ao desenvolvimento da comunidade, é preciso planear e assumir uma visão estratégica que não se deixe dominar pelas emergências mais urgentes e sim pela construção de um novo estilo de desenvolvimento.

As Redes Comunitárias são aqui instrumentos para o desenvolvimento sustentável integral - emocional, físico, económico de cada um e de todos numa comunidade ou instituição. Para isto, existe uma necessidade de reunir parcerias. Uma rede só faz sentido quando é constituída por parceiros que partilhem os mesmos objectivos.

Neste contexto, a parceria baseia-se na experiência de que os problemas multidimensionais só podem ser resolvidos com êxito quando organizações, com perfis e competências que se complementam e reforçam mutuamente, cooperem activamente no sentido de desenvolver sinergias e de partilhar perspectivas e objectivos, oportunidades e riscos, compromissos e tarefas, competências e recursos. A construção de “pontes”, que juntam serviços e estruturas de apoio diferentes, pode resolver dificuldades com as quais as organizações individuais, isoladamente, seriam incapazes de lidar. Desta forma as redes comunitárias procuram facilitar conhecimentos mútuos, trocas de informações e possíveis soluções.

As redes formadas em cada encontro inter-relacionam-se e podem futuramente ampliar-se como redes de redes e multiplicar-se quando interligadas a outras redes internas e externas às instituições que as promovem, à comunidade, à região, ao país e ao mundo.

É com esta proposta de desenvolvimento local que pretendemos mobilizar os cidadãos de diferentes comunidades para o incentivo a novas práticas socioculturais em rede e parceria, a partir dos Centros de Dia e Lares da Terceira Idade.

Este modelo de desenvolvimento caracteriza-se por um processo de melhoria das condições culturais, económicas, educativas e sociais das populações, através de iniciativas de base comunitária, de valorização dos recursos humanos e materiais, em ligação privilegiada com as populações locais e as instituições do território em zonas rurais ou urbanas, no interior.

Os cidadãos são implicados neste projecto com os seus direitos e deveres, numa prática de participação social, através de projectos e iniciativas em rede e parceria para o mundo rural, a partir das vontades e expectativas dos próprios utentes das instituições em causa.

As organizações comunitárias fortalecem-se com os processos de desenvolvimento local protagonizados pelas acções territoriais dos movimentos sociais e das organizações não governamentais, que de alguma forma são um instrumento de pressão social. Porque não há desenvolvimento, programas e projectos de Animação Sociocultural ou acção participada sem a célula social básica de uma sociedade - a Comunidade.

A Animação Sociocultural enquanto metodologia de intervenção social vem desta forma facilitar todo este trabalho. Esta assenta numa prática inalienável do desenvolvimento comunitário e traduz-se por um dos princípios basilar da intervenção comunitária: desenvolvimento com a comunidade e a participação dos colectivos.

A Animação Comunitária encontra um campo fértil de actuação no fomento do associativismo, nas actividades de voluntariado, no trabalho com crianças e jovens, nas políticas de educação cívica e de pedagogia, da consciência crítica, nas iniciativas que promovam a identidade comunitária, nomeadamente, a promoção do património cultural e natural.

Incentivar o desenvolvimento comunitário é educar para os valores do “local”, sensibilizar para o papel que cada indivíduo pode cumprir para o bem comum. É sedimentar espaços de construção, alternativos à realidade presente, enfim, é provocar a mudança social com a comunidade.

É com este conjunto de opiniões e resultados dos inquéritos que podemos concluir: Nota-se uma insatisfação ao nível das redes existentes, ditas sociais, porque o conceito de rede e parceria parece andar um pouco confuso, ou pouco claro, levando a que os Centros de Dia e Lares da Terceira Idade trabalhem exclusivamente para si. Assim, intui-se que as redes

socioculturais poderão de facto não existir. Propostas de novas práticas socioculturais em rede ou parceria são hipóteses que este tipo de instituições ponderam ligar-se, participando activamente no futuro.

BIBLIOGRAFIA

- ◆ **AFONSO**, Natércio: *“Investigação Naturalista em Educação”*, um guia prático e crítico; Coleção em foco; Lisboa, Grafiasa, Novembro, 2005

- ◆ **ALMEIDA**, Maria João Falcato de: *“Velhice e participação social - o impacto da participação em universidades de terceira idade na velhice bem sucedida”* a experiência dos alunos da Universidade de Terceira Idade do Barreiro, Lisboa, 2006, 208 pag. Tese de Mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresa - ISCTE, 2006.

- ◆ **ALVES**, João Emílio: *“ Animação comunitária e desenvolvimento local – bibliografia temática”*. In revista da Escola Superior de Educação de Portalegre; Portalegre; (27), Maio, 2003.

- ◆ **ALVES**, João Emílio: *“Património rural e desenvolvimento: do discurso institucional às dinâmicas locais - o programa revitalização de aldeias e vilas históricas da região Alentejo”*, Lisboa, 2002. 2 v. Tese de Mestrado em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE, 2002.

- ◆ **ALVES**, João Emílio, **MARTINS**, Alexandre Cotovio; **CHETA**, Rita, *“Emprego Formação e Redes Sociais”*, Editora Celta, Lisboa, 2007.

- ◆ **ALVES**, João Emílio: *“Avaliação do Projecto de Implementação da “Rede Social”* no Concelho de Portalegre – Câmara Municipal de Portalegre e CIES-ISCTE, Lisboa, 2005.

- ◆ **ALVES**, Maria Inês Dias de Sousa Pacheco: *“As Ong. na Política Comunitária de Cooperação para o Desenvolvimento”*, Dissertação no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa; 31 de Outubro de 1994.

- ◆ **AMARO**, R. (1993) *“As Novas Oportunidades de Desenvolvimento Local”*, in A Rede para o Desenvolvimento Local, n.º 8 (pp. 16-22). Faro: IN LOCO.

- ◆ **AMARO**, R. R. (1993) *“As Novas Oportunidades do Desenvolvimento Local”*, in A rede, n.º 8, pp. 15-22.

- ◆ **AMARO**, Roque; In Revista Diálogos, *“Em Rede”, “A lógica do desenvolvimento local consolidado em parcerias para um trabalho em rede”*, Rede Europeia Anti-pobreza – Portugal, n.7, p.6-7, Janeiro a Julho 2009

- ◆ **AMIGUINHO**, Abílio José Maroto: “*A Escola e o Futuro do Mundo Rural*”, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Coimbra, Março 2008

- ◆ **AMIGUINHO**, A. (2005), “*Educação em meio rural e desenvolvimento local*”, Revista Portuguesa de Educação, 18 (2), pp. 7-43.

- ◆ **ANDER** – Egg, Ezequiel: “*O Léxico do Animador*”, Amarante, ANASC, 1999.

- ◆ **ANDER** – Egg, Ezequiel: “*Prácticas de la Animación Sociocultural y el Léxico del Animador*”, Buenos Aires, Ediciones CICCUSTICSA, 1994.

- ◆ **ANDER EGG**, Ezequiel, “*Metodología Y Practica Del Desarrollo De La Comunidad*”, Editor El Ateneo, 1980.

- ◆ **AREIAS**, Helena Maria Silva Morais da Rocha: “*Desenvolvimento local e rede social: moda ou modelo de intervenção?*” Lisboa, 2007, 130, [3] p. Tese de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho da Empresas - ISCTE, 2007

- ◆ **BADESA**, Sara de Miguel: “*Perfil del Animador Sociocultural*” Madrid, Narcea Ediciones, 1995

- ◆ **BARNES**, J. A. 1954, “*Class and Committees in a Norwegian Island Parish*, Human Relations vol.7.

- ◆ **BARROSO**, da Fonte: “*A Animação no contexto educativo*” Editorial Cidade Berço, Março de 2001

- ◆ **BAUMAN**, Z, “*Globalisation. The human consequences*”, Cambridge: Polity Press, 1998

- ◆ **BENTO**, Avelino: “*O Teatro e o Desenvolvimento Sócio-Cultural Local e Regional*” Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, 2002 (Tese de doutoramento - publicada).

- ◆ **BENTO**, Avelino: “*Teatro e Animação – outros percursos de desenvolvimento sócio-cultural no Alto Alentejo*” Lisboa, Edições Colibri, 2003

- ◆ **BESNARD**, Pierre: “*L’Animation Socioculturelle*” Paris, PUF, Col. « Que sais je » 1980

- ◆ **BONOMA**, Thomas V. – “*Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process*”, Journal of Marketing Research, Vol XXII, May 1985.

- ◆ **BUARQUE**, Sérgio C. e **BEZERRA**, Lucila. “*Projeto de desenvolvimento municipal sustentável- bases referenciais*”, Projeto Áridas (mimeo.), Dezembro de 1994.

- ◆ **BUARQUE**, Sérgio C. “*Metodologia de Planeamento do Desenvolvimento Sustentável*”, IICA, Recife, 1995.

- ◆ **CANÁRIO**, R. (1998) “*Desenvolvimento Local e Educação não Formal*”, in Educação e Ensino, n.º 11 (pp. 31-34). Setúbal: AMDS.

- ◆ **CARDOSO**, José Maria Mendes: “*Desenvolvimento local e descentralização - o caso de Oeiras*” Lisboa, 2002. 155 p. . Tese de Mestrado em Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, 2002.

- ◆ **COLAÇO**, Jorge Fróis: “*Os Municípios e as Parcerias para o Desenvolvimento Local – O caso específico do Município de Rio Maior*”, Dissertação em Administração e Políticas Públicas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Junho 2004.

- ◆ **COSTA**, António Firmino: “*Problemas e Práticas*”; Centro de investigação de estudos de Sociologia; Ciências Sociais; Lisboa; R.P. Pires; nº 25; 1997

- ◆ **D’ESPINEY**, Rui: “*Espaços e Sujeitos de Cidadania*”, Instituto das Comunidades Educativas, Cadernos do ICE 8, Setúbal, 2006

- ◆ **ECO**, Humberto: “*Como se faz uma tese em Ciências Humanas*”; Lisboa, Editorial Presença, 1991

- ◆ **ESTRELA**, Albano: “*Teoria e Prática de Observação de Classes – Uma Estratégia de Formação de Professores*”; Instituto Nacional de Investigação Científica; Porto Editora, 4ª Edição, Porto, 1994.

- ◆ **FERNANDES**, António José: “*Métodos e regras para elaboração de trabalhos académicos e científicos*”; Porto, Porto Editora, 2ª edição, 2000.

- ◆ **FRAGOSO**, António: “*Desenvolvimento Participativo: Uma sugestão de reformulação conceptual*”, Revista Portuguesa de Educação, ano/volume 18, nr. 001, Universidade do Minho, Braga, Portugal pp. 23 a 51, 2005.

- ◆ **FRIEDMAN**, John, “*Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo*”, Book Edited, Blackwell (Cambridge, MA), 1992.

- ◆ **GOMES**, Alexandra Peça Amaral: *“Democracia participativa e planeamento do território - análise da participação pública no caso português”* Lisboa, 2007. 152 p. - Tese de Mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE, 2007.
- ◆ **GRANOVETTER**, M., *“The Strength of Weak Ties”*, American Journal of Sociology, Vol. 78, Issue 6, May 1973, pp. 1360-1380.
- ◆ **GUERRA**; Isabel, *“Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das “novas políticas sociais””*, Globalização, Fatalidade ou Utopia; Revista Critica das Ciências Sociais, nº 63, Outubro 2002
- ◆ **HABERMAS**, J., *“Consciência moral e agir comunicativo”*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1989.
- ◆ **JACOB**, Luís: *“Animação de Idosos – Actividades”*, Colecção Idade do Saber, Porto, Âmbar, 2007
- ◆ **JUDITH**, Bell: *“Como realizar um projecto de investigação”*; Lisboa; Publicações Gradiva; 1993
- ◆ **LOPES** ; João Teixeira, *« Alguns contributos para o (re)pensar da noção de recerção cultural »*, Cadernos de Ciências Sociais, nº15 e 16, Edições Afrontamento, 1996
- ◆ **MAISONNEUVE**, Jean: *“A Dinâmica dos Grupos”*, Colecção Vida e Cultura 78, Lisboa, Editora Livros do Brasil, Setembro 2004
- ◆ **MARTINS**, Manuel Rodrigues: *“A animação sociocultural e a mudança no movimento associativo português - conhecer para actuar : o estudo de caso do associativismo cultural no Concelho de Viseu”* Lisboa, 2005. 186 p. Tese de Mestrado em Ciências Sociais Território, Identidades e Património, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa-ISCTE, Escola Superior de Educação de Viseu, 2004.
- ◆ **MAX-NEEF**, M. (1992) *“Chamar Desenvolvimento a um Suicídio Colectivo”*, in A Rede para o Desenvolvimento Local, n.º 7 (pp. 18-27). Faro: IN LOCO.
- ◆ **MAZET**; Pierre, *“Os usos institucionais da sociedade civil”*, Poderes Locais em Perspectiva Comparada, Revista Critica das Ciências Sociais, nº 77, Editora Centro de Estudos Sociais, Lisboa, Junho 2007
- ◆ **MELO**, Alberto, *“Animação Comunitária e educação de adultos na prática de uma associação de desenvolvimento local”*. Aprender, 30, pp. 15-28, (2005b).

- ◆ **MELO**, Alberto, *“Comunidade Educativa e Parcerias para o desenvolvimento sustentável”*, In Educação e Sociedade, Colóquio/Educação e Sociedade, n.4 – Nova Série, Outubro, 1998.
- ◆ **MONTEIRO**, António Jorge: In CULTDIGEST; *“Redes e Parcerias - Uma opção estratégica”*, Revista da Associação Portuguesa de Gestão Cultural, , nº 8, Porto, Jan/Fev/Mar 2005.
- ◆ **MTS** (2000), Carta Social-rede de serviços e equipamentos.
- ◆ **NERY**, Anita Liberalesso; **YASSUDA**, Mónia Sanches; *“Velhice bem sucedida: Aspectos afectivos e cognitivos”*, São Paulo 2004, p.7 Colecção Vivacidade.
- ◆ **NUNES VIVEIROS**, Albino Luís: *“O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios”*, In <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; Julho de 2008.
- ◆ **PALMA**, Graça; **DIAS**, Nelson: *“Dar rosto à intervenção – os animadores de desenvolvimento local”* Faro, Empresa Litográfica do sul, 2001
- ◆ **PIMENTEL**, Luísa Maria Gaspar: *“O lugar do idoso nas redes de interacção e solidariedade primárias - um estudo comparativo de casos de institucionalização e não institucionalização”*, Lisboa, Tese de Mestrado em Sociologia da Família, ISCTE, 1995.
- ◆ **PRIMO**, Alex F. T., *“Interação Mútua e Interação Reativa”*, Texto apresentado no GT de Teoria da Comunicação para apresentação do XXI Congresso da Intercom - Recife, PE, de 9 a 12 de Setembro de 1998.
- ◆ **QUINTANA**, José Maria: *“Fundamentos de Animación Sociocultural”* Madrid, Narcea Ediciones S.A., 1986
- ◆ **QUINTANA**, José Maria: *“Los ámbitos profesionales de la Animación”*, Madrid, Ediciones Narcea S.A., 1993
- ◆ **QUINTAS**, S.F.: *“Animación Sociocultural – nuevos enfoques”* Salamanca, Amarú Ediciones, 1990
- ◆ **QUIVY**, Raymond, **CAMPENHOUDT**, Luc Van: *“Manual de investigação em ciências sociais”* Lisboa, Gradiva, 1992
- ◆ **RAMOS**, Teresa Margarida Modesto, *“A Construção acção Colectiva em Processos de Desenvolvimento Sócio-Territorial”*, A experiência do P.E.R. em Cascais”, Tese submetida

como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Departamento de Sociologia, Junho, 2008

- ◆ **FONTAINE**, Roger; *“Psicologia do envelhecimento”*, 1ª ed.. - Lisboa : Climepsi Editores, 2000

- ◆ **RAHNEMA**, Majid; Participation. In Wolfgang Sachs (ed), *“The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power. New York”*: Zed Books, pp.116-143, 1999.

- ◆ **RONCON**, Joana, *“Consulta Psicológica Comunitária e Terceira Idade”*, Universidade de Lisboa, p. 33-35, Lisboa, 1993.

- ◆ **RUEDA**, Laura Gutiérrez: “Métodos para la animación sociocultural” Madrid Editorial CCS, 1997

- ◆ **SANTOS**, Henrique, *“Animação Comunitária”*, Educação de Adultos e Intervenção Comunitária, 2003 (<http://hen2.no.sapo.pt/animacaocomunitaria.pdf>)

- ◆ **SANTOS**, Boaventura de Sousa, *“O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português”*. In Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Editora Afrontamento. 1993

- ◆ **SCHLITHLER**, Célia R. Belizia, *“Grupalizar para Transformar [Trabalho não publicado]”*, pág. 01, 1999, consultada em www.repea.org.br em 16 de Junho de 2010.

- ◆ **SERRANO**, Glória Pérez: *“Elaboração de Projectos Sociais”*, Casos Práticos 7, Coleção Educação e Trabalho Social; Porto, Porto Editora, 2008

- ◆ **SILVA**, Augusto Santos e Pinto; **MADUREIRA**, José: *“ Metodologia das ciências sociais”* Porto, 2ª Edição, Edições Afrontamento, 1987

- ◆ **SILVA** ; Augusto Santos, **BABO** ; Elisa Perez, **SANTOS** ; Helena, **GUERRA** ; Paula, *« Agentes Culturais e públicos para a cultura »*, Cadernos de Ciências Sociais ; nº18, Edições Afrontamento, Fevereiro 1998

- ◆ **SILVA**, Augusto Santos: *“O que é um desenvolvimento integrado? – Uma reflexão com ilustração empírica”* In AA VV, “Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local”, Lisboa, APS, 2000

- ◆ **SILVA**, Augusto Santos: *“Cultura e Desenvolvimento”*, Estudos sobre a relação entre o ser e o agir, Edições Celta, Lisboa, 1956. In Revista do CIES, ISCTE, n. 54, p. 11-33, Editora Celta, Lisboa, 2007.

- ◆ **SILVA**, Augusto Santos: “*Cultura: Das Obrigações do Estado à Participação Social*”, In Sociologia – Problemas e Práticas, CIES-ISCTE, n. 2, p. 37-48, Lisboa, 1997.
- ◆ **SILVA**, Augusto Santos, “*Cultura: Das Obrigações do Estado à Participação Civil*”; **CONDE**; Idalina, “*Cenários de Práticas Culturais em Portugal*” Sociologia, Problemas e Práticas; In Revista do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Departamento de Sociologia do ISCTE, nº 23, Março 1997
- ◆ **SILVA**, C. (2001/ 2002) – “*Guia para a concepção de um projecto de investigação*”, ESDRM.
- ◆ **SILVA**, Augusto Santos, “*Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro*” Sociologia, Problemas e Práticas; Revista do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Departamento de Sociologia do ISCTE, nº 54, Maio/Agosto 2007
- ◆ **TEIXEIRA**, Paulo Jorge Branco Vieira dos Santos, “*Redes Interorganizacionais de base territorial para a intervenção social, o caso do programa Rede Social em Portugal*”, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Maio, 2006
- ◆ **TRILLA**, Jaume: “*Animación Sociocultural – Teorías, programas y ámbitos*” Barcelona, ARIEL S.A., 1998
- ◆ **YIN**, Robert K., “*Case Study Research - Design and Methods*”, Sage Publications Inc., USA, 1989.

OUTRAS FONTES

Artigos e Revistas

- ◆ **Animação Sociocultural**, In Revista, Ciências Sociais, “*Intervenção*”, nº 2, Março 1977
- ◆ **Animação Territorial, Caminhos para a Inovação Social**, Gabinete de gestão EQUAL, Palmigráfica-Artes Gráficas, Lisboa, Novembro 2008.
- ◆ “*Animação Territorial, Caminhos para a Inovação Social - Parceria de Desenvolvimento “Valorizar e disseminar a inovação social”*”, Tese – Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação, Palmigráfica – Artes Gráficas, Lisboa, Novembro de 2008.

- ◆ **“Aprender com a experiência das parcerias EQUAL, Guia para as Parcerias de Desenvolvimento EQUAL”**, Gabinete de Gestão EQUAL, Coleção Saber Fazer, Lisboa, Julho 2005.
- ◆ **Contributos Equal para o trabalho em parceria no FSE 2007-2013**, Gabinete de Gestão EQUAL, Design Gráfico – UP – Agência de Publicidade, Dezembro 2006
- ◆ **Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local**, Actas do Encontro de Vila do Conde – Associação Portuguesa de Sociologia, 1-3 de Abril de 1993.
- ◆ **Disseminar Produtos – Referencial de Apoio**, Gabinete de Gestão Equal, Design Gráfico – UP - Agência de Publicidade, Dezembro 2007.
- ◆ **Empowerment, Inclusão e Interculturalidade**, Inovação Social para o Emprego, Gabinete de Gestão EQUAL, Design Gráfico – Formação e Consultoria, Lda, Palmigráficas – Artes Gráficas, Outubro 2008.
- ◆ **Em Rede**, Boletim Informativo, in Diálogo, Núcleo Regional do Sul, Rede Europeia Anti-Pobresa Portugal, n.7, Janeiro a Julho, 2009.
- ◆ **“Histórias de Sucesso de Inovação social”**, Gabinete de Gestão EQUAL, Design – UP – Agência de Publicidade, Lisboa, Dezembro 2008.
- ◆ **Intervir com a Comunidade**, Boletim Informativo, Ciências Sociais, Município de Lagoa, 1ª Edição, Lisboa, 1 de Junho de 2008
- ◆ **Intervir: Crianças e Jovens**, Boletim Informativo, in Diálogo, Núcleo Regional do Sul, Rede Europeia Anti-Pobresa Portugal, n.2, Setembro a Dezembro, 2006.
- ◆ **OFICINAS, PARCERIAS E REDE**, Encontro Nacional de Cavanis Castro, Fevereiro de 2006.
- ◆ **OMS** – Organização Mundial de Saúde, 2002.
- ◆ **PARCERIAS UMA CULTURA A INCENTIVAR**, Boletim do IAC, nº 66, Outubro e Dezembro 2002
- ◆ **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**; In Revista do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Departamento de Sociologia do ISCTE, nº 49, Set/Dez 2005
- ◆ **“Práticas Profissionais e Contextos de Intervenção”** in: **APRENDER**, Revista, Escola Superior de Educação de Portalegre, Animação Educativa e Sócio-Cultural, “”, nº 30, p. 29-36, 94-106, Dezembro de 2005.

Normativos

◆ Despacho Normativo n.º 12/98 de 25 Fevereiro de 1998 - **DR 47/98 - SÉRIE I-B Emitido Por Ministério do Trabalho e da Solidariedade.**

◆ **Diário da Republica, “Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social”**, Decreto -Lei n.º 102/97, de 28 de Abril, 1997.

◆ **INE** – Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas Demográficas 2004, 28 de Novembro de 2005.

Bibliografia Electrónica

◆ www.redes-utad.wikispaces.com

◆ www.camaramunicipalportalegre.pt

◆ www.regiao-sul.pt

◆ www.viseudigital.pt

◆ www.consumoresponsavel.com

◆ www.in-loco.pt

◆ www.kcidade.com

◆ www.redescomunitarias.org.br

◆ www.luizfernandoescrivo.org.br

◆ www.rededlis.org.br

◆ www.portaldoenvelhecimento.net

◆ www.ocde.com

◆ www.advita.pt

◆ www.lares.socialgest.pt

◆ www.socialgest.pt

- ◆ www.cmportalegre.pt
- ◆ www.ssocial.pt
- ◆ www.wikipedia.org
- ◆ www.parlamento.pt
- ◆ www.serprofessoruniversitario.pro.br
- ◆ www.fecap.br

ANEXOS

A) Questionário dos Idosos

B) Questionário dos Dirigentes

C) Questionário dos Técnicos de intervenção de Animação Sociocultural

A) Questionário dos Idosos

O presente questionário tem como objectivo principal a realização de um estudo académico, no âmbito de uma Tese de Mestrado, acerca da importância do trabalho em rede e parceria nas instituições de solidariedade social, como lares de idosos, nas actividades recreativas e culturais do concelho de Portalegre.

Pretende-se que através deste inquérito se possa conhecer quais as preferências dos idosos relativamente a actividades de tempos livres e quais os seus interesses culturais.

Neste questionário não há respostas certas ou erradas.

As respostas são confidenciais e anónimas, não tendo qualquer outra finalidade para além da já expressa.

Dados relativos a quem preenche:

Nome da Instituição: _____

Sexo:

Feminino

Masculino

Ano de Nascimento: 19 _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

1. Durante a sua vida participou em actividades culturais da comunidade?

2. Participou em alguma associação ou instituição? Desempenhou algum cargo associativo? Qual?

3. Gosta de cinema, teatro, dança, ou outra actividade?

4. Na sua instituição participa em algumas actividades desenvolvidas? Está satisfeito com o que está a ser desenvolvido actualmente?

5. Que tipo de actividades prefere participar?

(numere por ordem de preferência)

a) Actividades de prática teatral

b) Actividades pedagógicas

c) Actividades desportivas

d) Actividades de expressão musical

e) Actividades de leitura e biblioteca

f) Conferências, Encontros?

g) Actividades de trabalhos manuais

h) Actividades de intercâmbio

i) Outras

Observações:

6. Costuma participar em actividades que tenham origem, ou envolvam outras instituições? Se sim quais?

7. O que gostaria de fazer ou voltar a fazer nos seus tempos livre?

8. Gostaria de relembrar todas as actividades culturais de que fez parte? E voltaria a participar?

9. Acha que a sua participação em actividades de âmbito cultural pode ser importante para o desenvolvimento local?

Este questionário serve para identificar as preferências culturais dos utentes da instituição, as suas perspectivas a nível da instituição e comunidade e a intensidade da sua participação social.

(Obrigado pela sua colaboração)

Tânia Balola

B) Questionário dos Dirigentes

O presente questionário tem como objectivo principal a realização de um estudo académico, no âmbito de uma Tese de Mestrado, acerca da importância do trabalho em rede e parceria nas instituições de solidariedade social, como lares de idosos, nas actividades recreativas e culturais do concelho de Portalegre.

Pretende-se que através deste questionário se possa conhecer melhor quais as opiniões dos dirigentes, diagnosticar a situação actual relativamente às práticas existentes e propor uma rede de Animação Sociocultural.

As respostas são confidenciais e anónimas, não tendo qualquer outra finalidade para além da já expressa.

Dados relativos a quem preenche:

Nome da Instituição: _____

Cargo que ocupa: _____

Sexo: Feminino Masculino

Ano de Nascimento: 19 _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

1. Conhece todos os programas sociais para idosos disponíveis na Câmara Municipal de Portalegre?

2. Acha que a sua instituição tem um papel importante para o desenvolvimento local?

3. A autarquia oferece programas de âmbito cultural suficientes e eficazes para as instituições de solidariedade social?

4. Quais os apoios, ou programas sociais da autarquia de que faz parte? Quais os objectivos desses programas?

5. As redes ou parcerias que mantém com outras instituições são suficientes? Qual o tipo de redes em que participa e quantas vezes por ano reúne com essas parcerias?

6. Costuma organizar o seu plano de actividades em parceria com outras instituições sociais, consoante as necessidades da comunidade e preferências dos seus agentes?

7. No desenvolver das actividades culturais costuma envolver diferentes entidades sociais e culturais?

8. Acha importante a existência de uma rede de Animação Sociocultural intra-lares? Porquê?

9. De uma forma breve consegue definir como organizava esta rede cultural? A sua abrangência, os objectivos, agentes envolvidos, entidades, apoios e o seu funcionamento.

10. Acha que a existência de este tipo de redes podem ser importantes para o desenvolvimento comunitário a partir de instituições de solidariedade social?

11. Se existisse uma rede sociocultural a sua instituição estaria disponível para fazer parte desta rede?

Este questionário serve para avaliar a satisfação dos programas de apoio a idosos, relativamente a redes culturais nas instituições e para promover uma rede de Animação Sociocultural.

(Obrigado pela sua colaboração)

Tânia Balola

C) Questionário dos Técnicos de intervenção de Animação Sociocultural

O presente questionário tem como objectivo principal a realização de um estudo académico, no âmbito de uma Tese de Mestrado, acerca da importância do trabalho em rede e parceria nas instituições de solidariedade social, como lares de idosos, nas actividades recreativas e culturais do concelho de Portalegre.

Pretende-se que através deste questionário se possa conhecer melhor quais as opiniões dos Técnicos (preferencialmente Animadores Socioculturais), diagnosticar a situação actual relativamente às práticas existentes e propor uma rede de Animação Sociocultural.

As respostas são confidenciais e anónimas, não tendo qualquer outra finalidade para além da já expressa.

Dados relativos a quem preenche:

Nome da Instituição: _____

Cargo que ocupa: _____

Sexo:

Feminino

Masculino

Ano de Nascimento: 19 _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

1. Acha que a sua instituição pode ser um potencial de desenvolvimento local?

2. A autarquia local oferece programas de âmbito cultural suficientes e eficazes para as instituições de solidariedade social?

3. Quais os apoios, ou programas sociais da autarquia de que faz parte? Quais os objectivos desses programas?

4. As redes ou parcerias que mantém com outras instituições, são suficientes? Qual o tipo de redes em que participa e quantas vezes por ano reúne com essas parcerias?

5. Costuma organizar o seu plano de actividades em parceria com outras instituições sociais, e consoante as necessidades dos idosos da sua instituição?

6. No desenvolver das actividades culturais costuma envolver diferentes entidades sociais e culturais?

7. Acha importante a existência de uma rede de Animação Sociocultural intra-lares? Porquê?

8. De uma forma breve consegue definir como organizava esta rede cultural? A sua abrangência, os objectivos, agentes envolvidos, entidades, apoios e o seu funcionamento.

9. Acha que a existência de este tipo de redes podem ser importantes para o desenvolvimento comunitário a partir de instituições de solidariedade social?

10. Se existisse uma rede sociocultural a sua instituição estaria disponível para fazer parte desta rede?

Este questionário serve para avaliar a satisfação dos programas de apoio a idosos, relativamente a redes culturais nas instituições e para promover uma rede de Animação Sociocultural.

(Obrigado pela sua colaboração)

Tânia Balola

